



RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS

**PPA**  
**PLANO PLURIANUAL**  
**2004-2007**

GOVERNO DE TODOS

NATAL – RN  
AGOSTO-2003



**RIO GRANDE DO NORTE**  
**PLANO PLURIANUAL – 2004 A 2007**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	2
1. MARCOS REFERENCIAIS .....	3
1.1 A Cidade como Base da Organização Social e Política.....	3
1.2 O Poder e o Alcance do Conhecimento.....	4
1.3 Desenvolvimento Local.....	5
1.4 Nova Relação Cidade-Campo .....	8
1.5 Crescimento Econômico .....	10
1.6 - Mudanças Institucionais .....	11
2. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DO ESTADO .....	13
2.1 Localização e Regionalização .....	14
2.2 Clima e Vegetação Dominante .....	15
2.3 Geologia e as Classes de Solos .....	17
3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS .....	19
4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO .....	25
4.1 Gestão dos Recursos Naturais .....	25
4.2 Infra-estrutura e Integração Regional .....	29
4.3 Desenvolvimento Econômico e os Desequilíbrios Sociais.....	38
4.4 Produção Industrial .....	48
4.5 A Rede Urbana e o Desenvolvimento Rural .....	49
4.6 Habitação e Saneamento .....	52
4.7 Saúde Pública.....	55
4.8 Educação e Cultura .....	57
4.9 Segurança Pública.....	70
4.10 Ciência e Tecnologia .....	71
4.11 Participação e Cidadania .....	73
5. OPORTUNIDADES E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO .....	74
6. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO .....	77
7. NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO.....	86
8. ANEXO.....	92
8.1. Demonstrativo dos Recursos.....	93
8.2. Descrição dos Programas.....	97

## INTRODUÇÃO

Este documento contém os fundamentos em que se erguem as propostas componentes dos eixos do Plano Plurianual – PPA 2004 a 2007 e, mais do que isso, para nortear a implementação de ações do atual governo estadual, bem como, de administrações vindouras, na busca de caminhos para alavancar o processo de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Norte.

Algumas considerações:

- 1) A economia global origina-se em “pólos” concretos, em cada lugar do mundo.
- 2) Observa-se profundas mudanças na composição técnica da produção, constatando-se cada vez maior peso para os serviços.
- 3) Reforça-se o tecido urbano, de cidades médias que assumem boa parte do papel de centros da esfera econômica, antes exercido quase que exclusivamente pelas metrópoles.

Sem dúvida, o caminho para uma proposta de *Agenda Estadual de Desenvolvimento* passa por intensos e exaustivos processos de negociações com os diversos setores da Sociedade Civil, do Mercado e do Estado, pois os desafios têm grande magnitude. Porém, é preciso registrar que, em várias questões, existem esforços já feitos que levariam a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. O que falta é vontade política, esta sim, indispensável para qualquer passo que se queira dar.

Estão apontados eixos considerados prioritários, sem que essa ordem de apresentação signifique qualquer escala de valor. Poderia haver distintas formas de abordagem. A concepção de eixos se justifica porque sustentabilidade não é uma questão de solução de problemas, mas sim de opções políticas voltadas para a construção e a realização de objetivos coletivos.

As bases da *Agenda Estadual de Desenvolvimento* são os **padrões de produção, consumo e desenvolvimento humano**. A partir daí serão apresentadas

linhas de ação que buscam convergir para um caminho comum, solidário e participativo.

Os **padrões de produção, consumo e desenvolvimento humano** devem provocar as mudanças de paradigma de desenvolvimento, para que seja definitivamente incorporado ao debate público, deve estar relacionado com o processo de formulação e implementação de políticas públicas, espaço preferencial para se forjar alianças e estratégias entre diferentes setores estatais e não-estatais, públicos e privados.

Por oportuno, vale reiterar que este documento não se propõe a reinventar nada. É preciso valorizar e resgatar esforços realizados, principalmente considerando-se que muito pouco do que já se discutiu e planejou foi, em alguma medida, concretizado.<sup>1</sup>

São apresentados novos conceitos em forma de marcos referenciais e propõe que o Plano Plurianual 2004 a 2007 se fundamente em macroobjetivos, por sua vez, subdivididos em Programas, Ações e Metas.

## **1. MARCOS REFERENCIAIS**

### **1.1 A Cidade como Base da Organização Social e Política**

A realidade brasileira oferece excelente base para análise da evolução do papel do espaço urbano. Em pouco mais de uma geração, de forma intensa e caótica, nosso país tornou-se um país de quase oitenta por cento de população urbana. Este êxodo foi provocado mais pela expulsão do campo do que pela atração das cidades, obedecendo à tripla dinâmica da: 1) modernização conservadora impulsionada pela tecnificação da agricultura; 2) expansão da monocultura e 3) uso da terra como reserva de valor.

Com o uso generalizado da terra como reserva de valor, a população expulsa pelo processo de modernização não teve como se fixar na terra. Foi uma grande

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, especialmente foi resgatada a iniciativa do Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1997, como contribuição à Conferência Rio +5. Naquele momento, foram realizadas várias discussões que visavam apresentar sugestões para o desenvolvimento sustentável no Brasil, tendo como resultado propostas acordadas entre setores da sociedade civil brasileira. Outro documento que também aportou para esta seção foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1999, e teve como objetivo a elaboração de uma Agenda 21 Brasileira, contando com a participação de setores da sociedade civil, do empresariado e do Estado.

oportunidade perdida de se constituir uma forte base de agricultores pequenos e médios, e dinamizar a produção alimentar.

Num processo intenso de urbanização, o Rio Grande do Norte, como de resto todo o Brasil, viu explodir as cidades, com periferias caóticas e miseráveis, necessitando de tudo.

Significa ter que atuar, na maior parte do território do Estado (com exceção apenas da Região Metropolitana de Natal), que poderiam ser considerados, na verdade, cidades rurais.<sup>2</sup>

Sem dúvida, um novo conceito a ser construído, a partir da atuação concreta dos atores públicos e da sociedade civil organizada.

## 1.2 O Poder e o Alcance do Conhecimento

O conhecimento é crucial para o desenvolvimento, porque dele tudo depende. Para viver, temos que transformar os recursos de que dispomos nas coisas de que necessitamos, e para isso precisamos de conhecimento. Se quisermos viver amanhã melhor do que hoje, se quisermos elevar o padrão de vida no âmbito da família ou no âmbito nacional, melhorar a saúde, educar nossos filhos e preservar o meio ambiente comum - não basta simplesmente transferir mais recursos, pois os recursos são escassos. Teremos que usar esses recursos de modo que nossos esforços e investimentos gerem um rendimento cada vez maior. Para isso também precisaremos de conhecimento, e numa proporção cada vez maior em relação aos recursos.

Para os países na vanguarda da economia mundial, a balança entre conhecimento e recursos pendeu tanto para o lado do primeiro que o conhecimento talvez tenha se tornado o fator mais importante na determinação do padrão de vida - mais do que a terra, as ferramentas e o trabalho. Na medida em que novas riquezas

---

<sup>2</sup> A urbanização ocorrida no Brasil, pelo menos para o interior da região Nordeste, é revestida de algumas características não de todo vinculadas ao mundo urbano. Sociologicamente, não se estabeleceram claramente relações monetarizadas, clássicas do mercado urbano, e muito menos o anonimato. O tecido social continua fundado no compadrio, revelando ser ainda essencialmente rural. Nessa linha de raciocínio, é possível pensar na construção de um novo conceito. **Cidade rural**: tão somente um aglomerado com funções de proporcionar o acesso aos bens da cidadania a uma população semi-isolada, em uma economia sem industrialização.

são geradas a partir das inovações, elas estão criando milhões de empregos relacionados com o conhecimento, numa série de disciplinas que surgiram da noite para o dia: engenheiros do conhecimento, gerentes do conhecimento, coordenadores do conhecimento.

Não há como exagerar a necessidade de que os países em desenvolvimento aumentem a sua capacidade de utilização do conhecimento. Alguns estão tomando consciência disso, elaborando estratégias nacionais de conhecimento e recuperando o terreno perdido. Mas a maioria precisa fazer muito mais, e mais rapidamente, para aumentar a sua base de conhecimentos, investir em educação e aproveitar as novas tecnologias para adquirir e difundir conhecimento. Os países, ou estados, que adiares essas tarefas ficarão para trás dos que forem mais rápidos, e será difícil remediar as conseqüências funestas em termos de desenvolvimento. Na mesma ótica, para acompanhar este processo acelerado de circulação da informação e do conhecimento, cada governo deve investir, no curto e no médio prazo, na qualificação dos recursos humanos.

Uma política de recursos humanos para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte deve privilegiar um cadastramento da demanda e da oferta do servidor público estadual. Deve, ainda, potencializar esse cadastramento buscando o talento e o mérito do servidor público. Deve, também, criar os caminhos através dos quais todo esse capital humano vai fruir, ou seja, uma Política de Recursos Humanos, deforma a corresponder com as exigências da realidade atual.

### **1.3 Desenvolvimento Local**

A temática do desenvolvimento local começou a despertar grande interesse ao longo dos anos 90, tornando-se objeto de amplo debate e impulsionando iniciativas em diversas localidades. Assim como o local emerge como o espaço de atuação dos atores, a construção de articulações que facilitem a concretização desta atuação constitui etapa fundamental na promoção do desenvolvimento.

Nesse sentido, o mesmo processo que gera uma situação “explosiva” na área urbana abre oportunidades. Ou seja, a população situada em cidades, mais adensada, carece de menor esforço de organização do que a população rural; e os espaços locais, comunidades, podem tornar-se uma grande oportunidade para a

sociedade, em seu conjunto, para retomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento.

O mundo urbano está fervilhando com as novas iniciativas de organização social e com as novas tecnologias. No Brasil, desde as primeiras iniciativas das cooperativas de Lajes (SC), passando por experiências consolidadas de descentralização de gestão, dos orçamentos participativos, dos terminais de transparência administrativa de Londrina, da recuperação e revitalização do Recife Velho em parceria com os diversos atores sociais da cidade, do sistema de renda mínima da cidade de Campinas (SP); temos concretamente alguns elementos de uma reengenharia político-social para recuperar o espaço econômico e a cidadania local.

As iniciativas locais, por si sós, não são suficientes para promoverem o processo de desenvolvimento. Na mesma direção, sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas, não há financiamento externo ou do governo central que produza resultados.

De certa forma, a cidade, a comunidade está recuperando gradualmente a dimensão mais expressiva da política e da democracia. É significativo neste sentido que, pela primeira vez, técnicos e estadistas de diversas nações reuniram-se numa conferência mundial destinada a avaliar as novas dimensões das políticas urbanas: a Cúpula das Cidades, em Istambul (1998).

### **1.3.1 Solidariedade, Ética e Comunidade**

Uma dimensão extremamente prática deste processo é dada pelo exemplo cotidiano do dilema da solidariedade.

Não é que o ser humano agora seja menos solidário; é que ninguém se solidariza com o anonimato. A humanização do desenvolvimento, ou sua re-humanização, passa pela reconstrução dos espaços comunitários.

A própria recuperação dos valores e a reconstrução ética do desenvolvimento exige, para cada um de nós, que o outro volte a ser um ser humano, uma pessoa, com seus defeitos e virtudes, capaz de chorar e de sorrir. Este processo de reconhecimento do outro não se dá no anonimato, mas pode ser ultrapassado no circuito de seres humanos conhecidos, na comunidade.

Somente com a atuação dos atores no espaço local será possível resgatar a ética na vida cotidiana e alavancar o processo de desenvolvimento humano.

Além do Poder Executivo e do Legislativo, o Estado e os municípios devem passar a se dotar de formas diretas de articulação dos atores sociais locais, com a criação em cada município de um **fórum de desenvolvimento**, com a participação de representantes de igrejas, empresários, sindicatos, universidades, e assim por diante. Ultrapassando a tradicional dicotomia entre o Estado e a empresa, entre o público e o privado, surgirá assim com força o espaço público comunitário, e as nossas opções se enriquecerão.

Em outras palavras, a comunidade aparece hoje como foco de uma profunda reformulação política no sentido mais amplo.

Ou seja, o nível de organização local não vai substituir transformações e responsabilidades dos níveis do Estado-nação e mundial, mas uma comunidade fortemente estruturada pode constituir um lastro de sociedade organizada capaz de viabilizar as transformações indispensáveis nos níveis mais amplos.

Não há democracia nem processo de desenvolvimento que funcione com a comunidade local atomizada, desorganizada ou oprimida.

### **1.3.2 Articular o Local com o Mundo**

É preciso entender que o capitalismo gerou hierarquias técnicas que não coincidem com as nossas necessidades políticas ou humanas. Como contraponto, os rumos apontados nesse documento prendem-se mais à necessidade de manter esperanças do que as certezas científicas.

Em termos econômicos, é freqüente o argumento de que o espaço pequeno é inviável. Na realidade, a mesma dinâmica que nos conduziu aos espaços globais nos fornece as tecnologias para a reconstituição de uma humanidade organizada em torno de comunidades que se reconhecem internamente, mas também interagem com o resto do mundo e, de forma organizada, participam de sua vida social, em seus espaços mais amplos. Ou seja, devemos caminhar para o fortalecimento das comunidades, incorporando e capitalizando as próprias tecnologias aparentemente desagregadoras.

A massificação dos computadores e suas possibilidades de comunicação instantânea abrem novos canais de articulação social em torno de espaços do conhecimento compartilhado, útil para o combate ao analfabetismo, para a intermediação de empregos, para a realização de oportunidades de negócios, na dinamização da produção alimentar, no fortalecimento de cooperativas, na superação de desigualdades, enfim.

Nessa articulação com o mundo, as comunidades deverão contar com organismos técnicos ágeis e eficazes: Para tanto, as **Agências de Desenvolvimento Regionais**, uma para cada Região do Estado, integram a proposta voltada para descentralização administrativa do Governo do Estado.

#### **1.4 Nova Relação Cidade-Campo**

Um elemento essencial do desenvolvimento sustentável será a reconstrução da relação cidade-campo, já não mais a partir do campo, mas agora a partir da própria cidade.

A solução da maioria das questões urbanas está na área rural, ou na urbanização (fortalecimento da infra-estrutura) do campo. Sob essa lógica, é possível pensar em cidades rurais. No Rio Grande do Norte, a maioria de nossos municípios pertence a essa categoria.

A concentração de investimentos e infra-estrutura na Região Metropolitana do Natal é resultado de uma ausência de compreensão acerca dessa relação cidade-campo. Isto é, a solução de grande parte das questões localizadas no entorno da capital serão encontradas com a **desconcentração dos investimentos**, dirigindo-os para outros pólos regionais.

##### **1.4.1 Novo Rumo para a Reforma Agrária**

O rápido crescimento populacional de Natal e Região, como de resto de todas as regiões metropolitanas brasileiras, têm sua causa principal na falta de condições de vida e trabalho na maioria dos municípios, no interior do Estado ou do país.

Ou seja, as **questões urbanas** resultantes deste crescimento acelerado estão diretamente vinculadas à velha **questão agrária**. Os trabalhadores e suas famílias migram para a região metropolitana da capital em busca de melhores condições de vida, como uma estratégia de sobrevivência.

A questão agrária brasileira não é apenas um problema de acesso a terra, mas também do excedente populacional decorrente da rapidez da modernização da agricultura e a conseqüente queda da renda e do emprego no setor agropecuário.

Mas, é preciso não esquecer que o nosso mundo rural já não é mais só agricultura e pecuária, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido.

As novas tecnologias baseadas na micro-eletrônica e na informática tende a acelerar ainda mais a queda do emprego agrícola, uma vez que impõem a mecanização também das atividades da colheita dos nossos produtos tropicais, tradicionais demandadores de força de trabalho, como o algodão, a cana-de-açúcar, a fruticultura, entre outros.

Por isso tudo, neste início do século XXI, a nossa **reforma agrária** não precisa (não deve) ter mais um caráter estritamente agropecuário.

É possível estimular os produtores para que, além de arroz, milho, batata e feijão, o interior produza também, por exemplo, **casas pré-moldadas**, **criatórios** de peixes, camarões, rãs, abelhas, entre outros. Ou áreas que dêem uma opção de lazer barato às nossas classes médias confinadas nas grandes metrópoles. Ou guardas ecológicos que protegessem parques e reservas florestais e servissem de **guias turísticos**. É indispensável fortalecer as **cooperativas** de artesãos, além de ser fundamental o incentivo à organização de cooperativas de consumo.

Deve-se combinar atividades rurais com a economia urbana, como turismo ecológico, construção civil, unidades de beneficiamento e outros segmentos, tendo o **microcrédito** como guarda-chuva.

Além disso, no caso de alguns ramos industriais, é preciso incentivar, no curto prazo, a utilização generalizada do **gás natural**, impedindo a desertificação em marcha, através de linhas de crédito específicas. Da mesma forma, é urgente que se realize o tratamento nobre para a **indústria salina**, incluso o seu beneficiamento

e a reestruturação da legislação nacional do setor. Aliás, essa é uma providência estratégica para a economia do Rio Grande do Norte.

#### **1.4.2 Combate à Pobreza via Micro-Crédito**

Mesmo que nossa economia volte a crescer a taxas maiores que a demográfica, não poderemos assegurar a absorção dessa mão-de-obra hoje excedente nos campos. A tese de que o crescimento econômico, via industrialização, gera mais emprego é falsa.

No entanto, é possível combinar atividades rurais com a economia urbana, como turismo ecológico, construção civil e outros segmentos, tendo o **microcrédito** como principal instrumento propulsor.

Trata-se de buscar novas formas de ocupação, pensando em cadeias produtivas, consorciando atividades, para essa população excedente do ponto de vista estritamente agrícola, que foi marginalizada pela modernização conservadora praticada nas décadas passadas. Trata-se de investir maciçamente no fortalecimento da infra-estrutura rural, investimento combinado com a implementação de ações voltadas para o treinamento intenso e a cidadania rural.

#### **1.5 Crescimento Econômico**

É preciso um novo olhar sobre a realidade sócio-econômica. Ao invés de se partir da premissa de que nosso Estado é carente, é indispensável partir da identificação de suas potencialidades e possibilidades, para torná-lo competitivo em relação às demais regiões do país e do mundo.

É indispensável promover transformações para fazer crescer e modernizar a infra-estrutura econômica e aumentar os incentivos para atrair, no amplo sentido, investimentos produtivos, visando agregar mais valor ao que é produzido no Estado. É preciso inaugurar uma nova era para a economia do Rio Grande do Norte.

Isso não se obtém somente com produtos agropecuários convencionais, mesmo com eficiência na produção, porque encontrarão conhecidas e

intransponíveis barreiras não-tarifárias. Isso ocorre com os *commodities*, até de manufaturados industriais, sobre cujos preços não se tem controle.

O caminho para induzir o crescimento econômico, acima da média nacional, é elevar a competitividade de produtos de alto valor agregado, nos setores dinâmicos, passíveis de crescimento acima da média, como o fazem as economias orientais ativas.

Para isso, ainda que não haja vocação natural, devemos pesquisar/criar inovações desejadas pelos consumidores e integrá-las aos produtos, tornando-os mais competitivos, no país e no exterior, elevando as exportações. Somente as empresas, que produzem e atuam no mercado, podem fazê-lo. É hora de induzir a indústria e o comércio, a fazer P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), uma parceria entre as Universidades e as grandes empresas, consórcios de empresas ou cooperativas.

## **1.6 Mudanças Institucionais**

Dentro da perspectiva da conjuntura atual, o modo tradicional de governar não tem condições de alterar esse panorama; não permitindo a cidadania plena, o uso de direitos fundamentais, a própria democracia. Desta forma, somente por meio da sociedade civil organizada é que poderão ser conduzidas ações solidárias, humanistas, na correção e prevenção de situações de desigualdades e exclusão social.<sup>3</sup>

As soluções existentes para superar os problemas sociais devem ser articuladas de forma a assegurar que as ações desencadeadas cumpram inicialmente seu papel emergencial através de programas e projetos assistenciais, mas que se tenha como estratégia principal políticas correlatas de desenvolvimento sustentável, despertando a co-responsabilidade e o compartilhamento através de parcerias com a sociedade civil. Este processo implica em mudanças institucionais.

---

<sup>3</sup> Em que pese possuir uma economia em crescimento, cerca de 47% da população do Rio Grande do Norte vive em abaixo da linha de pobreza, sujeita a todo tipo de riscos, o que tem que ser (re) pensado, também, em nível metropolitano e estadual, fato que possibilitará concentrar e pleitear recursos, em forma organizada, de fontes públicas e privadas.

O público e o privado.

Nessa proposta de mudanças institucionais, é indispensável ter em conta que há uma nítida distinção entre o serviço público e a iniciativa privada, no que diz respeito aos seus objetivos.

No primeiro caso, o paradigma que norteia a ação pública (iniciativa pública) e nortear a ação pública (iniciativa pública) é cumprir expectativas da sociedade, definidas constitucionalmente. No segundo caso, por sua vez, a ação privada é impulsionada pelo objetivo do lucro.

É importante notar que a própria Constituição Federal, embora estabeleça como princípio constitucional a livre iniciativa e o modelo capitalista de organização da economia, ressalva o caráter social da propriedade.

Essa característica, segundo a melhor hermenêutica, referenda o primado de que o público está acima do privado, como de fato a própria legislação infraconstitucional o prevê: assim são as previsões de intervenção do Estado na ordem econômica sem, entretanto, condenar-se o lucro.

Quando tratamos de ações voltadas para a sociedade, do primado do público sobre o privado, há de se convir que dada a especificidade da demanda de natureza essencialmente complexa, não somente quanto ao aspecto ético, político e social mas, também, quanto a quantidade (a sociedade), esta necessariamente é, no mínimo, de médio prazo, inobstante demandas emergenciais, enquanto as ações privadas, muito embora carentes de planejamento de longo curso, por serem pautadas pelo lucro são, essencialmente, instáveis e voláteis.

A iniciativa privada não faz um país, no sentido de sua vida social e econômica organizada. Somente o serviço público pode fazê-lo.

### **1.6.1 Parcerias Público-Privadas – PPP**

Considerada a ressalva do item anterior, por outro lado, a integração do planejamento, orçamento e gestão, evita a consolidação de uma administração pública inercial, pautada apenas pelas preocupações fiscais e financeiras, e pela manutenção de uma programação que não ultrapassa os limites do orçamento anual. Integrado ao plano, os orçamentos passam a ter alcance estratégico e se

tornam peça de gestão pública de interesse de toda a sociedade, em permanente transformação.

Gerir a mudança, por sua vez, implica em administrar um processo permanente de ajustes das organizações às mudanças de seu ambiente externo. Colocado nestes termos, este desafio se apresenta real tanto para o gestor público como para o empreendedor da iniciativa privada.

Sob essa ótica, é fundamental implementar, através de lei, um intenso **Programa de Parcerias Público-Privadas** destinado a fomentar e disciplinar a atuação de agentes do setor privado como coadjuvantes na implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e ao bem-estar coletivo, na condição de encarregados de serviços, atividades, infra-estruturas, estabelecimentos ou empreendimentos de interesse público.

É indispensável implementar novo instrumento jurídico regulamentando a parceria Estado-Sociedade, fundado em legislação federal. Sobre essa matéria, existe em pleno crescimento a atuação de empreendimentos integrantes do Terceiro Setor. No Brasil, a Lei 9.790, de 24/03/99 e Decreto Federal 3.100, 30/06/99, regulam o funcionamento de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIPs, com casos de sucesso já comprovados ao longo do país.

Por outro lado, a **Universidade do Estado** deve ser convocada para integrar o processo de desenvolvimento. A universidade deve formar recursos humanos para trabalhar em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em conjunto com as empresas e cooperativas. A universidade deve criar conhecimento e pesquisa aplicada, pois esse é o método que vai ensinar aos jovens como inovar produtos e processos nas empresas. A universidade deve ser um centro de excelência em pesquisas avançadas.

Essa deve ser uma missão de governo, pois inovação tecnológica deve ser meta de todos os órgãos públicos e das entidades da sociedade civil organizada que lidem com a produção, no Estado. Deve ser o eixo do planejamento estratégico, pois nenhum país ou região de industrialização tardia, como a nossa, alcançou a autonomia tecnológica sem forte atuação indutora do Estado, através da parceria com as empresas.

## **2. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DO ESTADO**

## 2.1 Localização e Regionalização

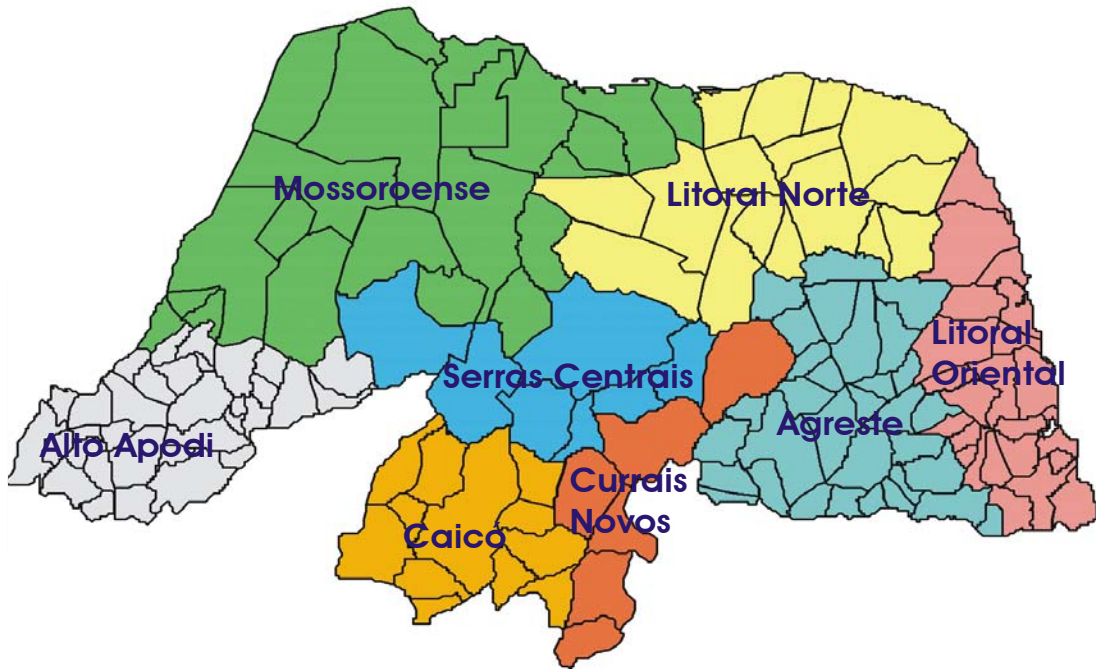
O Estado do Rio Grande do Norte localiza-se na esquina do continente sul-americano, ocupando posição privilegiada em termos de localização estratégica, pois se trata do Estado brasileiro que mais próximo fica dos continentes africano e europeu. Com uma extensão de 53.077,3 Km<sup>2</sup>, o Estado ocupa 3,41% de área da Região Nordeste e cerca de 0,62% do território nacional.

O território norte-rio-grandense localiza-se, mais precisamente, no hemisfério sul ocidental, e seus pontos extremos são limitados pelos paralelos de 4° 49'53" e 6° 58'57" de latitude sul e pelos meridianos de 34° 58'03" e 38° 36'12" de longitude oeste de Greenwich. A distância entre os pontos extremos do norte e do sul é de 233 Km e entre o leste e o oeste, é de 403 Km. Como percebe-se, o Rio Grande do Norte está situado próximo ao Equador, o que lhe confere características climáticas bem específicas, como o verão seco e a presença do sol durante a maior parte do ano. Assim, além da tradicional atividade salineira, o Estado dispõe de um excelente potencial para a exploração da atividade turística.

Limita-se a oeste com o Estado do Ceará, ao sul com o Estado da Paraíba, a leste e a norte com o Oceano Atlântico, o que lhe confere uma faixa litorânea com cerca de 410 Km de praias.

O Estado conta com 167 municípios agrupados em oito Zonas Homogêneas e suas respectivas subzonas segundo estudo realizado pela Secretaria do Planejamento/Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (SEPLAN/IDEC) (Figura 1). Atualmente, essas unidades regionais configuram áreas de abrangência dos planos regionais de desenvolvimento.

Figura 1  
RIO GRANDE DO NORTE  
Divisão Segundo Zonas Homogêneas



Fonte: IDEMA/CESE

## 2.2 Clima e Vegetação Dominante

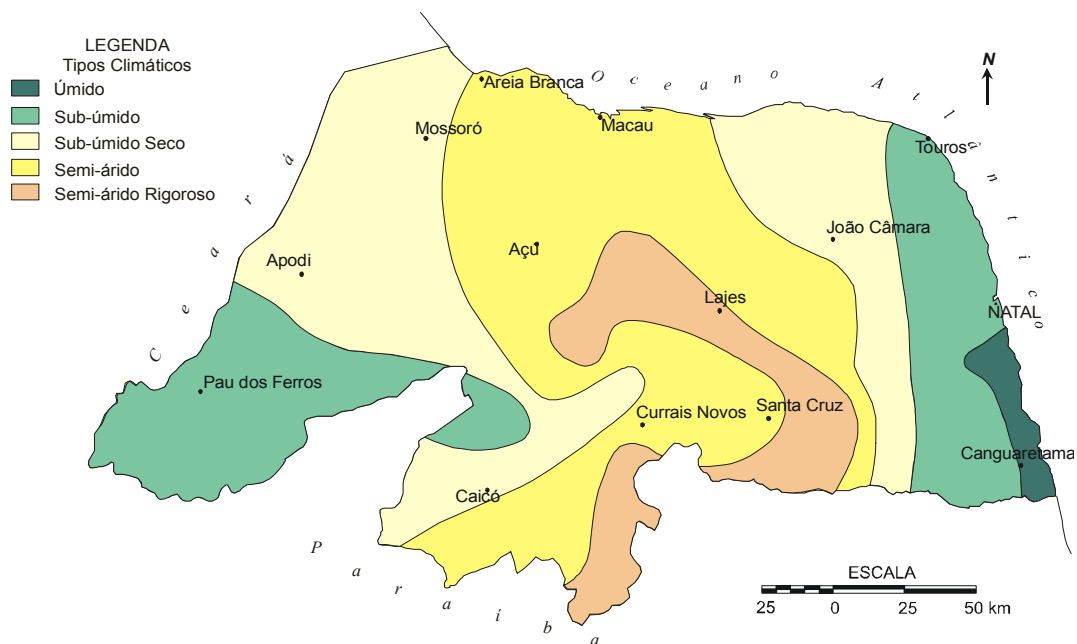
De um modo geral a temperatura média anual do Estado está em torno de 25,5°C, com máxima de 31,3° e mínima de 21,1°. O número de horas de insolação mostra pouca variação de 2.400 a 2.700 horas por ano e a umidade relativa do ar apresenta uma variação média anual entre 59 e 76%.

No Estado há ocorrência dos seguintes tipos de clima: **Clima semi-árido**, domina de forma quase contínua, todo o interior estadual e parte do Litoral Norte, com pluviosidade média de 400 a 600 mm anuais distribuídas as chuvas nos meses de janeiro a abril. São regiões sujeitas à seca e com maior influências dos ventos alísios secos do Nordeste, que incidem no Litoral Norte e se interiorizam pelo território potiguar; **Clima árido** localizado na parte central do Estado, com pluviosidade média abaixo de 400 mm anuais;

Os **climas úmido e sub-úmido** são encontrados na região litorânea caracterizado por precipitação pluviométrica variando de 800 a 1.200 mm por ano, distribuídas entre os meses de fevereiro a julho. Este tipo de clima abrange,

também, os municípios vizinhos desta zona e as partes mais elevadas das serras João do Vale, Martins e São Miguel.

Figura 2  
RIO GRANDE DO NORTE  
Clima



FONTE: IDEMA/CESE

O Rio Grande do Norte apresenta com predominância duas formações distintas de vegetação diretamente influenciadas pelos fatores climáticos e o tipo de solo: Caatinga (hiperxerófila e hipoxerófila) e Mata Atlântica. Entre esses domínios encontra-se uma outra formação vegetal de transição - a Floresta das Serras, de composição florística variada segundo a região, podendo ser típica de Caatinga<sup>4</sup> no Sertão, ou ainda, caracterizada por formações associadas à Mata Atlântica, como os brejos de altitude nas serras úmidas do Estado.

Na caatinga, a vegetação é composta de espécies xerófilas e na sua maioria caducifólias, de porte pequeno, com estratificações arbóreas arbustiva, espinhentas e, por ocasião das chuvas, apresenta um estrato herbáceo bastante desenvolvido. É a vegetação típica de 80% do território norte-rio-grandense.

<sup>4</sup> A caatinga (em tupi) ou seridó (em cariri), que significa “mato branco” ou esbranquiçado, é o tipo de vegetação que caracteriza o semi-árido do nordeste brasileiro.

No que diz respeito ao domínio da Mata Atlântica abrange as formações vegetais Floresta Ombrófila Densa/Rala, Manguezal, Restinga, Tabuleiro Litorâneo, e as Matas Ciliares. Esse ecossistema, que antes ocupava toda a costa litorânea, de Touros/Maxaranguape a Baía Formosa, está restrito a pequenos fragmentos. A destruição vem ocorrendo gradativamente desde o período colonial com a extração do pau-brasil e em seguida, para dar lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, coco, caju, bem como a urbanização, construção de estradas e atividades industriais, destacando-se o turismo predatório. A Floresta Litorânea ou Mata Atlântica ainda é encontrada pontualmente distribuída no Litoral Oriental do Estado.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro/ IDEMA, evidenciou para esta área do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, o total de 101.856 hectares de cobertura vegetal nativa (Imagens SPOT, 1998, escala 1:50.000), correspondendo a 27,5% desse espaço costeiro, distribuídos da seguinte forma: 9,4% da Formação Vegetal Tabuleiro Litorâneo; 5,6% de Mata de Duna Litorânea Densa; 4,4% de Mata de Duna Litorânea Rala; 2,6% de Mata Ciliar (margem de rios) e 2,4% do Manguezal.

### **2.3 Geologia e as Classes de Solos**

Do ponto de vista geológico, cerca de 60% do Estado é formado por rochas cristalinas e terrenos antigos, compreendendo toda à parte centro-oeste e grande parte sul do Estado. Esses terrenos têm sua origem no período geológico Pré-Cambriano. São rochas resistentes representadas por granitos, quartzitos, gnaisses e os micaxistos, onde são encontrados minerais como: scheelita, berilo, cassiterita, tantalita, ferro, micas, ouro, cobre, columbita, enxofre, barita, coríndon e alguns tipos de gemas, tais como água-marinha, turmalina e quartzo, dentre outras. Em geral nesses terrenos os solos são rasos e de baixa fertilidade, com aptidão para agricultura de sequeiro e a exploração da pecuária extensiva. Dada sua pouca permeabilidade, registra-se pouca disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos.

A parte centro-norte e todo o Litoral Oriental do Estado é formada por rochas e terrenos sedimentares, de formação mais recente, das eras Mesozóica e Cenozóica. São representados por: **a) Formações do Grupo Barreiras** recobertas por Dunas que se estendem ao longo de toda a costa do Rio Grande do Norte,

constituem-se em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras; b) **Calcários da Formação Jandaíra e os arenitos da Formação Açu**, onde também são encontrados minerais economicamente importantes como petróleo, calcário, argilas, diatomita, feldspato e o caulín, entre outros.

Por sua vez, o Rio Grande do Norte, apresenta uma variedade de classes de solos, ocasionada por uma grande diversidade em litologia e material originária, além de variação no relevo e no regime de umidade do solo. As principais manchas de solo encontradas no Estado são:

- **Luvissolos (Solos Brunos Não-Cálcicos):** encontrados ocupando toda a parte centro sul do Estado, são solos rasos a pouco profundos, de relevo suavemente ondulado, são moderadamente ácidos a praticamente neutros, que estão relacionados principalmente com os biotita-gnaisses. São solos bem providos de nutrientes, cujas alternativas de uso são restritas por estarem localizados, sobretudo, na zona do sertão, onde as condições de umidade são muito limitantes.
- **Latossolo Vermelho Amarelo:** ocupam quase todo o litoral do Estado, caracterizam-se por solos profundos maiores que um metro, bem drenados, porosos, friáveis, com baixos teores de matéria orgânica e predominantemente ácidos.
- **Neossolos (Areias Quartzosas, Regossolo, Solos Aluviais, Solos Litólicos):** presentes também em quase todo o litoral e na margem dos principais rios, são solos não hidromórficos, arenosos, desde ácidos até alcalinos e excessivamente drenados. Apresentam grande variação com relação à profundidade efetiva (muito profundo Areias Quartzosas; raso e pouco profundo Litólicos), bem como com relação a fertilidade natural (baixa Areias Quartzosas; Alta Litólicos);
- **Planossolos (Solonchaks-Sálico, Solonetz-Solodizado):** distribuídos em pequenas áreas do Estados, são solos rasos a pouco profundos que apresentam limitação moderada a forte quanto ao uso agrícola, em decorrência principalmente das más condições de drenagem e dos teores médios a altos em sódio trocável.
- **Argissolos (Podzólico Vermelho-Amarelo):** são encontrados principalmente no Alto Oeste. São solos medianamente profundos a profundos, fortemente a

moderadamente drenados, com baixos teores de matéria orgânica. Apresentam, normalmente, grande potencial agropecuário;

- **Cambissolo Eutrófico:** são solos rasos a profundos, bem drenados, desenvolvidos a partir de diversas rochas, destacando-se os calcários, granitos e migmatitos, em áreas de relevo plano a forte ondulado, sob vegetação de caatinga hipo e hiperxerófila.
- **Solos de Mangue:** ocorrem principalmente nas desembocaduras dos rios, como o Potengi e o Curimataú. São solos salinos com grande quantidade de matéria orgânica.
- **Chernossolos (Rendzinas):** encontrados na Chapada do Apodi. São solos rasos, moderados a imperfeitamente drenados. Derivados de calcários, são solos alcalinos.

### 3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

#### Cenário Demográfico: Atual e Futuro

#### Transição Urbana

Em que pese o presente estudo ser parte integrante do documento Bases Referenciais para o Planejamento Estratégico da Região Metropolitana do Natal, entende-se que a região citada engloba e reproduz todo o potencial e contradições da economia norte-rio-grandense como um todo, permitindo extrapolações, projeções, e cenários para a execução de planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte.

A transição urbana começou a se processar na década de 50 como consequência do crescimento industrial das cidades brasileiras, principalmente Sul e Sudeste. No Nordeste, esse processo aconteceu com uma certa defasagem, mas também de forma crescente e irreversível, provocando um crescimento desordenado das capitais nordestinas e cidades de médio porte, implicando em um considerável aumento das demandas sociais, num quadro que se alternava em períodos de elevado crescimento econômico e em outros de escassez de recursos para investimentos em infra-estrutura urbana.

No Rio Grande do Norte, o processo de transição urbana se deu com bastante rapidez e intensidade, haja vista que em 1960 menos da metade da população morava nas cidades e, atualmente, cerca de 75% da população é constituída de pessoas que moram na zona urbana. Junte-se a isso a peculiaridade de que o Estado não dispõe de uma rede de cidades com uma gradação hierárquica de tamanho que possibilite a distribuição dos impactos do êxodo rural num maior número de centros receptores de população migrante. Na verdade, no Rio Grande do Norte, os dois principais pólos urbanos continuam sendo Natal, municípios da Região Metropolitana e Mossoró, concentrando-se nessas duas áreas os impactos decorrentes do processo de urbanização, com todas as suas implicações.

O crescimento de Natal nas três últimas décadas foi, em grande medida, decorrente da migração campo-cidade e de seus efeitos indiretos e não, especificamente, do seu próprio crescimento vegetativo. Em 1980, Natal tinha uma população de 417 mil habitantes. Em 1996, esta população já atingia a cifra de 656 mil habitantes, passando no ano 2000 para mais de 700 mil habitantes, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os efeitos mais visíveis da transição urbana em Natal e em sua Região Metropolitana foram a formação de uma pujante classe média urbana com um perfil de demanda completamente diverso daquele próprio da população de origem rural e o simultâneo processo de segregação social que empurrou os pobres para a periferia da cidade onde eles, paradoxalmente, não encontraram o que vieram buscar: melhor qualidade de vida.

De certa forma, a transição urbana, via êxodo rural-urbano, experimentada por Natal e outras cidades brasileiras, foi a etapa inicial de um processo de periferização e empobrecimento urbano no qual, na verdade, o que se verificou foi uma mudança no cenário da pobreza: pobres rurais transformando-se em miseráveis urbanos.

A questão da urbanização, com seus efeitos positivos de um lado e seus efeitos deletérios de outro, se impõe como o grande desafio aos estrategistas do planejamento urbano em toda e qualquer região e/ou cidade do Estado .

### **Transição Demográfica**

A transição demográfica é o processo que se caracteriza pela passagem de níveis elevados de mortalidade e fecundidade para níveis mais baixos, acarretando alterações consideráveis na estrutura etária (pirâmide) da população (Monteiro, 1995).

A história dos países que já experimentaram seus processos de transição demográfica ensina que os mesmos aconteceram, de modo geral, em quatro etapas bem definidas e passíveis de datação. A primeira etapa é antecedente à transição demográfica e se caracteriza por um equilíbrio nas taxas de mortalidade e natalidade mantidas em níveis elevados..

No caso do Brasil, a datação desta fase corresponde ao período anterior aos anos quarenta. A segunda etapa inicia-se com a queda da mortalidade, mantendo-se a fecundidade em níveis altos por algum tempo. Nesta fase, devido ao crescimento vegetativo, a população aumenta em ritmo acelerado. O Brasil viveu esta fase no período de 1940 ao final dos anos sessenta.

A terceira etapa inicia-se no instante em que a fecundidade começa a cair e cujo efeito mais direto é a diminuição do ritmo de crescimento da população mais jovem. Com isso, a proporção de crianças e jovens tende a diminuir e, conseqüentemente, eleva-se, gradativamente, a proporção de pessoas idosas na população. Como nesta etapa a mortalidade continua em queda, o ritmo de crescimento da população começa a se arrefecer. Para o Brasil, o período de datação desta etapa da transição demográfica situa-se entre 1965 e o início dos anos noventa. É nesse período que se inicia o processo de envelhecimento da população, como conseqüência da queda de fecundidade. Envelhecimento, aqui, deve ser entendido como a tendência crescente da proporção de pessoas nas faixas acima dos 65 anos em relação à população total.

A quarta etapa constitui a consolidação do processo em que tanto a mortalidade como a fecundidade atingem níveis baixos. A fecundidade se aproxima do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) e a mortalidade continua a decrescer. Nesta etapa, o processo de envelhecimento populacional se acelera, tendo agora como fator determinante a contínua queda da mortalidade (Monteiro, 1995).

Um dos aspectos mais marcantes do processo de transição demográfica brasileiro é a velocidade da queda da fecundidade que, nos Estados Unidos, no Canadá e em países da Europa, por exemplo, transcorreu em períodos que duraram

de 80 a 100 anos, e aqui se deu em, aproximadamente, 30 anos, ou seja, praticamente o tempo de uma geração. As implicações desse fenômeno são por demais sérias e merecem reflexão, atenção e posicionamento por parte dos responsáveis pelo planejamento das políticas públicas.

### **Queda da Fecundidade**

As três principais conseqüências da queda da fecundidade são:

1. Arrefecimento no ritmo de crescimento da população. Isso significa taxas de crescimento populacional cada vez menores;
2. Num segundo momento, verifica-se a redução da população infantil e juvenil;
3. Haverá uma redução na taxa de dependência (relação entre o número de ativos e o de inativos). "Isso significa que a população que está nascendo agora, em número muito mais reduzido, e que será a população ativa das próximas décadas, terá um peso muito maior para sustentar: a população idosa". (Carvalho, 1994).

A estrutura etária da população se modifica com a proporção de pessoas idosas crescendo, enquanto diminui a proporção de crianças e jovens. É o que se denomina de "agrisalhamento" ("grey power"). Essa nova categoria, passa a ter maior peso, advindo daí novas demandas sociais nas áreas de saúde e assistência social para a terceira idade. Além disso, com o aumento da esperança de vida, as pessoas com mais idade passam a viver mais tempo. E aí surge o desafio: já que aumentou a quantidade de anos vividos, agora é preciso melhorar a qualidade de vida dos anos adicionais.

### **Transição Demográfica no RN**

Apesar de alguma defasagem de tempo em relação ao Brasil, o Rio Grande do Norte também se encontra em fase avançada no seu processo de transição demográfica, tendo experimentado rápidas quedas nas taxas de fecundidade nas três últimas décadas. Em 1970, as mulheres tinham, em média, 8,5 filhos. Em 1991, esse número caiu para 3,2, uma retração de 62%, no prazo de 21 anos. Atualmente, apesar dos diferenciais nas taxas de fecundidade entre mulheres urbanas e rurais,

com alta e baixa escolaridade, a queda da fecundidade tornou-se um fenômeno generalizado e irreversível, graças à disseminação de métodos anticoncepcionais modernos e eficazes.

O RN, segundo pesquisa realizada pela Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil - BEMFAM, em 1996, foi apontado como um dos estados brasileiros com maior prevalência de uso dos anticoncepcionais, pois 43% das mulheres usavam algum tipo de método para prevenir a gravidez. Vale ressaltar que a esterilização feminina é o método mais utilizado, sendo que 28% das mulheres em idade fértil passaram por esse processo. Estima-se que, hoje, a taxa de fecundidade total das mulheres do RN esteja em torno de 2,5 filhos, bem próxima do nível de reposição de 2,1, que é o número de filhos que cada casal deve ter para repor a si mesmo à população.

Portanto, pode-se inferir que o Estado do RN experimenta todas as conseqüências e implicações positivas e negativas do processo de queda de fecundidade, assim como vem acontecendo com a maioria dos países em desenvolvimento.

### **Processo de Envelhecimento**

A população da Grande Natal e por extensão, a do Rio Grande do Norte, sofre um acentuado processo de envelhecimento. Entre os indicadores que se utilizam para avaliar a tendência do envelhecimento da população, os mais recomendados são a idade mediana e o índice de envelhecimento, entre outros.

É importante frisar que, se não forem tomadas as providências adequadas no tempo certo, o problema do idoso no Brasil poderá resultar numa nova categoria de excluídos: os idosos abandonados, da mesma forma que tivemos e ainda temos os menores abandonados. O Governo do Estado e os Prefeitos dos municípios da Grande Natal precisam agir de forma planejada e integrada para evitar que isso ocorra.

### **O Afluxo da População em Idade Ativa**

As transformações que estão acontecendo agora e que continuarão a acontecer nas próximas décadas na estrutura etária da população da Grande Natal e o RN, forçosamente provocarão mudanças nas relações entre as gerações e

exigirão mecanismos institucionais e sociais para a adaptação a uma nova maneira de se encarar e tratar as questões de trabalho e empregabilidade, assistência à saúde e à educação (FNUAP, 1998). Em relação à questão do trabalho há de se considerar o "afluxo" de jovens que irá adensar o contingente em idade ativa. Isso acena com a possibilidade de um "bônus demográfico" para os próximos 15-20 anos se a esse "afluxo" de jovens for oferecida a possibilidade de capacitação para o mercado de trabalho no molde que assegure a empregabilidade num contexto de concorrência cada vez mais exigente. Investindo-se na formação para a cidadania e na qualificação para o trabalho, estar-se-á construindo as bases para se alcançar ganhos na produtividade da mão-de-obra e, como consequência, um crescimento econômico mais rápido e sustentado. O impacto positivo deste fato é a geração de mais receita na economia que poderá ser direcionada para investimentos sociais, como saúde, educação e seguridade social, de modo a satisfazer às necessidades básicas, tanto de idosos como de jovens, e criar as bases para um desenvolvimento futuro em bases sustentáveis.

Um exemplo do correto aproveitamento do "bônus demográfico" anteriormente referido são os países do Leste e Sudeste Asiático que souberam aproveitar a queda da fecundidade, investindo na saúde e na educação de crianças e jovens, colhendo como resultado, em décadas mais tarde, um rápido crescimento econômico (FNUAP, 1998).

### **Recomendações**

A observância de algumas recomendações sugeridas pelo Fundo das Nações Unidas para a População - FNUAP, em seu relatório anual de 1998, onde discute as políticas públicas no contexto de uma estrutura etária em transformação e aponta como questões fundamentais a saúde, a produtividade, a participação social, a educação e a relação entre jovens e idosos que são fundamentais para o entendimento sobre desenvolvimento sustentável de toda e qualquer sociedade

Nesse sentido, aponta três recomendações que se prestam perfeitamente para a situação da Grande Natal e o Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista seu cenário demográfico atual e futuro:

- os jovens deverão ser preparados para sua integração positiva e saudável na sociedade em transformação, o que ajudará a tirar partido

do "afluxo" de população em idade ativa que representam. Isso exige que seja prestada atenção às suas necessidades básicas nos campos social e econômico;

- as repercussões do envelhecimento da população e do "afluxo" de população em idade ativa deverão ser avaliados no contexto das políticas públicas;
- a saúde dos idosos, nas próximas décadas, vai depender da qualidade dos cuidados de saúde existentes hoje, do padrão de rendimento, das condições de vida e, principalmente, do estado de saúde em fases anteriores da vida.

Por fim, os planejadores devem observar também estudos que contemplem as categorias de risco que envolvem políticas públicas específicas. Fazem parte desse grupo as crianças e adolescentes, a mulher, o portador de deficiências, a terceira idade e os idosos, entre outros.

## **4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO**

### **4.1 Gestão dos Recursos Naturais**

Promover e realizar a gestão dos recursos naturais é atualmente uma exigência expressa pelo Estado e anseio de significativa parte da sociedade civil organizada, para a preservação, conservação, ordenamento e uso dos ambientes dos diferentes ecossistemas. A construção da sustentabilidade do patrimônio natural é de muita complexidade, marcado pela diversidade de situações ao longo dos 53.045 Km<sup>2</sup> do Rio Grande do Norte.

O Estado possui duas grandes zonas naturais: a terrestre e uma marítima (plataforma continental).

Dos ecossistemas terrestres, destaca-se a Caatinga, ocupando 80% do território estadual, constituindo-se parte integrante do bioma Caatinga da região semi-árida do nordeste brasileiro (800.000 km<sup>2</sup> e abriga 29% de seus habitantes), predominante das planícies baixas e planaltos entre as latitudes 3° e 16° do hemisfério Sul.

É importante realçar a grandeza desses patrimônios florísticos (caatinga e os remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados<sup>5</sup>) pelo inestimável valor sócio-econômico e ambiental, além de proteger os solos contra a erosão, amenizar a temperatura, permitir maior retenção dos recursos hídricos, melhorar a qualidade das águas pelo menor arrasto de sedimentos, reduzindo o assoreamento e aumentando a vida útil dos açudes e lagoas.

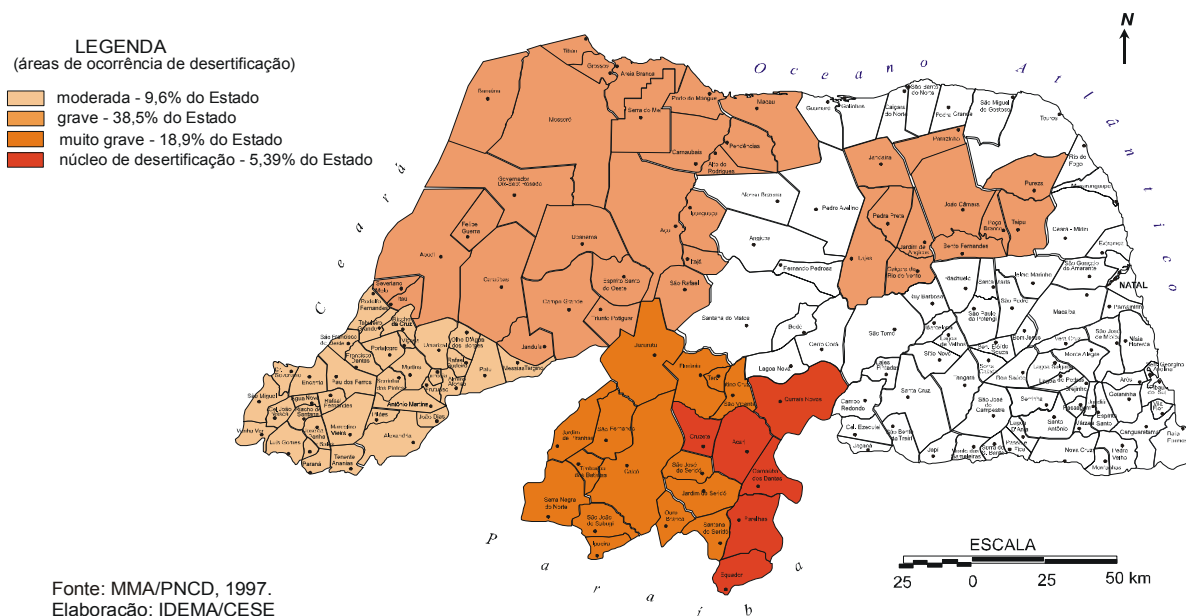
É reconhecido que os recursos florestais do Estado, vêm se reduzindo em extensão e qualidade, uma vez que, historicamente, têm participando sem manejo adequado, como grande provedor de biomassa na produção de energia para as atividades produtivas e de subsistência da população local, contribuindo para intenso processo de degradação ambiental e insustentabilidade desse recurso natural.

No ambiente do semi-árido, a convivência secular das secas e a gestão competente dos recursos hídricos constituem o cerne da construção da sustentabilidade. Em cinco séculos, são 76 secas registradas na história do nordeste brasileiro. O processo de desertificação nessa região, com etapas diferenciadas, já atinge quase um milhão de quilômetros quadrados. O Rio Grande do Norte e mais precisamente a Microrregião do Seridó, que abrange parte da Paraíba, encontram-se inseridas na área em processo de desertificação. A fragilidade do ecossistema, com solos rasos e pedregosos, chuvas escassas e irregular distribuição espacial e temporal; ventos quentes e secos, temperaturas que pode chegar a 50°C e se não bastasse tamanha fragilidade natural, durante séculos sob intensa ocupação, o homem tem priorizado atividades econômicas (desmatamento, pecuária extensiva, cultura algodoeira, mineração, cerâmica vermelha além de pequenas indústrias que utilizam a biomassa da caatinga como fonte energética), tem provocado uma forte pressão sobre a base de recursos naturais existentes. Atualmente, a região Seridó é considerada como um dos quatro núcleos de desertificação do Nordeste brasileiro. Faltam os recursos para execução dos planos já elaborados. Essa é outra prioridade absoluta, considerando que se pretende também estancar o processo migratório permanente e melhorar a qualidade de vida da população local.

---

<sup>5</sup>O restante da cobertura florestal (20%) do Rio Grande do Norte, destacam-se – Manguezal, Formação Vegetal Tabuleiro Costeiro e Mata Ciliar na região litorânea, nas planícies e vales costeiros.

Figura 3  
RIO GRANDE DO NORTE  
Áreas de Ocorrência de Desertificação



Numa primeira instância, é indispensável conceber e implementar projetos específicos para retenção de águas em microbacias e dispor de planos consistentes para assistir as populações em circunstâncias de escassez ou mesmo falta d'água. Noutra direção, seria o encaminhamento de soluções para a transformação da estrutura agrária regional; ampliação das reservas estratégicas; e adequada gestão dos recursos hídricos, da flora e fauna hoje condicionada a fatores socioeconômicos e políticos que dificultam ou mesmo impedem a sustentabilidade do semi-árido norte-rio-grandense.

Na área costeira, o desafio está em conciliar a expansão urbana com a conservação e o uso sustentável. Cerca de 45% da população do Estado reside no espaço litorâneo. São graves as ameaças oriundas da expansão urbana desordenada, por projetos turísticos e industriais inadequados e pelo despejo de poluentes e lixo. Lagoas, rios e aquíferos estão sendo contaminados, comprometendo o abastecimento e usos pela população. São exemplos, os rios Pitimbu, Potengi e o lençol subterrâneo de Natal. No Estado menos de 12% dos municípios costeiros dispõem de serviços de saneamento básico e apenas Natal

conta com aterros sanitários, realidade que coloca os municípios sob o risco de epidemias as mais diversas.

Relativo aos recursos hídricos, verifica-se que o Estado dispõe, atualmente, de uma oferta hídrica anual da ordem de 4,4 bilhões de metros cúbicos de água, dimensionados para as catorze bacias hidrográficas e para as duas faixas litorâneas de escoamento de difuso Norte e Leste. É elevado o nível de desperdícios dos recursos hídricos, mesmo nos ambientes onde sua escassez d'água é a realidade mais presente. Da mesma forma pode ser destacado a falta de manejo adequado para a proteção da fertilidade dos solos, ocorrendo com frequência contaminação pelo uso inadequado dos insumos modernos na agricultura e pelos efluentes domésticos e industriais não tratados.

O Estado conta, atualmente, com quatro unidades de conservação integral<sup>6</sup> (UPI) totalizando 40.751,38 hectares, com objetivos de preservar os recursos marinhos, bancos genéticos da flora e fauna; e unidades de uso sustentável<sup>7</sup> com 185.548,2 hectares já levantadas e destinadas a conservar e ordenar o uso dos recursos naturais. Estas áreas foram instituídas por decretos do Governo Federal e ou do Governo do Estado necessitando para sua instalação, funcionamento e consolidação, ações de planejamento focadas numa abordagem multidisciplinar, interinstitucional e integradora das diversas dimensões da realidade com definição de parcerias e aporte de recursos.

O governo do Brasil se comprometeu recentemente em preservar 10% de cada um de seus principais biomas até o ano 2020. O Rio Grande do Norte poderá ampliar sua participação, captando inclusive recursos federais/transnacionais para recuperação da Caatinga, no âmbito das prioridades nacionais de biodiversidades participando do esforço brasileiro para atingir suas metas para a Caatinga, através da formulação e operação de um sistema de áreas protegidas para a totalidade do bioma, através de uma estratégia que assegure o padrão de uso da terra, buscando não somente a preservação dos recursos biológicos da região, mas também contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico. É na região da Caatinga onde se encontram os mais baixos níveis de desenvolvimentos sustentáveis do País.

---

<sup>6</sup> Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas/Portaria Federal, Estação Ecológica do Seridó/Portaria Federal, Parque Estadual Dunas de Natal/Decreto Estadual, Parque Ecológico do Cabugi/Decreto Estadual.

<sup>7</sup> Área de Proteção Ambiental - (4)/APA's - Decretos Estaduais, (2)/FLONA's - Floresta Nacional /Portarias Federais, (2)/ RPPN's - Reserva Particular do Patrimônio Natural/Portarias Federais.

## **4.2 Infra-estrutura e Integração Regional**

A retomada do crescimento econômico sustentado do País está diretamente relacionado aos investimentos realizados em infra-estrutura. Além de ser essencial para a expansão, da indústria, do comércio de bens e serviços, reduzir os custos dos produtos comercializados, promover a efetiva integração das regiões e suas economias nos planos nacional e internacional, é por excelência um forte setor gerador de empregos.

Ademais, é reconhecido pela sociedade brasileira e particularmente, exigidos pela classe empresarial a melhoria da infra-estrutura nacional, como condição essencial para maior competitividade e qualidade dos produtos e serviços, para a conquista de novos mercados nacional e transnacional, ensejando oportunidades de riqueza para o País. Os sistemas de transporte, energia, telecomunicações, saneamento, entre outros, têm, necessariamente, de atender às necessidades da população e, em especial, das empresas, para que elas possam produzir bens e serviços atendendo as exigências do mercado.

Nas últimas décadas a economia do Brasil vem apresentando grande fragilidade, com baixas taxas de crescimento e desajustes macroeconômicos nas contas públicas e do setor privado, com endividamentos no plano interno e externo frente a acentuada vulnerabilidade do mercado internacional. Esses fatos, levaram o governo com limitados recursos, reduzir drasticamente os investimentos e a patrocinar a privatização dos serviços públicos, inaugurando novo ciclo de investimentos, com ingresso do capital privado seja pela concessão de serviços públicos ou por incentivos fiscais para atividades produtivas, cujas inversões são orientadas pela lucratividade de seus empreendimentos.

Nesse contexto, o Rio Grande do Norte, viabilizou com recursos da privatização e em parcerias com a administração federal, grandes empreendimentos em recursos hídricos, irrigação, transporte, infra-estrutura social (saúde, educação segurança), beneficiando amplas camadas da população, além de disponibilizar uma infra-estrutura compatível para atrair e consolidar oportunidades de investimentos privados.

Não resta dúvida que só a retomada do desenvolvimento econômico, concretizado em bases mais sustentáveis, oferecerá condições de ingressos dos recursos públicos e privados, viabilizando programas/projetos de modernização da infra-estrutura estadual, catalisadores para novos empreendimentos e multiplicadores de efeitos positivos para o desenvolvimento de todas as regiões. Essas ações devem superar obstáculos, não dispersar recursos, interligar empreendimentos e contribuir para profundas transformações no desenvolvimento estadual.

Nessa direção, é necessário que o Estado disponha de um detalhado portfólio de projetos, setorialmente diversificado, especialmente distribuído em atenção às vantagens comparativas regionais ou mesmo a carências de atendimento social, criando e ampliando sinergias para que o progresso seja partilhado por todos norte-rio-grandenses.

Para melhor percepção dos desafios atuais na infra-estrutura do Estado apresentam-se a seguir, por setores, as principais áreas potenciais para investimentos dentro dos princípios que maximizem a integração de atividades e democratizem os benefícios do desenvolvimento.

### **Energia Elétrica**

A matriz energética potiguar pode ser caracterizada como diversificada (energia elétrica, petróleo, gás natural, biomassa, dentre outras), embora continue existindo um forte predomínio das energias de origem hidráulica e petróleo. No entanto, essa matriz ainda é marcada pela produção de importantes impactos negativos no meio ambiente, além de enfrentar, em alguns casos, um alto nível de perda entre a etapa de geração e o consumo final. Igualmente cabe lembrar a importância vital e estratégica da energia para o desenvolvimento de qualquer estado ou região. Nesse sentido a questão energética tem como uma de suas discussões atuais o processo de privatização e liberalização que vem ocorrendo no setor. Um outro aspecto se refere ao fato de que este ainda não é o serviço de acesso universal à população, realidade desafiadora para a nossa sociedade.

Finalmente, é fundamental considerar que a perspectiva de crescimento econômico implicará num aumento significativo da demanda energética. Nesse sentido, o Governo do Estado deve, no médio prazo, criar as condições necessárias

para promover a ampliação da infra-estrutura de distribuição de energia, assegurando dessa forma a expansão das atividades em razão do crescimento.

## **Transporte**

A malha rodoviária estadual na atualidade é deficiente em dois principais aspectos. O primeiro seria a manutenção e conservação das estradas existentes. Cerca de 15% das estradas pavimentadas do estado estão em situação precária, o que aumenta os custos do transporte haja vista que 70% das cargas passam pelas estradas, constituindo-se em forte obstáculo às atividades empresariais. O outro seria a construção de novas estradas interligando regiões, municípios e a outros estados, com isso melhorando a trafegabilidade dos usuários nessa malha viária. Em ambos os casos, observam-se falta de prioridade política para o sistema, ocasionando limitada alocação de recursos financeiros. A esses fatos é reconhecido pela sociedade, também, problemas relacionados a gestão pública desses serviços, a exemplo da infra-estrutura desativada dos núcleos administrativos regionais.

No que diz respeito à malha ferroviária, que é de competência exclusiva do governo federal, observa-se nos últimos anos, em muitas regiões do País, uma ausência de investimentos públicos e privados, levando o setor a um sucateamento total. No caso particular do Rio Grande do Norte fica muito clara a desmobilização desse serviço, como a desativação do trecho Mossoró/RN - Souza/PB, que viabilizaria a ligação do Estado com a Transnordestina. Outra ferrovia de grande importância que deveria receber atenção especial é a que ligam Macau - Natal, permitindo a ligação de uma região potencialmente rica em petróleo, sal, fruticultura e turismo com a capital.

Relativo a intra-estrutura aéreo-portuária, o Estado esta dentro das expectativas para o desenvolvimento regional e nacional, servindo como receptor e emissor de serviços e bens. No caso específico, o aeroporto Augusto Severo, com uma capacidade instalada de 1,2 milhões passageiros/ano atende as necessidades locais já que o fluxo atual gira em torno de 900 mil passageiro/ano. Ainda nesse aeroporto, o setor de cargas foi redimensionado, ampliando sua capacidade além de disponibilizar equipamentos como estrutura de trilhos, câmara de resfriamentos,

serviços alfandegários e acréscimos na pista de pouso/decolagem o que dar condições para operação de aeronaves de grande porte.

Noutra direção está o futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante, cujo objetivo é de ser um grande entreposto de cargas, nacional e internacional, portanto, definido como equipamento de grande porte, destinado a operar com as maiores aeronaves de carga da atualidade. Com obras de terraplanagem em andamento, há uma grande expectativa para o desenvolvimento da região metropolitana de Natal, com impactos de dimensões, urbanística, social, econômica e ambiental, devendo estabelecer profundas modificações no atual perfil da região. Naturalmente, uma infra-estrutura desse porte irá exigir novos investimentos complementares públicos e privados de modo a garantir funcionalidade e operacionalidade para cumprimento de seus objetivos.

Com relação aos serviços portuários, o Estado está servido pelos portos de Guamaré, de Natal e o porto ilha de Areia Branca capazes de receber navios de pequeno e médio portes. Guamaré movimenta em torno de quatro milhões de toneladas de produtos ano, principalmente, petróleo e derivados; o porto ilha movimenta 2,5 milhões de toneladas de carga, principalmente sal. Nos últimos anos o porto de Natal tem recebido melhorias tanto no canal de navegação, na capacidade de atracação dos navios, passando dos atuais 400m para 540m e na ampliação da sua capacidade de armazenagem.

É importante destacar a necessidade permanente de novos investimentos portuários, de modo a assegurar um padrão de serviços competitivos para os mercados de cargas e integração a rotas turísticas, nacional e internacional, de modo a viabilizar no estado, o aproveitamento das potencialidades de exportação e de sua posição estratégica privilegiada no canto mais nordeste do Brasil.

Já o porto ilha de Areia Branca, construído (1974) para atender a indústria salineira da região é dotado, atualmente, de uma estrutura física capaz de armazenar e transportar toda a produção, estimada em torno de 3,0 a 3,5 milhões de toneladas/ano. Hoje, a movimentação é de 2,5 milhões de toneladas/ano atendendo aos mercados nacional e internacional. Sua administração, realizada pela Companhia de Docas do Nordeste (CODERNE) tem enfrentado dificuldades no que diz respeito a manutenção dos equipamentos e estruturas físicas, que assegurem o perfil de qualidade de operação e mantendo a vida útil do porto.

Os meios de transporte têm relação direta com os **padrões de produção e consumo**, de qualquer sociedade, seja no nível do deslocamento dos cidadãos ou no nível da produção. Ao se pensar em grandes centros urbanos, é urgente a elaboração de políticas que promovam o transporte coletivo e de massa como alternativa aos transportes individuais.

A Região Metropolitana do Natal encontra-se saturada, já não suporta mais tantos veículos, não só por seus impactos no meio ambiente, mas também na vida cotidiana do cidadão. Contudo, o que se vê no Estado (e no país) nos últimos anos é a opção pelo caminho contrário.

Mais e mais incentivos à indústria automotriz, inclusive com uma guerra fiscal entre estados, numa tentativa de impulsionar o crescimento econômico. As indústrias automobilísticas, além de não gerarem mais volume de empregos como ocorreu na década de 50, utilizam cada vez mais força de trabalho especializada que nem sempre está próxima ao seu local de instalação.

Também do ponto de vista fiscal a arrecadação local de impostos perde seu potencial em meio a tantos incentivos públicos. No campo de transporte de carga, apesar da diversificação existente no mercado brasileiro (rodoviário, ferroviário, fluvial, portos e cabotagem e aeroviário), o setor tem uma regulamentação precária, principalmente considerando as reestruturações recentes, bem como ao alto custo de suas atividades.

O modal rodoviário continua com forte predominância sobre as outras opções, realidade que os últimos dos grandes planos governamentais (“Brasil em Ação” e “Avança Brasil”) buscam modificar, através de investimento significativos em hidrovias e ferrovias. Entretanto, a política desenhada, centrada em corredores, mantém um viés extrativista-exportador que, dependendo da região, pode significar grande impactos negativos ambientais e sociais para beneficiamento de poucos. Os planos governamentais se ressentem de insuficiente discussão e participação dos diversos setores interessados e afetados pelas propostas, ainda mais considerando os altos valores de recursos públicos a serem utilizados.

Se o governo pretende contribuir para uma inserção cada vez mais significativa do Rio Grande do Norte no mercado globalizado, através das exportações, também não pode desconsiderar processos e necessidades locais que assegurem a formalização de um modelo institucional de organização e administração de transportes e sistema viário com base na integração horizontal e

vertical entre organismos públicos, atores privados e outros agentes da sociedade civil.

## **Recursos Hídricos**

### **As Disponibilidades Hídricas no Rio Grande do Norte**

Cerca de 90% do território norte-rio-grandense está inserido em ambiente com semi-aridez intensa. levando-se em consideração, que, do ponto de vista político-institucional no chamado “Polígono das Secas” localizam-se as áreas cuja pluviometria não ultrapassa 800 mm, a exceção da região extrema oriental do Estado (Grande Natal até proximidades do de Touros) poderá se constatar a referida assertiva. A Lei federal 9.433 que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e A Lei Estadual 6.908 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SEGERH, estabelecem que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política de Recursos Hídricos e atuação dos Sistemas Nacional e Estadual de gerenciamento dos recursos hídricos. O disposto no Art. 2º da Lei 9.433 um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos assegura à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequada aos respectivos usos, além de atuar com ações de prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrente do uso inadequado dos recursos hídricos. O desenvolvimento sustentável perante a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, é também um dos objetivos da Política Nacional e Estadual de recursos hídricos. É importante salientar que tanto a legislação estadual quanto a federal (Art. 33) preconizam a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como integrante dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esses comitês terão como área de atuação a totalidade da bacia hidrográfica, unidade territorial de planejamento.

O Estado do Rio Grande do Norte possui, um total de 17 bacias hidrográficas com uma grande diversidade de formações geológicas, climáticas, pedológicas e de cobertura vegetal. Pela legislação ambiental vigente, quatro destas bacias (Piranhas/Açu, Curimataú, Jacu e Guajurú) têm seus corpos de águas enquadrados

como “águas de domínio da união”. Ou seja, os rios principais destas bacias percorrem mais de um Estado da federação.

Os últimos acontecimentos e sombrias estatísticas acerca das disponibilidades de água doce e potável do Planeta remetem a uma pergunta que está sendo feita por ativistas de ONGs preocupados com a cidadania e sustentabilidade ambientais da Terra: – *a água é uma mercadoria a ser explorada, ou um direito humano universal?*. A preocupação reside no fato de que existem junto à organismos internacionais, alguns que defendem a privatização dos serviços de fornecimento de água.

A legislação brasileira define ainda que a água é um bem de domínio público, sendo um recurso natural limitado e dotado de valor econômico. Estabelece-se, dentro das políticas de recursos hídricos, instrumentos que viabilizem a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

No Fórum Mundial das Águas, que ocorreu em Quioto, Japão, foram levantadas preocupações, não no sentido de cobrança pelo uso da água, mas de possíveis privatizações de sistemas de distribuição de água em alguns países do mundo. Posteriormente, na Itália e no Brasil ocorreram fóruns alternativos semelhantes, porém com uma pauta de reivindicações de países considerados “deserdados de água” onde vivem mais de 1 (um) bilhão de pessoas que não têm acesso à água potável e cerca de 40% da população mundial não tem acesso ao saneamento básico (água encanada, esgoto, água tratada).

Reportando-se à disponibilidade de água no Rio Grande do Norte, é interessante observar sobre alguns dados importantes que estão disponíveis no *site* oficial da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado. Considerando-se apenas os açudes com capacidade superior 10 milhões de metros cúbicos ( $10 \times 10^6 \text{ m}^3$ ) nas duas bacias inseridas no semi-árido (Apodi/Mossoró e Piranha/Açu) podemos constata-se uma elevada concentração de água em um único ponto (barragem de Santa Cruz, na primeira e Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, na segunda), sem a devida distribuição desta sobre a área da bacia. A situação ideal para disponibilidade hídrica nessas bacias é que a água estivesse localizada de forma esparsa e difusa sobre a área da bacia, e não concentrada em grandes reservatórios. Embora tenha havido nos últimos anos um enorme esforço para distribuir água em outras regiões, como foi o programa de adutoras, há que se considerar que o custo de bombeamento desta água ainda é muito alto, o que, por

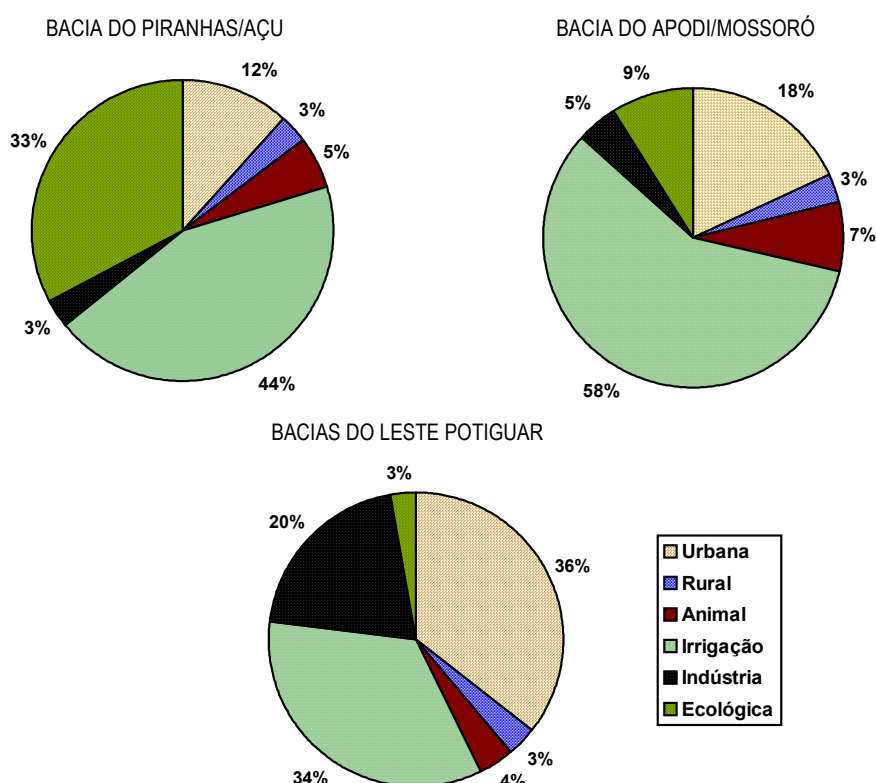
vezes, pode inviabilizar o seu consumo pelas populações de baixa renda. Há por exemplo nas bacias do Apodi/Mossoró e Piranhas/Açu, respectivamente, o equivalente a aproximadamente 0,904 e 2,9 bilhões de metros cúbicos de água de excelente qualidade para irrigação e consumo humano. Por outro lado apenas a barragem de Santa Cruz do Apodi, foi projetada para acumular o equivalente a 62 % deste total armazenado e na bacia do Piranhas/Açu, tem-se a Barragem *Armando Ribeiro Gonçalves* com cerca de 82 % da disponibilidade hídrica em açudes desta bacia. Considerando-se o elevado custo do bombeamento, o problema da distribuição de água em carros-pipa, os custos operacionais da adução, dentre outros, o Rio Grande do Norte, apesar de possuir água, muito além da sua demanda para consumo humano atual, concentra populações que têm sede e não conseguem dessedentar seus animais em situações de seca extrema, devido a problemas de falta de “democratização” na distribuição geográfica dos represamentos. Estima-se que a atual demanda com o consumo humano no nosso Estado é de aproximadamente 6,0 m<sup>3</sup>/s. Ora, somente a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves teria capacidade para uma vazão regularizada de 12,0 m<sup>3</sup>/s ou maior. É estabelecida a seguinte contradição: o reservatório possui água suficiente para abastecer toda a população do Rio Grande do Norte. Porém, os custos energéticos já mencionados podem inviabilizar a adução para levar a água aos pontos mais distantes do território potiguar e mesmo dentro da bacia hidrográfica.

A Figura 4 foi elaborada para melhor exemplificar a distribuição dos recursos hídricos e demandas para usos múltiplos em diferentes bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte. O que é denominado de Bacias do Leste Potiguar incluem todas as bacias hidrográficas dos rios Ceará-Mirim, Boqueirão, Punaú, Maxaranguape, Doce, Potengi, Pirangi, Trairí, Curimataú, Jacu, Catú e Guajurú. A referida Figura, indica que a demanda para consumo humano (em áreas urbanas) corresponde a apenas 18, 12 e 36 % de toda a água armazenada nos açudes e aquíferos da bacia do Apodi/Mossoró, Piranha/Açu e Leste Potiguar, respectivamente. São considerados, nos cálculos, as demandas para irrigação e indústria. Um fato importante a ser observado ainda é a pressão de consumo de água para irrigação na bacia do Apodi/Mossoró que equivale a quase 60% da água disponível. Ou seja, uma das causas da escassez de água, principalmente na região de Baraúna, está associada ao rebaixamento do aquífero Calcário Jandaíra, pelo uso desordenado da água dos poços desse importante manancial o que está fazendo alguns fruticultores

migrarem para regiões onde o aquífero Açu (Arenito) está a menores profundidades diminuindo sensivelmente os custos de bombeamento para irrigação.

Diante das perspectivas, por vezes sombrias, de colapso no abastecimento e fornecimento de água doce para os seus usos múltiplos e, considerando que em situações de escassez o abastecimento humano se torna prioritário, seguido da dessedentação de animais, é necessário que se aplique, de imediato os dispositivos legais estabelecidos e que prioritariamente sejam implantados os Comitês de Bacias Hidrográficas tanto dos rios estaduais, quanto nas bacias de domínio da união. O comitê é portanto o “Parlamento das Águas” – fórum de decisão sobre outorga, cobrança, controle de vazões, controle de qualidade da água, bem como promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e arbitrar sobre os possíveis conflitos de interesses entre os usuários de água, as populações residentes e o poder público, em uma bacia hidrográfica.

Figura 4  
Distribuição dos Recursos Hídricos e Demandas nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte



### **4.3 Desenvolvimento Econômico e os Desequilíbrios Sociais**

O Brasil historicamente vem apresentando elevadas taxas de crescimento econômico e acentuado desequilíbrio de desenvolvimento social. No período de 1930 a 1995 foi o país que mais cresceu no mundo, obtendo uma taxa de crescimento anual média de 6,1%. Nesse contexto, o Rio Grande do Norte manteve um estreito relacionamento de progresso econômico e de persistente desequilíbrio social em resposta às políticas macroeconômicas e ao contexto do ambiente externo.

Nas décadas de setenta e oitenta a economia estadual estava centrada pela forte presença de atividades direta e indiretamente ligadas ao setor público, frente os impasses do desenvolvimento agropecuário, notadamente da atividade algodoeira e a desmobilização do parque industrial da scheelita. O binômio, algodão e pecuária bovina, de larga tradição no Estado, particularmente, na grande área do semi-árido, perde espaço com o desmonte da cotonicultura, dado às inovações da indústria têxtil com uso mais intensivo das fibras sintéticas e pela incapacidade competitiva do sistema agrícola (baixa produtividade por hectare, presença do bicudo, tamanho da fibra). Nesse contexto, foram drasticamente reduzidas as oportunidades de ocupação da mão de obra no espaço rural e crescente o fluxo da população campocidade, comprometendo ainda mais o quadro do desenvolvimento urbano estadual.

Também, no mesmo período, se observa a desestruturação do complexo produtivo e exportador da scheelita, após ter ocupado o primeiro lugar no ranking nacional, frente aos exportadores chineses que passaram a oferecer preços mais competitivos no mercado internacional.

Nos anos noventa o desenvolvimento do Rio Grande do Norte já dentro do espírito da desestatização da economia, registra mudanças significativas na estrutura de produção em atenção às exigências do mercado, redesenhando prioridades de serviços públicos, fortalecendo o aproveitamento de vocações regionais com arranjos produtivos integrados e competitivos, capaz de gerar oportunidades de trabalho e riqueza. O PIB do estado em 1999 foi de R\$ 7,6 bilhões,

respectivamente, 0,79% e 5,99% do PIB brasileiro e do nordeste. No referido ano o PIB per capita (R\$ 2.757,00), foi 48% da média nacional e 103% em relação à nordestina (IBGE/1999).

São reveladoras as fragilidades do dinamismo econômico do Rio Grande do Norte. Segundo dados do IBGE, indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) no período 1990-1999, retratam uma média de crescimento superior às taxas regional e nacional, porém não sinaliza uma recuperação firme, acentuada, do posicionamento do Estado no conjunto do produto nacional (1990 era de 0,72 % e em 1999 de 0,79%)

**Tabela 1**  
Taxa de Crescimento Acumulado do PIB  
e Média Geométrica de Crescimento Período 1990-1999

Taxas de Crescimento	Rio Grande do Norte	Nordeste	Brasil
Acumulado	36%	24%	27%
Média Anual	3,5%	2,4	2,7%

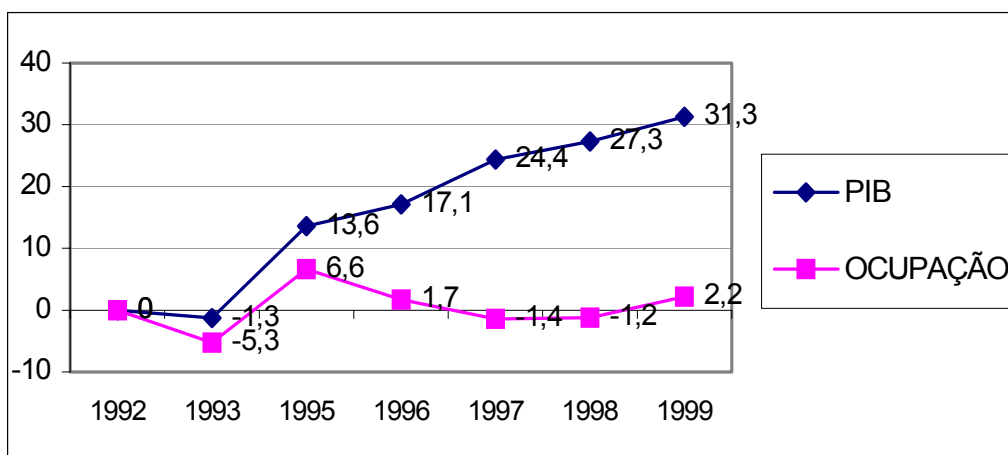
Fonte: IBGE/IDEMA – Contas Nacionais

Se em relação ao conjunto do País a economia do Estado praticamente não alterou, grave é o descompasso entre o crescimento do PIB e do emprego (Figura 8). O novo quadro econômico não favoreceu o desenvolvimento do mercado de trabalho. No período em análise, o crescimento do PIB norte-rio-grandense esteve muito relacionado ao atendimento da demanda reprimida de certos serviços essenciais, após serem privatizados, como comunicações e energia elétrica. A própria reestruturação destes e outros segmentos, que, se por um lado implicou no corte de custos e contribuiu para seu desempenho positivo, por outro, também conduziu a eliminação de postos de trabalho, a exemplo dos serviços de intermediação financeira (Tabela 2).

Por outro lado, tendência semelhante ocorreu com o PIB per capita, em que o Rio Grande do Norte, embora tenha avançado de 44% para 48% da média nacional, alcançando R\$ 2.757,00 em 1999 ocupava o “honroso” 4º lugar dentre os demais estados da Região Nordeste. A realidade é menos animadora quando se constata acentuada desigualdade de distribuição de renda. Recente estudo do Banco Mundial retrata que cerca de 40% da população estadual vive em estado de extrema

pobreza, o que significa que a família não dispõe de renda suficiente para adquirir a cesta básica de 2.288 calorias por dia para cada pessoa da família. Constata, também, que no decorrer das últimas três décadas, a renda per capita diminuiu em três das oito zonas mais pobres do Estado – Serras Centrais, Caicó e Currais Novos.

Figura 5  
RIO GRANDE DO NORTE  
Crescimento Acumulado do Produto Interno Bruto  
e da Ocupação da Mão de Obra Em (%)



Fonte IBGE/IDEMA – Contas Nacionais do Brasil e PNAD

**Tabela 2**  
RIO GRANDE DO NORTE  
Índices Acumulados do PIB por Segmentos de Atividades  
e Taxas de Crescimento 1990-1999 (%)

Atividades	1990	1999	90-99
Total	100,0	135,6	35,6
Agropecuária	100,0	139,2	39,2
Ind. Ext. Mineral	100,0	124,9	24,9
Ind. de Transformação	100,0	160,0	60,0
Eletricidade, Gás, Água	100,0	180,0	80,0
Construção	100,0	127,0	27,0
Comércio e repar. de veículos e outros objetos	100,0	115,8	15,8
Alojamento e Alimentação	100,0	117,7	17,7
Transporte e Armazenagem	100,0	146,6	46,6
Comunicações	100,0	369,3	269,3
Intermediação Financeira	100,0	166,0	66,0
Ativ. Imob. Aluguel e Serviços Prestado	100,0	157,4	57,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	100,0	112,3	12,3
Saúde e Educação Mercantis	100,0	113,5	13,5
Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais	100,0	118,6	18,6

Serviços Domésticos	100,0	165,3	65,3
---------------------	-------	-------	------

Fonte IBGE/ Contas Nacionais

Ainda no que se refere ao mercado de trabalho, como reflexo do desenvolvimento econômico nacional, o Brasil saltou da 6ª posição para 2ª posição no ranking de países com maior desemprego aberto entre 1990 e 2000 dentre um grupo de 108 nações. O Censo Demográfico de 2000, expõe a situação constrangedora do desemprego aberto no Rio Grande do Norte, superando os quadros regional e nacional (Tabela 3). Com 184.577 pessoas desocupadas, os dados mostram, ainda, que para cada grupo de 100 habitantes residentes no Estado em 2000 (2.776.782 habitantes), mais de seis pessoas estavam desempregadas procurando emprego. Essa situação reflete o perfil do crescimento acumulado dos empregos gerados durante a década de noventa. Enquanto o Brasil e Nordeste desenharam uma trajetória semelhante na evolução na evolução do emprego no período 1992-1999, com taxas de crescimento acumulado de 10,5% e 9,4%, respectivamente, o Rio Grande do Norte, com um incremento ainda mais tímido, logrou crescer apenas 2,2% .

**Tabela 3**  
Desemprego Aberto da População  
Economicamente Ativa (PEA) Ano – 2000

Localização	População Economicamente Ativa	População Desocupada	Taxas de Desemprego Aberto (%)
Rio Grande do Norte	1.049.560	184.577	17.59
Nordeste	19.006.082	2.984.650	15.71
Brasil	76.158.531	11.453.604	15.04

Fonte: IBGE – Censo Demográfico/2000 – Tabulações Avançadas

Por outro lado, uma distorção no mercado de trabalho é o panorama dos baixos salários, denunciando a exclusão dos benefícios gerados a população e limitando a própria sustentabilidade do crescimento econômico.

Cerca de um terço da população tem rendimentos iguais ou inferiores a um salário mínimo, (PNAD-1999), índice semelhante encontrado para o nordeste, enquanto que no Brasil um quinto auferir essa remuneração. O Estado vem figurando sistematicamente entre os salários médios mais baixos do Nordeste,

sendo novembro /2001 o menor do Brasil, ou seja, para uma média salarial brasileira de R\$ 728,00 e a nordestina de R\$ 530,00, e a do Rio Grande do Norte R\$ 433,00. No que se refere à contribuição previdenciária, verifica-se que 67 % do total da população ocupada no Estado, em 1999, não tinha assegurado o direito a aposentadoria e para 60% dos trabalhadores assalariados não contavam com carteira assinada, portanto, sem os benefícios que a legislação impõe. Outra dificuldade é o baixo nível de instrução da população economicamente ativa do Estado, cerca de 63% não têm os oito anos de estudo correspondentes ao ensino fundamental (IDEMA), inibindo sua inserção permanente ou temporária em qualquer ramos de atividade onde é cada vez mais exigente, relativo ao diferencial da qualificação da mão de obra empregada.

Os setores mais dinâmicos da economia norte-rio-grandense, nos últimos anos, imprimem e mantêm, como no passado, uma pauta de produtos que caracteriza a face agro exportadora do Estado no processo de integração da economia aos mercados nacional e internacional Figura 6. É um caminho que tem gerado riqueza, empregos e participa do esforço exportador do governo federal para a sustentação da política macroeconômica brasileira. Nesse contexto da produção estadual, estão os agronegócios<sup>8</sup> da fruticultura, cana de açúcar, carcinicultura e pesca, redefinindo os espaços da produção rural, com aproveitamento intensivo de vocações agrícolas regionais, associada à competência da classe empresarial de desenvolver produtos mais competitivos, em preços e qualidade. Há um ambiente favorável para o Rio Grande do Norte duplicar a atual área irrigada (20mil hectares), nos próximos dez anos, pela capacidade instalada dos recursos hídricos, infraestrutura de transporte e energia, disponibilidade de solos agrícolas, capacidade empreendedora dos empresários em participar no desenvolvimento da irrigação do Nordeste, diversificando a pauta de produção e consolidando novas oportunidades de negócios no exigente mercado de frutas frescas. Hoje, o Estado detém posição de liderança na produção nacional de melão, mamão, banana e camarão.

---

<sup>8</sup> Compreende a soma total de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas propriedades; o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários e itens produzidos por eles. As receitas do agronegócio no Brasil em 2002 totalizaram cerca de R\$ 424,32 bilhões, representando 27 % do PIB do Brasil, 41% das exportações – US\$ 24,8 bilhões e 37% dos empregos - 17,7 milhões de trabalhadores (CEPEA-USP) in AGRIBUSINES – Gazeta Mercantil13/05/2003.

Figura 6  
RIO GRANDE DO NORTE  
Participação (%) dos Principais Produtos de Exportação  
Período 2001 e 2002

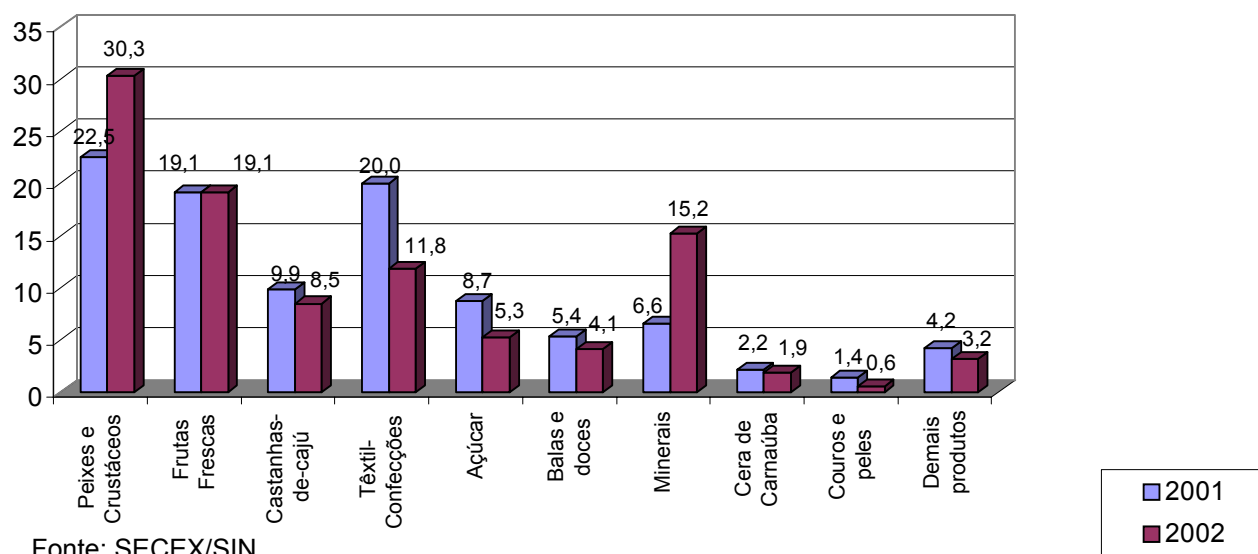
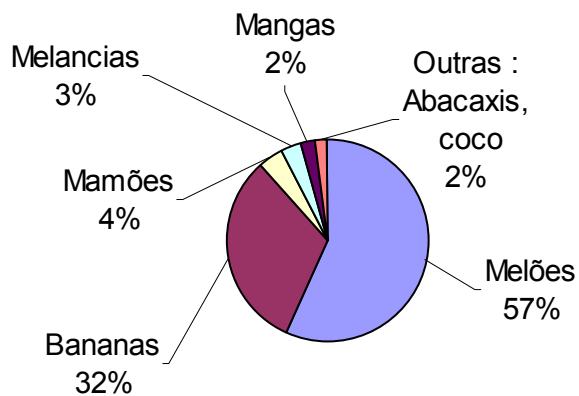


Figura 7  
RIO GRANDE DO NORTE  
Frutas Frescas - Principais Produtos nas Exportações  
Ano 2002



Fonte: SECEX/SIN

**Tabela 4**  
**RIO GRANDE DO NORTE**  
 Principais Produtos de Exportação Anos 2001 e 2002

Produto Grupo	2001		2002		Crescimento % em Valor
	US\$ FOB	Tons/Unid	US\$ FOB	Tons/Unid	
<b>Peixes e Crustáceos</b>	<b>42.996.409</b>		<b>67.803.576</b>		<b>57,7</b>
Peixes	9.860.804	3.263	13.978.948	5.137	42,0
Camarões	28.832.708	5.714	47.493.828	11.376	65,0
Lagostas	4.302.897	182.7	6.330.800	253	47,0
<b>Frutas Frescas</b>	<b>36.580.525</b>		<b>42.817.286</b>		<b>17,0</b>
Melões	25.987.334	64.479	24.185.797	61.082	-7,0
Bananas	6.655.462	28.330	13.673.136	55.075	105,0
Mamões	349.657	441	1.775.901	2.167	407,9
Melancias	841.564	3.174	1.325.106	4.822	57,4
Mangas	2.121.633	4.320	994.123	2.331	-53,0
Outras: Abacaxis, cocos	624.875	-	863.223	-	-
<b>Castanhas-de-caju</b>	<b>19.054.092</b>	<b>4.733</b>	<b>19.098.944</b>	<b>5.922</b>	<b>0,23</b>
<b>Têxtil-Confeções</b>	<b>38.404.898</b>		<b>26.484.093</b>		<b>-31,0</b>
Camisetas T-Shirts	28.710.235	19.407*	17.700.158	14.251*	-38,4
Camisas malha alg.	1.616.051	660*	2.793.111	1.170*	57,8
Tecidos de Algodão	4.931.772	1.655	4.599.879	1.707	-6,7
Outros Prod. Têxteis (incl. Sintéticos, sisal)	3.146.840	-	1.390.945	-	-
<b>Açúcar</b>	<b>16.509.448</b>	<b>73.250</b>	<b>11.934.600</b>	<b>70.200</b>	<b>-27,7</b>
<b>Balas e Doces</b>	<b>10.263.854</b>	<b>9.598</b>	<b>9.320.125</b>	<b>9.016</b>	<b>-9,2</b>
<b>Minerais</b>	<b>12.766.783</b>	<b>-</b>	<b>34.008.025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Petróleo bruto	-	-	24.063.496	151.961*	Sem ref. 01
Sal Marinho	10.286.467	765.131	8.223.662	687.378	-20,1
Granito / blocos, placas e trabalhados	635.508	4.031	944.313	6.211	32,8
Min. Tântalo	1.475.100	37	179.715	11	-88,0
Pedras preciosas e Semi-preciosas	212.221	56 kgs	585.147	403kgs	64,0
Outros minerais e suas obras	157.487	-	11.692	-	-
<b>Cera de Carnaúba</b>	<b>4.254.403</b>	<b>1.647</b>	<b>4.132.557</b>	<b>2.006</b>	<b>-2,8</b>
<b>Couros e peles</b>	<b>2.718.030</b>	<b>878.9</b>	<b>1.507.765</b>	<b>558</b>	<b>-44,5</b>
<b>Demais produtos</b>	<b>4.036.298</b>	<b>-</b>	<b>6.495.126</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>187.584.740</b>	<b>-</b>	<b>223.602.097</b>	<b>-</b>	<b>19,2</b>

Unidades para petróleo, em barris; Unidades para confeções, peças de roupas  
 FONTE: SECEX/CIN

Noutra direção geradora de riquezas compartilham, também, SAL onde o Rio Grande do Norte destaca-se como o maior produtor e exportador a nível nacional, movimentando anualmente entre 3,5 a 4,0 milhões de toneladas do produto. No que diz respeito ao PETRÓLEO, produto de grande importância para a economia, até mesmo mundial, o estado como segundo produtor nacional, com uma produção de 100 mil barris/dia correspondendo a 9% da produção brasileira dá uma grande contribuição para a iminente auto-suficiência nacional deste produto. Vale lembrar que a partir dos últimos cinco anos, os serviços de petróleo comeram a agregar valor a economia local, em razão de acordos entre o governo do estado e a Petrobrás foram feitos investimentos na ordem de US\$ 700 milhões para produção de óleo, gás natural, GLP, diesel, gasolina natural e gasolina de aviação. Apesar da produção local, ressurte-se de um parque processador mais significativo que ampliasse agregação de valores, permitindo ampliação da base de serviços correlatos, com impacto direto nos níveis de emprego e renda no Estado. Da mesma forma, o GÁS NATURAL sendo uma fonte geradora de energia eficiente, de baixo custo e, sobretudo ecologicamente correta, o Rio Grande do Norte, destaca-se com uma produção entre 7,0 a 7,5 milhões de m<sup>3</sup>/dia, o que corresponde a 18% da produção nacional, inclusive já tendo rede de gasoduto instalada e em operação interligando-se aos estados de Pernambuco e do Ceará.

Noutra vertente está o TURISMO, uma das indústrias que mais cresceu na última década e tem dado grande contribuição para a economia estadual, o que levou o governo a fazer investimentos na área em infra-estrutura e recursos humanos, além de participar da promoção de eventos nacionais e internacionais com o propósito de melhorar as condições e receptividade para o setor.

Os maiores desafios do atual Governo são, sem dúvida, o desenvolvimento econômico e social que deverão ser enfrentados através da geração de emprego, redução de desigualdades e melhor distribuição de renda e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

O turismo pela natureza de suas atividades, que impacta em mais de 50 segmentos da economia, é inegavelmente o setor que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados, desde que seja feito de maneira bem planejada, dentro de um modelo participativo em que as comunidades tenham um papel ativo nas decisões.

Investir no setor de turismo exige menor custo, tem imensa capacidade de gerar empregos e impactos em diversas outras atividades produtivas, desde o setor primário ao terciário, e obtém retorno mais rápido se comparado com outros setores da atividade econômica.

Por todos esses motivos desenvolver o turismo de forma sustentável no Rio Grande do Norte se torna uma das grandes prioridades do Governo, que tem sua vocação turística representada pelos seus 400 km de belíssimas praias, clima tropical com temperatura média de 26 cº, existência de ecossistemas bem definidos, como dunas, restingas, mata atlântica e lagoas, grande diversidade de atrativos naturais contribuindo para paisagem de grande beleza. Destaca-se no interior do Estado a vegetação de caatinga, os grandes afloramentos de rocha granítica, onde podemos encontrar interessantes grutas, inúmeros sítios arqueológicos e paleontológicos.

Dentro da capacidade de suporte observa-se que as áreas turísticas são pouco adensadas e comprometidas com a ocupação urbana, percebendo-se, ainda, que os ativos ambientais são pouco explorados, estando assim relativamente bem preservados, havendo no patrimônio histórico cultural uma riqueza de monumentos. Aqui é importante ressaltar as variadas manifestações culturais predominantes no folclore, o rico artesanato devido à variedade de seus produtos, como também a gastronomia típica que é diferenciada pela cultura da região.

O Rio Grande do Norte possui uma localização privilegiada em relação aos demais estados nordestinos, possuindo uma facilidade de acesso às localidades turísticas, o que contribui significativamente para o incremento do turismo regional. Havendo um retorno positivo dos turistas nacionais que visitam a região com freqüência, além do aumento da demanda turística internacional, que possui um turista com maior poder aquisitivo.

A situação atual do turismo do Estado constata um crescimento do fluxo turístico global, sendo demonstrado o sucesso da atividade nos últimos anos, conforme mostra os números apresentados nos indicadores a seguir:

- Aumento do fluxo turístico total alcançado pelo Estado entre os anos de 1996 a 2002 foi de 152%. É relevante evidenciar que o crescimento do turismo internacional cresceu no mesmo período 276%, enquanto que o nacional foi de 143%;

- Aumento do número de empregos diretos gerados na hotelaria, entre os anos de 1996 a 2002 foi de quase de 100%, e a criação de empregos indiretos do setor como um todo foi mais significativo, diante da cadeia produtiva existente gerando desta maneira um total de 208.749;
- Oferta do número de leitos hoteleiros que em 1996 era de 16.222, passou para 34.015 em 2002, com incremento de 110%;
- A receita turística do Estado que em 1996 era de US\$ 148 milhões/ano passou para US\$ 399 milhões/ano em 2002, com aumento real de 169% mesmo com a desvalorização da moeda brasileira ocorrida no período;
- Aumento do número de vôos internacionais que em 1996 era apenas “um” por semana, em 2002 passou para 8 (oito).

Diante das potencialidades existentes e dos indicadores relacionados fica evidenciado que o Estado apresenta uma excelente gama de oportunidade que pode ser aproveitada com a valorização e priorização da atividade turística, como estão elencadas a seguir:

- Maior aproveitamento de turismo de sol e mar devido às condições climáticas, favorável ao desenvolvimento de produtos diversificados e complementares;
- Criação de produtos que assegurem a preservação e singularidade dos ecossistemas, sendo prioritário disciplinar e fiscalizar a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais;
- Estruturação dos atrativos naturais possibilitando a conformação de vários roteiros turísticos;
- Início da conscientização da iniciativa privada na formatação dos produtos turísticos competitivos, diversificando as ações para abranger diversos segmentos do turismo, ampliando ações mercadológicas para novos públicos-alvos;
- Existência de entidades formadoras de mão-de-obra qualificada, possibilitando o atendimento da demanda para ocupação nos novos empreendimentos turísticos;
- Estruturação de produtos específicos que venham somar aos já existentes visando ampliar a infra-estrutura;

- Atrair investidores e operadores conceituados e experientes, objetivando proporcionar a organização e sinergia entre os diversos segmentos;
- Estruturação e capacitação da gastronomia, em complemento a outros atrativos turísticos para resgatar e incentivar esse segmento da cultura regional;
- Inserção do patrimônio histórico nos roteiros turísticos para valorização da cultura regional;
- A infra-estrutura existente possibilita a diversificação de produtos e a ampliação de ações mercadológicas para novos públicos.

#### **4.4 Produção Industrial**

Em termos gerais, cabe ao governo federal elaborar políticas industriais, já que a tese de que o mercado deve funcionar de forma livre é válida somente para as economias centrais, onde os investimentos em obras estruturantes já foram realizados e os segmentos industriais já estão consolidados. Nas regiões mais pobres, caso do Nordeste brasileiro, é fundamental encontrar um caminho para se discutir a produção industrial.

Se não existem políticas industriais claras, em contrapartida, são concretas várias atitudes, seja em nível federal, estadual ou local, a exemplo do PROADI, que incentivam, atraem ou privilegiam determinadas atividades econômicas.

Nesse sentido, devem ser consideradas as relações entre atividades produtivas e o uso intensivo de energia, tendo em conta a perspectiva de expansão induzida pelo Estado. O mesmo raciocínio pode ser seguido para os investimentos em outras áreas de infra – estrutura. Ou seja, o papel do Estado na indução das atividades industriais, mesmo que de forma indireta, deve contemplar igualmente o crescimento das obras estruturantes, sejam portos, aeroportos, estradas, armazéns, silos, câmaras frias, entre outros.

O crescimento econômico deve ser acompanhado de investimentos em obras que assegurem maior e melhor distribuição de energia.

**Com uma globalização econômica cada vez mais intensa, a busca de estratégias de desenvolvimento para a inserção no mercado é condicionante para se definir o projeto de desenvolvimento do Estado. O Rio Grande do Norte**

**precisa criar linhas de produção considerando as potencialidades intrínsecas à sua riqueza natural e cultural.**

A experiência acumulada na produção salineira, na fruticultura irrigada, na carcinicultura, no turismo e, mais recentemente produção pesqueira (pólo atuneiro) poderia servir para definição de um direcionamento para uma política industrial potiguar.

Este Plano deve subsidiar o Governo do Estado para decidir com firmeza vir o Rio Grande do Norte constituir-se, por hipótese, num **Terminal Pesqueiro** exportador, o que facilitaria sobretudo a concepção de novos projetos e plantas industriais, bem como, a alocação dos recursos em infra-estrutura.

Além disso, a economia do Estado pode ainda incorporar serviços e ou indústrias alternativas: artesanato, extrativismo, uso dos recursos naturais como turismo ecológico ou cultural, entre outros. Potencializar essas iniciativas, além de refletir em indicadores macroeconômicos, como o PIB, pode também gerar impactos positivos em indicadores sociais e ambientais.

#### **4.5 A Rede Urbana e o Desenvolvimento Rural**

O processo de desconcentração da economia brasileira, iniciado na década de 70, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana. Nas últimas décadas o processo de urbanização manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional destacando-se entre outros aspectos: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferização dos centros urbanos; a formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não-metropolitano. Essas manifestações do processo de urbanização resultam da reestruturação econômica em curso, cujos impactos refletem, sobretudo, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória (Motta, 1999; Ajara, 2000).

Os diversos estudos que tratam da caracterização e tendências da rede urbana, no Brasil, reconhecem que a atual estrutura decorre das especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do

país, bem como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira.

Essas características retratam uma rede urbana ainda em construção seja a nível inter ou intra regional, articulada por um significativo número de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infra-estrutura e serviços modernos e complexos, porém com periferias bastante pobres.

Revelam ainda os estudos sobre a rede urbana brasileira, que no âmbito intra-urbano, as áreas de concentração de pobreza vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação e rendimento, integrados a um circuito globalizado de acumulação que tem como consequência o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do Século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 passa para 81,2%. Trata-se, portanto, de um gigantesco movimento de construção urbana necessária para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, entre outros. Mesmo que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram geradas condições para sobrevivência nesse espaço (Maricato, 2000).

A intensificação do processo de modernização da atividade agrícola, a partir da intervenção do governo federal, em meados da década de 60, transformando-se em agente de desenvolvimento e organização do espaço, pondo em prática um modelo de crescimento econômico que privilegiava o aumento das exportações e a entrada de capitais transnacionais nas várias esferas do sistema produtivo, particularmente no campo sem respeitar as especificidades inerentes a este setor da produção, intensificou a problemática social, contribuindo para provocar a exclusão e o êxodo da população rural para as grandes capitais e cidades de porte médio.

Nesse sentido, a rede urbana brasileira tem se tornado mais complexa com a configuração de diversas especificidades, reflexo de distintas articulações sócio-espaciais que se formam entre as cidades. Essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura

produtiva e de especificidades físico-espaciais que modelam distintamente o território construído.

As aglomerações metropolitanas do sudeste/sul do país, onde a produção industrial tem peso significativo na estrutura produtiva, têm mudado suas funções com a redução da participação da indústria. Por outro lado, os efeitos da reestruturação produtiva, aliada à queda na oferta de novos postos formais de trabalho, ampliam as disparidades sociais e elevam o desemprego, expondo novas questões urbanas ligadas à marginalidade e à falta de segurança intensificando a agenda dos problemas urbanos.

Nas aglomerações urbanas do Nordeste, essa face perversa do padrão de urbanização torna-se mais intensa na medida em que a estrutura produtiva é menos diversificada, portanto, mais exposta aos ciclos econômicos conjunturais, agravada pela ampliação dos fluxos migratórios, responsáveis pela manutenção de altas taxas de crescimento populacional.

Neste contexto o Rio Grande do Norte não difere dos estados nordestinos, onde o grau de urbanização do Estado, entre 1970/2000, vem ocorrendo de forma crescente e acelerada, tal como observado na maioria dos estados brasileiros.

Com uma população de 2.776.782 habitantes, concentrando 2.036.673 na área urbana, observa-se que a população rural do Estado, que até a década de 70 era superior à urbana, atualmente equivale somente a 26,65% desta população. A série histórica revela uma migração crescente campo-cidade a partir de 1970, sendo que no período de 1991-2000 esse fenômeno ocorreu de forma mais lenta, provavelmente, em decorrência da falta de oportunidades oferecidas pela cidade e pelo desenvolvimento de cadeias produtivas dos agronegócios, além dos programas de assentamento rural, que incentivam e viabilizam a permanência do homem no campo.

No que diz respeito a distribuição da população, o Rio Grande do Norte concentra metade da sua população urbana em apenas três cidades (Natal, Mossoró e Parnamirim), assim como, grande parte dos serviços essenciais, concentra-se em Natal e Mossoró, que se constituem cidades pólo do leste e oeste do Estado. Das 166 cidades existentes em 2000, 97 delas abrigam até cinco mil habitantes e, somadas, concentram apenas 11,9% da população urbana do Estado. Essa concentração influi diretamente nas condições de moradia da população onde, apesar dos dados revelarem uma melhoria significativa nos últimos anos, identifica-

se ainda a precariedade dos serviços, principalmente, saneamento básico (apenas 16,5% estão ligados a rede geral de esgotos).

Assim sendo, esses dados confirmam o que os estudos realizados pelo IPEA (1) apontam, que no Nordeste esta situação é característica importante da estrutura urbana, onde os marcos do passado ainda constituem lastros que dificultam o avanço das relações de produção modernas, ilustrada pelos indicadores sociais da renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos, que se apresentam críticos quando relacionados com a rede urbana nacional. Por outro lado, a forma de distribuição dos investimentos públicos, nos últimos anos, tem privilegiado os espaços mais dinâmicos e desconhecendo as áreas de baixo dinamismo ou estagnadas economicamente, acentuando as tendências de concentração da população dos aglomerados urbanos, resultando no acúmulo de problemas sociais, urbanos e ambientais.

#### **4.6 Habitação e Saneamento**

A habitação é uma aspiração que muitos brasileiros ainda não conseguiram realizar pela falta de oportunidades associadas a nível de emprego, renda e pela própria ausência de políticas públicas que estimulasse a construção civil para atendimento a parcelas significativas da população brasileira. Além dessas questões, deve-se lembrar a desmobilização do antigo Banco Nacional de Habitação – BNH, de algumas companhias de habitações estaduais, a recessão que o país vem enfrentando, os problemas sócio-econômicos que o país tem enfrentado e a atual conjuntura econômica, que seguramente, levaram a população a reduzir as oportunidades de aquisição de seu imóvel nos últimos quinze anos.

O panorama da falta de moradias no Rio Grande do Norte, demonstra no período 1995/2000, um acréscimo no déficit de moradia, superior aos indicadores para o nordeste e a nível nacional.

**Tabela 5**  
Déficit de Moradias Período 1995 e 2000

<b>Região</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>Variação</b>
Brasil	5.100.000	6.654.669	30%
Nordeste	2.400.000	2.631.790	10%
Rio Grande do Norte	106.000	163.983	55%

Fonte: PNAD-Fip

Diante desta situação, verifica-se que os programas de financiamentos da Caixa Econômica do governo federal, e os programas para aquisição de moradias dos governos, estadual e municipal, para a população adquirir a sua casa própria, não foram suficientes para conter esse avanço. Além desses programas, deve-se ressaltar a atuação da iniciativa privada e entidades de classe (Cooperativas, Consórcios Imobiliárias), ligadas a construção civil, que com esforços próprios, estão a todo o momento disponibilizando imóveis destinados as diversas classes sociais, e que na maioria das vezes, não é acessível do ponto de vista financeiro, as populações de baixa e média renda.

No que diz respeito à infra-estrutura de SANEAMENTO, temos dois quadros em situações bem distintas. Para o ESGOTAMENTO SANITÁRIO, de acordo com o quadro abaixo, observamos que o estado tem apenas um pequeno percentual de 12% de domicílios que são atendidos, ou seja, um déficit de 88% de residências sem esgotamento sanitário, o que coloca o estado em uma posição muito abaixo dos níveis de atendimento do Brasil e até mesmo do nordeste. Já a capital tem uma situação um pouco melhor, com percentual de 30% de domicílios atendidos, mesmo assim, remete diretamente para o agravamento da saúde pública local, e denuncia um padrão de cobertura ainda muito baixo, frente aos indicadores encontrados para o País e nações desenvolvidas.

Diante deste quadro, as autoridades, deverão ter uma preocupação muito grande e começarem a dar um tratamento mais especial, para as ações políticas que tratam das questões relacionadas ao saneamento e a saúde pública.

**Tabela 6**

## Esgotamento Sanitário Ano 2000

Discriminação	Brasil	Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal
Total de domicílios	42.900.000	11.300.000	672.000	173.500
Dom. ligados a rede	18.700.000	2.200.000	85.000	52.500
Taxa de atendimento	43%	19,5%	12,6%	30%

Fonte:CAERN

Relativo aos resíduos sólidos em recente trabalho patrocinado pelo IDEMA, releva que “as maiores conseqüências da disposição inadequada do lixo, são as agressões ao meio ambiente em função do destino indevido que é dado a 93,30% dos resíduos produzidos, que terminam lançados em lixões, rios e queimadores improvisados, provocando a destruição de dunas, a poluição do solo, do ar, das águas superficiais e subterrâneas e a modificação da beleza natural dos municípios. A localização inadequada, muitas vezes próxima a estradas e de residências é outro fator de comprometimento da segurança das rodovias e da qualidade de vida das comunidades. A presença de catadores em 100,0% dos municípios , mostra a necessidade de se buscar soluções que visem à erradicação dessa atividade, que se apresenta de forma insalubre nos lixões e marginal nos logradouros da cidades, transformando o catador em agente do processo de gestão da limpeza urbana, através do trabalho informal para uma atividade organizada , que venha se tornar uma opção de geração de emprego e renda. O estímulo ao desenvolvimento de soluções integradas no âmbito municipal e consorciadas (compartilhadas) no âmbito regional ou intermunicipal é importante para que se consiga viabilizar mais áreas de tratamentos e disposição final, que resultem no incentivo à prática da redução, reutilização, reciclagem e preciclagem, propiciando incentivos financeiros para os municípios que equacionarem seus problemas de gestão sanitária e ambiental e perdas de receitas para aqueles municípios que não mantém as estruturas adequadas de saneamento”.

No que concerne ao ABASTECIMENTO DE ÁGUA, a situação é um pouco mais confortável, o que fica bastante claro no quadro apresentado abaixo. O estado tem um déficit de 32% de domicílios a serem atendidos, que o coloca em uma situação de paridade com o nordeste e muito próximo dos índices apresentados pelo Brasil. O programa de Autoras, executado pelo estado nos últimos 08 anos em

parceria com o governo federal, foi o principal responsável pela melhoria desses índices no interior do estado. Mesmo assim, existe ainda as regiões de Mato Grande e Alto Oeste que enfrentam problemas de oferta de água.

**Tabela 7**  
Abastecimento de Água  
Ano 2000

<b>Discriminação</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>Natal</b>
Total de domicílios	42.900.000	11.300.000	672.000	174.000
Dom. ligados a rede	34.200.000	7.500.000	654.000	172.300
Taxa de atend. Domiciliar	80%	67%	68%	99%

Fonte: CAERN

#### **4.7 Saúde Pública**

Um novo modelo sanitário deverá partir do pressuposto de que os fenômenos da saúde são determinados por um conjunto de fatores decorrentes das diversas políticas públicas que, em última instância, determinam a qualidade de vida do cidadão.

Essa perspectiva surge como oportunidade de ruptura com o paradigma médico dominante (biologicista, curativista, individualista), que serve de modelo para a maioria dos sistemas de atendimento, os quais, cada vez mais, mostram-se inadequados e extremamente caros para lidar com os principais problemas da saúde. Essa visão, que pode ser entendida como contraponto teórico, sugere a procura de um novo paradigma sanitário: a compreensão da saúde enquanto produto social.

Esse entendimento está na base das principais resoluções das Conferências Internacionais de Promoção de Saúde, realizadas em Ottawa (Canadá) e Adelaide (Austrália) em 1986 e 1988, respectivamente, e que foram marcos históricos decisivos nessa evolução conceitual. Essencialmente, as resoluções dessas conferências incorporaram a importância e o impacto das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais sobre as condições de saúde. Além disso, ressaltaram, como indispensável, a ação conjunta das políticas públicas sobre o setor saúde.

A Organização Mundial de Saúde - OMS realizou, de 1986 a 1988, uma série de reuniões e seminários internacionais que culminaram com a elaboração da proposta "Cidades Saudáveis", e com a organização de uma rede de experiências em várias cidades, como estratégia central de promoção à saúde na Europa. Em 1990, a OMS passa a conceber uma "cidade saudável" como aquela *"que coloca em prática, de modo cotidiano, a melhoria do seu meio ambiente físico e social, utilizando os recursos de sua comunidade com o objetivo de permitir a seus cidadãos uma aptidão mútua em todas as atividades humanas que levem à sua plena realização."* (Duhi/Hancock apud FERRAZ, 1993). Uma cidade com essas características teria a preocupação central em valorizar a saúde dos seus cidadãos como resultante de sua qualidade de vida. Portanto, essas proposições repousam em metas e objetivos que não são estritamente técnicos: a) renovar a discussão acerca do conteúdo da municipalização da saúde e não simplesmente dos serviços de saúde; b) introduzir novos atores no cenário das políticas de saúde – rede de cidades saudáveis; c) colaborar para uma nova cultura de intervenção em saúde pública no município, que contemple ações intersetoriais.

Na América Latina e no Brasil, em particular, as discussões em torno desse movimento das "Cidades Saudáveis" começou a se tornar presente no início dos anos 90. Surgem, assim, experiências orientadas pela estratégia dos SILOS (Sistemas Locais de Saúde), notadamente em algumas capitais brasileiras como Salvador e Natal, que reforçaram a idéia da descentralização (distritos sanitários), com priorização de ações intersetoriais e estímulos à participação social (conselhos de saúde). Essas estratégias, que se orientam pela visão da epidemiologia social, devem ser trabalhadas em articulação com a proposta das "Cidades Saudáveis", pela coerência que guardam entre si. A própria realidade brasileira apresenta contradições expressas paradoxalmente através das doenças da pobreza/subdesenvolvimento e doenças da modernidade/desenvolvimento, o que vem a reforçar a pertinência da adoção de modelos que rompam com a prática médica dominante. Há, ainda, muito desconhecimento dessas proposições, ao mesmo tempo em que as demandas por melhores condições de saúde e de vida acentuam-se e exigem soluções rápidas, eficientes e duradouras.

Portanto, a política pública de saúde precisa levar em conta todos os fatores apontados, a partir de uma perspectiva que rompa com os velhos paradigmas e proponha mudanças que impliquem na evolução para novas concepções, visões,

modelos e práticas a serem adotadas nessa área. Em suma, significa evoluir para: uma concepção de saúde e não de doença; uma visão social e não só biológica da saúde; uma vigilância à saúde, não só consultas médicas; e para uma gestão coletiva da saúde.

Essa política precisa resgatar e fazer cumprir as determinações contidas na Constituição Federal em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), no qual se preconiza a universalidade e equidade, além da regionalização e hierarquização dos serviços, descentralizando-os e, conseqüentemente, fortalecendo a gestão municipal com participação e controle social exercido pela sociedade civil. Além disso, é preciso levar em conta o conceito de desenvolvimento sustentável que privilegia sobremaneira as ações intersetoriais, visando a integração das diversas políticas públicas para a promoção do bem-estar de todos. Em resumo, isso significa a adoção de uma política pública baseada na atenção integral à saúde da população, que se utilize de processos de reeducação para a aquisição de hábitos saudáveis, que estimule a participação da coletividade nesse processo, que promova o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades para cuidar de sua saúde e construir uma consciência crítica que a leve ao exercício da cidadania em seu sentido mais amplo.

Em síntese, deve-se reforçar que a política pública para a saúde não pode e nem deve ser planejada isoladamente dos demais setores que prestam serviços básicos à população e, mais ainda, precisa ser pensada, implementada e acompanhada por todos os municípios, com a participação popular. Torna-se fundamental que seja empreendida a partir de amplas campanhas de sensibilização de todos os cidadãos e, principalmente, das diversas categorias de profissionais que atuam nessa área – médicos, odontólogos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, dentre outros – para as novas concepções de atendimento integral à saúde, que enxergam o homem na sua totalidade. Ou seja, passa-se a compreender que a saúde/doença tem como fatores determinantes e condicionantes a alimentação, o saneamento básico, as condições de moradia, o transporte, a educação, o trabalho, a renda, entre outros, de forma que os níveis de saúde da população expressam a organização social, econômica e política vigente em cada período histórico.

#### **4.8 Educação e Cultura**

#### **4.8.1 Educação Pública**

A Constituição Brasileira de 1998 preconiza no seu Capítulo III, Art. 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No Rio Grande do Norte são grandes os desafios que temos pela frente para oferecer uma educação democrática, com atendimento pleno a todas as crianças e adolescentes que a ela têm direito, não somente ao acesso, mas a permanência com sucesso na escola.

O Ensino Fundamental o único nível de ensino realmente obrigatório por lei, as estatísticas apontam uma elevação nos níveis de atendimento da população em idade escolar (7 a 14 anos), e a redução da evasão e repetência. Credita-se aos Programas: Dinheiro Direto na Escola, Escolarização da Merenda, Projeto de Aceleração da Aprendizagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o FUNDEF (implantado no Estado em 1998) dentre outros, esta melhora de desempenho.

As mesmas estatísticas apontam melhorias na educação pública estadual, nos aspectos de atendimento, no combate à evasão e à repetência. Chega a 95,68% a cobertura na faixa etária de 7 a 14 anos. Entretanto, apesar dos investimentos realizados a produtividade do sistema com qualidade foi menor que a esperada.

A matrícula do Ensino Fundamental na rede estadual é de 238.992 alunos. Destes 17,49% são repetentes, 54,84% encontram-se em distorção idade/série e 12,66% deixaram de freqüentar a escola durante o ano letivo. (Censo Escolar/2002).

Ainda há de se considerar os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, que apontam e localizam os déficits de aprendizagem, no que se refere à construção de competências e desenvolvimento de habilidades de leitura de textos, os alunos da 4ª série no Estado do RN, apresentam um desempenho Crítico, o que significa que não são leitores competentes, lêem de forma truncada, e apenas frases simples.

Com relação à construção, competências e desenvolvimento de habilidades na resolução de problemas, esses mesmos alunos no estágio crítico, desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas aquém das

exigidas para a 4ª série (identificam, sem grande precisão, até duas operações e alguns elementos geométricos envolvidos no problema).

O desempenho dos alunos da 8ª série em Língua Portuguesa, também foi classificado como crítico, ainda não são bons leitores. Apresentam algumas habilidades de leitura, aquém das exigidas para a série (lêem textos simples e textos informativos).

Com relação à matemática, a classificação é também crítica. Desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas, mas não conseguem transpor o que está sendo pedido no enunciado, para uma linguagem matemática específica, estando, portanto aquém do exigido para a 8ª série (resolvem expressões com incógnita, mas não interpretam os dados de um problema fazendo uso de símbolos matemáticos específicos. Desconhecem as funções trigonométricas para resolução de problema).

Mesmo com os resultados apresentados pelo Ensino Fundamental, as estatísticas demonstram que os concluintes desse nível de ensino começam a chegar à terceira etapa da educação básica em um número um pouco maior, a cada ano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (20.12.96), no seu Art. 10, item 6, preconiza que: Os Estados devem incumbir-se de “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

No Estado do Rio Grande do Norte esse nível de ensino vem recebendo apoio do Governo Federal a partir de sua adesão ao Programa de Reforma e Expansão do Ensino Médio, implantado a partir de 1998.

Apesar dos investimentos já realizados os dados ainda revelam um quadro preocupante, tanto da demanda assistida quanto na produtividade do sistema.

As matrículas para o Ensino Médio vêm crescendo na ordem de 10% ao ano. Em 2002 efetivou-se uma matrícula na rede estadual de 119.778 alunos, com 65% no turno noturno.

Dentre as causas para essa elevada concentração de matrículas no turno noturno está a distorção idade/série que chega a 87,34% nesse nível de ensino.

Considerando essa distorção do Ensino Médio e a existente no Fundamental (54,84%) dificilmente o Estado conseguirá, em curto prazo, equilibrar as matrículas do Ensino Médio entre o noturno e diurno. Mantidas as condições atuais, a tendência é que a demanda continue a buscar as vagas no turno noturno, exigindo

uma maior flexibilidade nas formas de atendimento: modular, tutorial ou à distância e um acesso com qualidade a esse nível de ensino, através de uma sólida educação geral, desenvolvendo a capacidade de aprender e continuar aprendendo para adaptar-se com flexibilidade às possibilidades de ocupação profissional e continuidade de estudos.

Por outro lado, em 2002 verificou-se que a taxa de escolarização bruta ficou em 79,55% e a líquida em 28%. Essas taxas mostram que menos de 50% da população em idade adequada (15 a 17 anos) está matriculada neste nível de ensino, reafirmando assim a existência de alunos com essa faixa de idade, ainda no Ensino Fundamental.

Quanto à produtividade do sistema de ensino, no ano de 2001 a repetência ficou em 9,58 e a aprovação em 72,57%.

Isto demonstra uma sensível melhoria nos indicadores de eficiência do Ensino Médio, mas sua qualidade é discutível.

Os resultados da aprendizagem, medidos pelo SAEB, indicam que a melhoria da eficiência não é acompanhada pelas competências e as habilidades desejáveis para esse nível de ensino, haja vista que do desempenho no que se refere à leitura de textos, os alunos da 3ª série do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Norte apresentam uma média de desempenho Crítico, o que significa: ainda não são bons leitores. Apresentam algumas habilidades de leitura, mas abaixo das exigidas para a série (lêem apenas textos narrativos e informativos simples).

No que diz respeito à resolução de problemas, nossos alunos estão classificados também no estágio Crítico: desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas, mas não conseguem transpor o que está sendo pedido no enunciado para uma linguagem matemática específica, estando portanto aquém do exigido para a 3ª série do Ensino Médio (construção, leitura e interpretação gráfica; uso de algumas propriedades e características de figuras geométricas planas e resolução de funções logarítmicas e exponenciais).

Soma-se a esse quadro um contingente de jovens e adultos que, tendo iniciado o processo de alfabetização, não teve como usufruir a oportunidade de ingresso no Ensino Fundamental ou na Educação Continuada.

Um Estado pioneiro em experiências na educação popular e de adultos ainda apresenta um elevado número de jovens e adultos a partir de 15 anos ou mais não alfabetizados, representando um percentual de 25,43%. São jovens adultos alijados

de seus direitos formais de educação garantidos e reiterados pela Constituição Federal de 1998.

Para o enfrentamento e superação de um problema de tão grave repercussão social, o Rio Grande do Norte desenvolveu nos últimos anos o Programa Especial de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Projeto Esperança, Alfabetização Solidária que alcançaram parte do coletivo.

Além desses programas, a SECD/RN vem oferecendo nas escolas da rede estadual, curso de Educação de Jovens e Adultos, da alfabetização ao Ensino Médio. No ano de 2002, esses cursos atingiram uma matrícula de: 143 mil na alfabetização, 51.005 no Ensino Fundamental e 6.734 no Ensino Médio. É um atendimento sem grande repercussão, haja vista o grande contingente de (477.859) pessoas não alfabetizados a partir dos 15 anos ou mais, que deveriam ser atendidos pelo ensino supletivo.

Pelas omissões históricas, mantém-se como necessária a função reparadora da EJA, entendida não apenas como “compensatória”, mas como uma resposta ao direito de todo indivíduo nascido numa sociedade onde o não domínio do letramento é um fator discriminatório. A EJA possui também uma função equalizadora, entendida como uma resposta à exigência do mundo do trabalho, principalmente no que tange à competitividade, presente de modo mais ostensivo, atualmente, na economia globalizada, onde se amplia cada vez mais a exigência em relação ao nível de escolaridade.

Vivendo na denominada “sociedade do conhecimento”, o cidadão-trabalhador precisa cada vez mais de formação, de qualificação continuada e de competências, para administrar autonomamente sua aquisição permanente do saber, o que corresponde à função qualificadora da EJA, identificando-se com a visão de educação continuada, segundo às conceituações hoje em voga, aceitas e defendidas pela UNESCO.

Nesse quadro, a Educação de Jovens e Adultos deve se converter numa urgência para o Governo Estadual sob pena de perpetuar a desigualdade de acesso permanente ao conhecimento, ao domínio das linguagens da moderna tecnologia e ao mundo produtivo.

Reverter esse quadro é um desafio, e o Estado não poderá ficar à margem do desenvolvimento social cultural e tecnológico do mundo globalizado, daí delinear

ações para o enfrentamento das questões relatadas e frente à Educação de Jovens e Adultos.

Outro desafio que o Rio Grande do Norte tem enfrentado é trabalhar com sucesso a Educação Especial, para tanto vem seguindo as diretrizes gerais estabelecidas na política nacional para essa modalidade – Art. 208, III – Constituição Federal e LDB - Art. 4, Inciso III e 50 a 60, bem como no âmbito estadual a Resolução n.º 01/96, do Conselho Estadual de Educação.

Essa política tem como objetivo incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais no sistema regular de ensino, permitindo-lhes uma maior integração na sociedade.

Nessa perspectiva, a SECD/RN vem desenvolvendo ações pedagógicas de qualidade, fundamentadas numa filosofia sócio-interacionista, voltada para a construção de um saber que contemple a todos, de modo a propiciar-lhes condições essenciais ao desenvolvimento de suas potencialidades.

De acordo com o Censo Escolar 2002, no Rio Grande do Norte, a matrícula é predominante na rede particular, quando se trata do aluno exclusivo (1835 alunos). No caso do aluno incluído, a rede municipal atende a 1907, a rede estadual a 1305 e a federal possui uma matrícula de 8 alunos.

Considerando as 04 (quatro) esferas administrativas, o Estado apresenta o seguinte resultado; Aluno Exclusivo – 2.360 e Aluno Incluído – 3.572.

A educação Inclusiva vem sendo trabalhada, vivenciando, inicialmente, as dificuldades comuns à aplicação de uma proposta ainda não bem assimilada pela comunidade, sobretudo, a escolar, bem como o despreparo do pessoal envolvido nesse trabalho, a ausência de equipamentos necessários a essa modalidade e a falta de condições para um acompanhamento técnico-pedagógico à expansão da Educação Inclusiva no interior do Estado.

Com a finalidade de transpor essas dificuldades, a SECD/RN desenvolve atividades de assessoramento às Prefeituras, apoio às Universidades no sentido de facilitar a participação de deficientes visuais em concursos vestibulares, implantação do Centro de Apoio Pedagógico – CAP para acompanhar pedagogicamente alunos cegos e/ou com visão subnormal, capacitação e orientação aos docentes, entre outras.

Todas as ações são norteadas pelo enfoque filosófico e metodológico da Educação Especial, com o propósito de melhorar o atendimento escolar e especializado ao portador de necessidades especiais.

Para o desenvolvimento das ações educacionais, o Estado conta com uma capacidade física instalada de 894 prédios, sendo: 41 alugados, 206 cedidos e 647 próprios.

Os dados apresentados pela Caravana do Saber - 2003, (levantamento da situação das escolas estaduais), apontam que 28% das escolas estão com problemas nas instalações hidráulicas e elétricas, em muros e esquadrias e 28% estão com problemas na cobertura e no piso. Algumas já contam com pequenas adaptações para os portadores de necessidades especiais (217 escolas).

Vale salientar que nos últimos 3 anos, 09 escolas foram construídas, 42 ampliadas, 121 recuperadas e 24 adequadas.

Diante da capacidade instalada, verifica-se ainda que algumas escolas que oferecem o Ensino Médio utilizam salas ambientes de laboratório como sala de aula. Provavelmente, as razões sejam a falta de um planejamento do atendimento frente à crescente demanda e à insuficiência de espaços para ampliação nos estabelecimentos escolares.

Esta situação decorre também da falta de uma política de reordenamento da rede que possibilite, de forma racional e gradativa a oferta do Ensino Médio em estabelecimentos que se identifiquem com os jovens e adultos, disponibilizando vagas no turno diurno.

A problemática apresentada exige a adoção de padrões de organização e funcionamento dos estabelecimentos escolares, de forma a tornar as escolas da rede pública estadual caracterizadas e identificadas com a comunidade em que estão inseridas.

Nessa perspectiva e entendendo que o lugar onde se dá o processo ensino-aprendizagem, pressupõe-se um espaço físico escolar com padrões arquitetônicos harmonizados com facilidade de acesso, dotado de equipamento e recursos tecnológicos que funcionem como elementos motivadores à vinda e à permanência do educando na escola, com sucesso, o Governo do Estado implementará ações voltadas para a melhoria do espaço escolar, enfrentando o desafio de torná-lo com plenas condições de funcionamento.

Há que se considerar a questão dos recursos humanos que trabalham na educação do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB preconiza no seu Art. 62, que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Analisando a formação acadêmica dos professores da rede estadual de ensino, verifica-se que no Ensino Fundamental 0,86% possuem Ensino Fundamental Completo, 0,27% Ensino Fundamental Incompleto, 47,96% Magistério Completo, 6,29% Curso de 2º Grau outra Formação Completa, 39,18% Curso Superior com Licenciatura, 4,51% Curso Superior com Magistério, 0,93% Curso Superior sem Magistério. No Ensino Médio 0,10% possuem Ensino Fundamental Completo, 10,48% Magistério Completo, 14,75% Curso de 2º Grau outra Formação Completa, 64,43% Curso Superior com Licenciatura, 6,28% Curso Superior com Magistério, 3,94% Curso Superior sem Magistério.

Na Educação de Jovens e Adultos 0,30% possuem Ensino Fundamental Completo, 0,13% Ensino Fundamental Incompleto, 40,84% Magistério Completo, 5,54% Curso de 2º Grau outra Formação Completa, 48,42% Curso Superior com Licenciatura, 3,07% Curso Superior com Magistério, 1,70% Curso Superior sem Magistério. Na Educação Especial 46,67% Magistério Completo, 8,33% Curso de 2º Grau outra Formação Completa, 40% Curso Superior com Licenciatura, 1,67% Curso Superior com Magistério, 3,33% Curso Superior sem Magistério. (Censo Escolar - 2002)

O compromisso com a qualidade não pode ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os professores exercem um papel decisivo no processo educacional. Isso implica em condições dignas de trabalho, de salário e no redimensionamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

A mudança do Quadro Educacional do Rio Grande do Norte vai exigir a implantação e/ou implementação de um conjunto de ações a ser realizado no período 2004/2007.

Para tanto, o Governo assume o compromisso de fortalecer a sua rede estadual de ensino, centrada no aluno, o compromisso com a qualidade do processo

ensino-aprendizagem, com a gestão democrática, com a qualificação e valorização do magistério, enfim, com uma educação que seja uma prática social e transformadora.

#### **4.8.2 Desenvolvimento Cultural**

Mais do que colocar eventos culturais ao alcance de todos, a ação do governo deve permitir aos cidadãos desenvolver suas próprias práticas culturais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.

O planejamento dos governos locais, ou nacional, raramente inclui uma política municipal de cultura. O movimento cultural é visto como ações ou programas desarticulados (oficinas, exposições, bienais, festivais, etc.) e não é considerado constitutivo da vida das comunidades nem é visto como fundamental para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida.

Para se estabelecer um trabalho mais abrangente, é preciso definir uma política de cultura articulada com o desenvolvimento local e incluindo prioridades e estratégias no plano de governo. Ou seja, a cultura deve ter lugar não apenas na secretaria ou órgãos afins, nem deve se restringir às atividades culturais realizadas nos “templos” da cultura (casa de cultura, biblioteca, museu, etc.), mas desbordar para as casas, as ruas, o bairro, a escola, a igreja, as associações e sindicatos. O papel da cultura é instigar o cidadão a realizar sua cidadania e participar ativamente da dinâmica da cidade.

Política cultural é a ação do poder público ancorado em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. Precisa ter um escopo amplo por se tratar de uma ação voltada para todo o Estado e não para alguns segmentos da sociedade. Esta ação de governo quase sempre está pautada por uma preocupação em conservar o patrimônio cultural e oferecer atividades de artistas consagrados. Ou seja, ao proporcionar à população o acesso aos bens culturais, preocupar-se mais com a democratização da cultura. Nessa direção, atualmente, são promovidas atividades que valorizam, principalmente, os produtos da elite cultural. O mercado de consumo de bens e serviços culturais e o circuito de distribuição dos produtos culturais (teatros, salas de exposição, bibliotecas e auditórios) se desenvolvem e os produtores de cultura encontram algum apoio. A ênfase deste tipo de ação está na

cultura ao alcance de todos. Isso pode ser incrementado com a realização de shows públicos, espetáculos teatrais subsidiados e abertos ao público, ou com ingressos mais baratos, facilidade de acesso aos equipamentos culturais, etc.

Apesar de muito importante, uma ação cultural desse tipo ainda é apenas um primeiro passo para se chegar à Democracia Cultural, que significa possibilitar aos cidadãos participarem da vida cultural apropriando-se de instrumentos e meios necessários para desenvolver suas próprias práticas culturais. A estratégia para este caso é a promoção de atividades culturais onde o público seja participante e ativo, dinamizando a cultura local a partir de suas referências, sem desconsiderar a arte chamada “erudita”. O centro desta concepção é trabalhar com a cultura local, enfatizando-se a cultura por todos os meios. O mais importante deixa de ser o acesso aos bens culturais e passa a ser a participação na criação e nos processos culturais.

Esses dois enfoques não são excludentes, mas se complementam conforme as diversas dinâmicas culturais e sociais.

Para se implementar uma política de cultura voltada para a Democracia Cultural, o estabelecimento de alguns princípios ajuda a nortear a ação:

- Integrar a política cultural ao processo de desenvolvimento local (econômico, social e político);
- Reconhecer o pluralismo e a diversidade culturais, respeitando as diferentes identidades e formas de expressão;
- Levar em conta que o poder público não produz, nem deve tentar produzir cultura, ou seja, não deve impor pautas, estéticas, gestos literários ou orientações culturais, mas deve considerar a autonomia das diversas manifestações culturais;
- Descentralizar as atividades culturais;
- Promover a integração cultural/social no âmbito da vida cotidiana;
- Compreender a participação da sociedade como princípio constitutivo do processo de formulação de políticas culturais.
- A partir destes princípios, o governo deve empreender ações tais como:
  - Possibilitar o acesso aos bens culturais e aos equipamentos;
  - Garantir infra-estrutura para atividades culturais comunitárias;
  - Democratizar a informação cultural;

- Definir canais e formas de debate e participação nas decisões culturais, como conselhos, fóruns, etc.;
- Descentralizar os serviços culturais;
- Resgatar as culturas de comunidades esquecidas, raízes e heranças culturais;
- Integrar-se aos debates e intervenções relativos ao desenvolvimento municipal, estadual ou regional (consórcios, câmaras, orçamento participativo, fóruns, etc.);
- Mapear e apoiar grupos e movimentos na formação de redes e entidades culturais independentes;
- Estimular a formação cultural da população e dos agentes culturais (bibliotecários, funcionários, trabalhadores e agentes de centros e casas de cultura);
- Estimular a apropriação cultural de espaços públicos (praças, ruas, pontos de ônibus, metrô, etc.);
- Descobrir, mapear e estimular o trabalho experimental das comunidades locais e de artistas não consagrados.

Ao se formular uma política cultural, deve-se levar em conta o perfil e a composição da população, reconhecendo a fisionomia cultural própria. Além disso, diagnósticos elaborados a partir de pesquisa sobre a produção, as atividades e a dinâmica da cultura local podem ser úteis para se elaborar uma política mais enraizada na história de cada lugar.

Para implementar estas ações, o governo pode trabalhar com leis de incentivo e fundos de cultura: que são umas boas maneiras de alavancar as produções culturais locais (teatro, cinema, literatura, festas populares). Além deles, há outras formas de financiamento à cultura, a exemplo do microcrédito ou de cooperativas de artistas.

Pode-se estabelecer parcerias com outras esferas de governos, como o Ministério da Cultura; o programa “Proler” pode fazer parte de uma política de leitura para todos os municípios. Também o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) vem financiando oficinas de formação cultural (artesanato, contador de histórias, literatura, teatro de rua) junto a governos estaduais e municipais.

Trabalhar em conjunto com empresas que atuam com projetos culturais específicos pode ampliar o campo de ação de uma política cultural voltada também para projetos sociais.

Os intercâmbios artístico-culturais visando a instauração de Fóruns ou Consórcios Intermunicipais de Cultura valorizam a região e facilitam a promoção de eventos (peças, festivais) que podem circular pelos diversos municípios envolvidos.

A política cultural pode ainda estabelecer um trabalho em conjunto com outras áreas/secretarias do governo, para viabilizar algumas ações, como por exemplo, educação (arte-educação), saúde (AIDS e cultura), trânsito ou meio ambiente (cultura ambiental).

Ao estabelecer metas e ações a serem implementadas é importante que o poder público possa contar com a participação da sociedade civil. Envolver diversas comunidades possibilita uma visão de conjunto mais articulada com as necessidades locais. Este esforço coletivo ajuda também a concretizar as prioridades estabelecidas. O processo deve ser acompanhado por técnicos do governo, tanto da área de cultura quanto de outras áreas como administração, planejamento e finanças.

Já a participação da sociedade civil (através de fóruns, comitês, conselhos e conferências de cultura das cidades), deverá contar com o máximo de representantes das áreas culturais: estes mecanismos e formas de participação podem dar referências sobre as possibilidades de se estabelecer uma política cultural mais democrática. A realização de Fóruns Municipais de Cultura tem demonstrado que a participação nas decisões culturais possibilita ao poder público trabalhar com dados mais concretos sobre o fazer cultural; além de proporcionar integração e interação com os grupos culturais considerados 'sem voz'.

Uma das maiores dificuldades ao se tentar elaborar uma política cultural é convencer o conjunto do governo da necessidade de se considerar a cultura como prioritária na gestão pública e não uma atividade menor em relação a outras necessidades da população. Outro problema é estabelecer recursos próprios para implementar a política cultural planejada. Os gestores culturais se ressentem muito da falta de recursos para manutenção das atividades permanentes e de informações sobre financiamento a projetos culturais.

A relação com a comunidade cultural também pode ser uma dificuldade. Em geral há uma desconfiança das intenções do governo em manter as atividades

culturais já existentes. É fundamental, portanto, estabelecer um diálogo público sobre o fazer cultural, destacando a necessidade de um trabalho conjunto entre o governo, grupos, artistas e produtores culturais.

É através do acesso aos meios culturais que o cidadão desperta suas aptidões intelectuais e artísticas.

Do ponto de vista filosófico, a questão cultural abrange todas as relações e atividades humanas. A cultura ou a prática de cultura, da arte, é o elo de ligação entre a informação e a contemplação, entre a formação e a inspiração ou o entendimento.

O acesso à cultura liberta o indivíduo da mediocridade ou da vida vegetativa. Projeta-o para além das relações do cotidiano, para o belo e para o transcendente.

A ação de governo neste segmento será a de descentralizar, de ampliar as estruturas e disponibilizar meios, o mais amplamente possível, para permitir a todos os cidadãos o acesso à cultura.

Entre investir em grandes espetáculos que estão em moda e promover os valores locais, o governo deve investir na segunda hipótese.

No primeiro caso, o investimento não gera renda local, não desenvolve a cultura local e se encerra com o baixar das cortinas, levando os recursos para longe. No segundo caso, estimula-se o agente cultural local, cria-se oportunidades regionais, distribui-se renda entre nossa população e fortalece nossa identidade cultural, além de educar o público levando-o a conhecer e a amar nossos talentos, elevando a auto-estima de nossa população.

#### **4.9 Segurança Pública**

O tema Segurança Pública tem sido demasiadamente abordado e discutido em diversos níveis sociais, sem, no entanto, ter-se percebido que se trata de um antigo e profundo problema que não se pode sanar em “passo de mágica”.

Segurança não é uma simples idéia, nem é assunto para algumas pessoas, certas classes ou categorias funcionais. Segurança é antes de tudo uma atitude conjuntural, que envolve a totalidade. Ou todos têm segurança, ou ninguém pode sentir-se seguro.

A redução de criminalidade e da violência e, a conseqüente garantia da segurança dos cidadãos é hoje um grande desafio, pois a violência cresce a cada instante. Ultimamente, a insegurança tem alcançado índices preocupantes, o que tem sido motivo suficiente para levantar questionamentos em toda a sociedade.

Nos últimos anos, a exemplo de outros Estados, a sociedade norte-riograndense tem voltado as atenções para a temática do Sistema de Segurança Pública, principalmente onde o crime organizado se implantou, se fortaleceu e passou a ser considerado um “Poder Paralelo”. Isso aconteceu porque o Poder Público perdeu o controle e possibilitou à criminalidade dominar áreas das cidades, aterrorizar a população e corromper policiais.

A conjuntura econômica do Estado do Rio Grande do Norte, em particular da Secretaria de Defesa Social, sacrificada por um orçamento insuficiente, profissionais desmotivados, efetivos defasados e recursos materiais obsoletos ou inexistentes, são fatores determinantes para o aumento do clamor da sociedade por um desempenho mais eficiente dos órgãos de Segurança Pública. Inobstante as dificuldades estruturais, passamos ainda por questões que afetam diretamente a Segurança Pública, pois com o aumento do desemprego, a miséria crescente, os problemas sociais se avolumaram e, como conseqüência, a delinqüência progride a passos largos.

Ante este panorama de insuficiência, nos defrontamos, cotidianamente, com problemas que necessitam de ações emergenciais objetivando atender o apelo da população que disputa por tranqüilidade social.

Para conter os efeitos dessas causas econômicas, sociais e estruturais, os órgãos encarregados da Segurança Pública necessitam estar aparelhados adequadamente. Porém, é vital se compreender que o combate à criminalidade não se faz apenas mediante a aquisição de novas unidades físicas ou equipamentos, mas, também, através da implantação de diversas políticas voltadas a gerar a credibilidade às instituições policiais e redução da impunidade.

A concepção de solução para o setor governamental, em especial na área de segurança, exige o conhecimento profundo das necessidades existentes, somado a atualização de dados no que diz respeito às técnicas e tecnologia disponíveis e modernas, além de capacidade criativa para a definição de fontes de recursos financeiros que possibilitem a concretização de projetos, de forma a minimizar os desafios enfrentados pelo Sistema de Segurança Pública.

Tangenciada por tais desafios ao Governo do Estado abraçou, como ponto de partida a construção de uma estrutura de segurança pública eficaz, voltada para o bem-estar do cidadão, garantindo-lhes os direitos constitucionais e que, mediante a ação conjunta do Estado e a integração das ações entre governo e população, sejam encontradas soluções para os problemas que a cada dia são gerados pela violência e a criminalidade.

#### **4.10 Ciência e Tecnologia**

A preocupação com a ciência e a tecnologia não pode se restringir apenas aos países industrializados, uma vez que há muitas atividades relacionadas a estas áreas são reconhecidas como de fundamental importância para o progresso social e econômico das regiões em desenvolvimento.

Nos últimos anos a produção científica e tecnológica brasileira experimentou um significativo aumento. Podemos constatar, porém, que esta produção ainda está muito distante da observada em países mais desenvolvidos, além do que, verificam-se agudos desequilíbrios regionais.

É importante ressaltar que, apesar do Governo Federal haver implementado alguns instrumentos visando diminuir essas desigualdades, estes não vem alcançando os resultados que seriam necessários para harmonizar o processo de desenvolvimento nacional. É importante assinalar que a região Sudeste do Brasil concentra as atividades de pesquisa e o maior número de pesquisadores (79,4%) e, como consequência, capta a maior parte dos recursos do Governo Federal ou de agências internacionais destinados ao financiamento da pesquisa.

Constitui-se, portanto, um imperativo dentro das políticas de governo que as regiões menos desenvolvidas incluam entre suas prioridades a constituição de uma Fundação de Ciência e Tecnologia que possa implementar uma ação sinérgica com as políticas do Governo Federal ou de outros organismos voltados para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos.

Neste contexto, o Rio Grande do Norte está procurando estruturar uma política de ciência e tecnologia objetivando a geração, desenvolvimento e transferência de conhecimentos, com ênfase em atividades que viabilizem a criação de novas tecnologias para a produção de bens e/ou serviços, que sejam de caráter

inovador e que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Nos últimos anos tem havido uma importante ampliação nas estruturas de produção científica e tecnológica do Estado, especialmente nas instituições de ensino superior, com a qualificação dos profissionais já integrantes dos quadros de pessoal, com a contratação de muitos profissionais pós-graduados, com a formação de centenas de mestres e doutores, e com a instalação de laboratórios, alguns dos quais muito bem equipados, se colocando, inclusive, como referência nacional.

Tem se verificado que a comunidade científica em consolidação no Estado responde com eficiência aos estímulos que são oferecidos para o desenvolvimento de novos projetos. Como exemplo maior, podemos citar o destaque que instituições do Rio Grande do Norte vem alcançando na captação de recursos dos fundos setoriais criados pelo Governo Federal para estimular pesquisas em determinadas áreas, com destaque para a área do petróleo. Ressalte-se, ainda, que os resultados obtidos na realização de muitos desses projetos já estão sendo utilizados em processos de produção de bens e serviços e na publicação de artigos científicos por pesquisadores do Estado, levando a um processo crescente de credibilidade, resultando na contratação de novos projetos para, capacitação de recursos humanos e prestação de serviços, associados à criação de novos conhecimentos.

Mesmo sabendo que essa estrutura está evoluindo significativamente, é fácil perceber que a mesma ainda é incipiente para assegurar sustentabilidade a um processo de desenvolvimento regional, uma vez que ações vêm sendo implementadas quase exclusivamente por instituições de ensino superior. Estas, apesar de comprometidas com o desenvolvimento da sociedade, não tem a competência institucional de coordenar uma política de desenvolvimento regional, competência esta que é função de estadual e federal.

Verifica-se, também, que a grande maioria das empresas locais, provavelmente devido a fragilidade estrutural da maioria delas, ainda não implementam ações ou buscam parcerias financiando projetos que lhes permitam usar tecnologias próprias ou melhorar as tecnologias usadas nas suas rotinas operacionais.

Por tudo isso, e considerando que o Rio Grande do Norte ainda está dando os primeiros passos para a definição de uma política de ciência e tecnologia compatível com as suas necessidades, é fundamental que esta definição se faça

segundo princípios que assegurem estabilidade nos mecanismos de produção de conhecimentos, focados no desenvolvimento integral do Estado. Para isto, é fundamental a observância de três princípios:

- Que a operacionalização de todos os componentes do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, seja feita de forma harmônica e equilibrada, procurando-se diminuir as desigualdades regionais e institucionais dentro do Estado;
- Que seja dada uma especial atenção na implementação de ações de ciência, de tecnologia e de inovação visando a solução dos principais problemas que afetam o desenvolvimento do Estado.
- Que a política de ciência e tecnologia implementada seja estável, coerente com os objetivos que se pretende alcançar, e que tenham projetos e linhas de ações legitimadas pelo mérito e pela sua relevância para a sociedade.

#### **4.11 Participação e Cidadania**

Nas últimas décadas, o processo decisório de políticas públicas vem propiciando a participação de novos atores, fato resultante da gradual reestruturação da democracia brasileira. Isto vem se manifestando através de difusão de informações, a geração de novos padrões culturais, o surgimento de novos interesses, a criação de organizações e redes sociais e outras formas de organização baseadas no espaço local, onde esta se exercita.

Neste novo contexto, cresce o espaço para a descentralização do poder do Estado, exigindo atualização contínua pelo aperfeiçoamento do processo democrático na busca de novas relações entre estado, sociedade civil e mercado.

Promover o desenvolvimento compartilhado entre os diversos exige uma nova estratégia orientada, essencialmente, pela participação efetiva dos diversos grupos sociais na gestão da ação pública, particularmente, na descentralização das ações e no aperfeiçoamento de serviços públicos que asseguram os direitos básicos dos cidadãos.

Os desafios para implementação dessas ações, no Rio Grande do Norte, estão relacionadas de um lado, pela falta de continuidades dos programas executados para o desenvolvimento da participação e cidadania das comunidades,

desestimulando compromissos assumidos, reforçando descrenças dos grupos sociais locais, e de outro, a carência de profissionais habilitados na maioria dos municípios, denunciando as fragilidades dos programas de formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos que deverão atuar como agente, no desenvolvimento das comunidades. A esses fatos associa-se a falta de informações sistematizadas e regulares entre as instituições de governo e a sociedade civil que facilitem processos de atuação integrados e mais transparência na aplicação dos recursos e resultados alcançados. Nos últimos anos, destacam-se os seguintes avanços no Estado:

- Criação, implantação e operação de instancias colegiadas de diálogo e negociação entre estado e a sociedade civil, na busca do aperfeiçoamento das políticas públicas (exemplos: conselhos estaduais e municipais);
- A atuação do ministério público na defesa de vários interesses que afetam a vida da maioria dos cidadãos;
- O fortalecimento dos movimentos sociais, organizando a sociedade civil e ampliando seus espaços de participação na formulação e execução das políticas públicas;
- Iniciativas de descentralização do estado, desenvolvendo o planejamento regional para potencializar oportunidades econômicas e assegurar maior eficácia na prestação dos serviços básicos à população.

## **5. OPORTUNIDADES E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

As entidades da sociedade civil e as instituições públicas vêm promovendo amplo esforço para a melhoria da qualidade, agilidade e abrangência dos serviços essenciais que assegure bem estar aos cidadãos.

De um lado observa-se que as empresas privadas estão incorporando o compromisso social como necessidade de participação no processo de desenvolvimento do país e de outro o reconhecimento de que as instituições têm na sociedade seu maior cliente, fornecedor e também um destacado sócio.

A questão central que se coloca na atualidade de gestão é como financiar o desenvolvimento num espaço de insuficiência de recursos frente as crescentes demandas da sociedade, num ambiente democrático onde as pessoas ou grupos

sociais têm acesso aos instrumentos políticos e institucionais para reivindicar os seus direitos. No contexto de contenção de gastos e austeridade fiscal, cabe ao governo encontrar formas alternativas de financiamento, em que o Estado deixe de ser o provedor de todos os recursos e assuma cada vez mais um papel de regulador e fiscalizador.

Nessa conjugação de interesses e objetivos verifica-se a necessidade de fortalecer, desenvolver e estruturar as redes de cooperação em todas as esferas da iniciativa privada e da administração pública, definindo espaços de atuação, transformando dificuldades operacionais em oportunidades de trabalhar em relação às questões que se relacionam com o bem e o interesse de todos. Nesse sentido, as parcerias têm se constituído em alternativa para ampliar e consolidar a atuação das ações de governo e da sociedade civil organizada, permitindo compatibilizar interesses comuns seja pela cooperação técnica ou viabilizando o patrocínio de recursos financeiros (incentivos fiscais) face a crescente demanda de novos investimentos em setores econômicos e de caráter social e ambiental. Tais parcerias devem ser construídas pela repartição compartilhada entre os parceiros dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos.

No Brasil é cada vez mais crescente as articulações entre empresas privadas<sup>9</sup>, instituições públicas e o terceiro setor<sup>10</sup> (institutos, fundações, organizações não-governamentais (ONG's), associações civis). “Estima-se que o terceiro setor brasileiro empregue 1,5 milhão de pessoas direta e indiretamente e abrigue mais de 540 mil entidades entre fundações, associações civis e unidades assistenciais, não incluindo aí, organizações religiosas e indivíduos voluntários que realizam ações sociais na comunidade”.

Na conjuntura atual, face às restrições do momento econômico que atravessa o país, a administração federal com limitadas condições financeiras para fazer os investimentos necessários nas áreas de sua competência, começa a implementar o

---

<sup>9</sup> Estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) em 2001 sobre a ação social de 1,8 mil empresas privadas demonstra o uso restrito dos incentivos fiscais em apenas 6,0% isto é, revela que o envolvimento social do empresariado acontece independente do Estado, desenvolvendo ações em benefícios da comunidade.

<sup>10</sup> O terceiro setor movimenta cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, o que equivaleria a algo como R\$21 bilhões. Nos Estados Unidos, este percentual chega a 35% e no Japão a 42%, segundo informações do Sistema de Apoio Institucional (SINAI).

sistema de parcerias público-privada (PPP)<sup>11</sup>, ordenando arranjos de cooperação que viabilize oportunidades de integração regional no desenvolvimento nacional e criando um ativo mercado de trabalho e renda para a população.

Neste sentido, o Rio Grande do Norte deverá também se colocar, identificando projetos de importância para o desenvolvimento Estadual, pois na atual conjuntura econômica sem essa rede de parcerias, seguramente as dificuldades serão bem maiores para a execução desses projetos.

Para o Rio Grande do Norte a implementação desse modelo necessita maior clareza, no que diz respeito aos aspectos administrativo, técnico e sobretudo dos pré-requisitos impostos pela lei (Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 8666), para não trazer futuros problemas institucionais, sendo necessário o governo estadual, ter os cuidados pertinentes na elaboração dos termos de acordos para a viabilização dessas parcerias.

Um dos setores que o Estado deverá ter maior preocupação, para implantar esse sistema, é exatamente a área de INFRA-ESTRUTURA que pela sua característica, normalmente necessita de volumosos recursos financeiros, tanto para a elaboração dos projetos quanto para a execução dos mesmos. Uma das áreas mais atraentes desse setor, é exatamente a energética, que além de manter um grande número de empregos, movimenta consideráveis recursos financeiros nacionais e internacionais. No momento essa área, ostenta a mais de 05 anos uma saudável parceria entre o Estado e a iniciativa privada, celebrada através de contrato de concessão para a comercialização de energia elétrica. Já a área de transportes requer, também uma atenção especial, pois carece da aplicação de muitos recursos financeiros, tanto para a manutenção quanto para a construção de novos trechos rodoviários. Da mesma forma, a área urbana da grande Natal deverá ter um tratamento do mesmo nível, no que diz respeito à elaboração e execução de projetos urbanísticos. Especialmente toda a região que dar acesso ao futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante, deverá ser beneficiada com intervenções

---

<sup>11</sup> Um grupo executivo do Ministério do Planejamento está detalhando a criação de um Fundo de Investimentos em infra-estrutura para o país, que seria uma instituição independente, mas com aval de um organismo multilateral como o BID. Segundo o Ministro do Planejamento Guido Mantega, “o novo modelo de parceria entre o setor público e o setor privado exige uma legislação específica, porque é uma modalidade nova e não está enquadrado na Lei das Concessões”. “A diferença básica entre as PPP’s e os contratos tradicionais de concessão é que naquele mecanismo, o setor público pode contratar os serviços de uma empresa privada e remunerá-los com recursos fiscais, e não apenas pelas tarifas”.

urbanísticas, pois sem essas intervenções, de acordo com o Infraero, tornará inviável a construção desse novo aeroporto.

Outra vertente que o governo também deverá estender nesse tipo de parceria, é a ÀREA SOCIAL onde hoje a administração pública não atende, quantitativamente e qualitativamente às necessidades da população, e isso, são deveres do Estado, instituídos pela Constituição que é o caso da habitação, saúde, segurança e educação. Para este setor o governo pode ter um importante, aliado que é o chamado terceiro setor, representados pelas OSCIP' (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), associações, entidades filantrópicas, que segundo dados do IBGE, movimentam apenas 1,5 % do PIB nacional, e enquanto em outros países desenvolvidos esse percentual chega a 35% do seu PIB, o que vislumbra um crescimento em potencial.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração, e de grande importância, é a atuação dos agentes financeiros nacionais e internacionais, como é o caso do BNDES, CEF, BN, BB, BID e BIRD, que segundo dados divulgados por órgãos especializados, se encontram com recursos financeiros disponíveis para aplicar no mercado, tanto na área de INFRA-ESTRUTURA quanto na área SOCIAL.

## **6. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

O Plano Plurianual de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte consolida e estrutura uma estratégia de ação voltada para construção do estilo de desenvolvimento definido a partir de um cenário desejado formado por um processo de desenvolvimento sustentável, e a consolidação de um estado democrático. Este cenário se manifesta de forma mais direta e específica através dos macroobjetivos e das ações estratégicas do plano.

### **MACROOBJETIVOS**

- I. Promover a inclusão social com ampliação e fortalecimento dos mecanismos de transferência de renda;
- II. Ampliar e consolidar a dinamização da base econômica com crescimento estável e ampliação do emprego;

- III. Modernizar e tornar mais eficiente a administração pública estadual;
- IV. Diminuir as desigualdades regionais respeitando as suas peculiaridades e otimizando suas potencialidades;
- V. Consolidar o processo de democratização no Estado.

## **OPÇÕES ESTRATÉGICAS**

### **EIXOS CENTRAIS QUE CARACTERIZAM O DESENVOLVIMENTO**

Como já foi citado neste documento, o Rio Grande do Norte precisa preparar-se para resolver os seus problemas principais, entre os quais se destacam: a pobreza de grande parte de seus habitantes; a carência de infra-estrutura social urbana e rural, especialmente saneamento básico; a vulnerabilidade e reduzida competitividade das atividades agropecuárias instaladas no semi-árido; uma defasagem no campo científico-tecnológico quando se compara seus padrões com os mundiais e de outros estados brasileiros, e um baixo nível educacional de parte importante de sua população.

Ainda há que considerar que o ambiente externo aporta novas ameaças como o avanço tecnológico atual que ocorre em um ritmo acelerado, gerando uma competição que desconhece fronteiras. Diante disto há que se preparar para atenuar possíveis efeitos negativos derivados de grandes diferenciais de competitividade e de qualidade de vida de seus recursos humanos e tem que reforçar as competências já existentes em suas áreas de excelência. A ameaça representada pelo forte poder de barganha de estados próximos exige mobilização social e política, opções e prioridades claras, e disposição das lideranças norte-rio-grandenses.

Porém não há dúvida que o dinamismo recente de sua base produtiva, ainda pode ser mais potencializado, e seus efeitos melhor distribuídos social e espacialmente, pois há no ambiente externo, oportunidades que não podem ser desperdiçadas. Estas são sinalizadas pela demanda por turismo, frutas tropicais e pescados, tanto a nível nacional como demandas internacionais. Inclui-se aqui a produção mineral e derivados com grandes perspectivas e possibilidades de investimentos de grande e médio porte.

## I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As opções estratégicas foram selecionadas com base no cenário desejado: tirar proveito da riqueza que a natureza legou para participar das tendências contemporâneas e construir um futuro melhor para a sua população - conservação e uso racional dos recursos naturais. O compromisso com as futuras gerações norteia as formas de uso e a necessidade de garantir um melhor padrão de vida à geração presente, direciona a necessidade de aproveitar essas inegáveis vantagens do Rio Grande do Norte.

O Desenvolvimento Sustentável, que enfatiza o respeito da dimensão ambiental é com certeza, uma opção possível e desejável no Estado. A gestão dos recursos hídricos, neste enfoque, apresenta-se igualmente estratégica para construção do futuro do Estado, na medida que assegura a continuidade e permanência do desenvolvimento e dos benefícios econômicos e sociais da riqueza natural (turismo, pesca, agricultura irrigada, etc.).

Como o desenvolvimento sustentável põe o social como um dos seus objetivos principais, três opções se apresentam como estratégias para o Estado do Rio Grande do Norte: investimento massivo na educação fundamental de qualidade e na qualificação para o trabalho, ampliação da infra-estrutura de saneamento básico e oferta de moradia para populações de baixa renda, estas opções se articulam com outras de importância complementar para com uma estratégia voltada para o desenvolvimento humano.

A conservação e o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento humano juntamente com o desenvolvimento científico e tecnológico, que é requisito básico das novas formas de competição e competitividade, o eixo principal da ação de Governo – o Desenvolvimento Sustentável.

A proposta de desenvolvimento sustentável tem como orientação estratégica de longo prazo: a inclusão social e desconcentração de renda com crescimento do produto e emprego; desenvolvimento ambiental sustentável, diminuição das desigualdades regionais, reestruturação e democratização do Estado.

## II. EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Na construção do desenvolvimento sustentável o estado desempenha um papel fundamental, tanto como condutor do processo, como agente de regulação e controle. No entanto, há que identificar alguns problemas e potencialidades da área política institucional que precisam ser considerados e resolvidos.

A estrutura organizacional do Estado, devido as condições circunstanciais de manutenção da economia, da política, do crescimento demográfico, das necessidades sociais e das exigências da própria sociedade, tanto no plano interno como externo, requer maior flexibilidade e dinamismo, tornando mais eficiente, eficaz e efetiva.

Constata-se simultaneamente uma irregularidade do sistema de planejamento, sendo importante ressaltar que a fragmentação das iniciativas e ações de Governo, bem como indefinição de eixos prioritários para fazer frente ao problemas e/ou dificuldades identificadas resultam na fragilidade da atuação governamental. Em muitos casos o custo e a importância do investimento não produz um impacto a altura do empreendimento.

Diante da complexidade do aparelho estatal, as ações do governo são realizadas com pouca articulação, quer dentro das próprias instituições do poder executivo ou quando se relacionam com outras esferas governamentais.

Quanto aos recursos humanos, há uma carência de condições tanto qualitativa quanto quantitativa para que possam acompanhar as mudanças de modo a poder atender as novas demandas sociais e aperfeiçoar as demandas básicas já existentes cada vez mais exigentes.

### III. DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Garantir a legitimidade do processo de desenvolvimento proposto requer intensificação da participação da sociedade popular nas suas diversas fases e o fortalecimento dos mais diversos instrumentos de participação direta ou indireta.

Atualmente, apesar de alguns avanços nas tentativas do estabelecimento de governos mais democráticos e do aumento do número de organizações na sociedade civil muitas ações neste sentido restringem-se ao cumprimento de normas legais ou a atitudes isoladas.

A participação no planejamento e na decisão de ações governamentais visando a transformação das condições de vida de toda a sociedade norte-riograndense é mínima, deixando-se o governo vulnerável para atender a pedidos de grupos isolados e com interesses muito particulares.

Esta situação cria uma realidade em que as desigualdades sociais, espaciais e políticas tendem a se perpetuar. Não há possibilidade de que seja desenvolvida uma maior sintonia com as peculiaridades regionais e com os reflexos resultantes do acelerado processo de modernização mundial nestes espaços peculiares.

Ao se adotar o desenvolvimento sustentável como o processo mais adequado para mudar o estado e a sociedade, não se pode subestimar a evolução da postura democrática como parte essencial responsável pela garantia da sustentabilidade.

## **DIMENSÕES ANALÍTICAS**

O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança e elevação de oportunidades sociais que compatibilize no tempo e no espaço o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e a equidade social. Sob este ponto de vista a estratégia procura organizar a intervenção pública e privada, agregando as ações através de grupos ou dimensões que se interligam, explicitadas a seguir:

### **Dimensão Social**

A inclusão social e a redistribuição de renda constituem o principal objetivo desta dimensão, no atual contexto do Estado do Rio Grande do Norte.

A estratégia de governo neste âmbito social tem como base o preceito de direitos fundamentais da cidadania e da garantia da universalização do acesso a serviços públicos essenciais como, saúde, educação, habitação, segurança, cultura e lazer.

Além do mais, pelo fato de que uma significativa parcela da população pertence a setores mais vulneráveis da sociedade, um outro preceito é priorizar o atendimento desta população visando a sua progressiva inclusão social. Isto implica, no desenvolvimento simultâneo de políticas de caráter estrutural envolvendo as áreas de emprego, educação, habitação, pequenos negócios rurais e urbanos,

assistência técnica, entre outras, e uma política de caráter emergencial e compensatória à população mais carente. Estão incluídas nesta categoria, programas e ações do tipo, combate as carências nutricionais, erradicação do analfabetismo, ações de formação e capacitação em curto prazo.

O desenvolvimento humano representa ao mesmo tempo o objetivo central desta dimensão e ao mesmo tempo pré-requisito para viabilidade, competitividade e eficiência da economia do estado dentro da visão de desenvolvimento sustentável.

A expressão programática se desdobra em um conjunto de programas e ações prioritárias que envolvem:

- Infra-estrutura de suporte a agricultura - cisternas, poços, pequenas barragens, viveiros e outras atividades produtivas;
- Infra-estrutura da atividade educacional – rede física de ensino, quadras esportivas e bibliotecas;
- Infra-estrutura de saúde e saneamento – equipamentos de saúde, rede hospitalar, cisternas de água e esgoto urbano e rural;
- Apoio à pequena produção rural e urbana, apoio à agricultura familiar, comunidade solidária, pequenos créditos;
- Formação e capacitação nas áreas da educação básica e profissional incluindo-se o treinamento e qualificação dos servidores públicos.

### **Dimensão Econômica**

Nesta dimensão, o objetivo maior é o de promover a dinamização da base econômica com crescimento estável e ampliação do emprego.

O desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte passa necessariamente, pelo crescimento econômico, considerando todas as exigências deste objetivo, mas, com estreita sintonia com a “geração de emprego” e o uso dos seus recursos naturais sem que o meio ambiente seja penalizado. Observa-se que este último aspecto tem uma importância fundamental, pois trata-se de um capital natural valioso, de muita qualidade que requer um modelo de sustentabilidade próprio. Na nossa economia atual as principais e mais promissoras atividades são diretamente associadas ao meio ambiente. O turismo, por exemplo, com suas exigências de clima ameno, belezas naturais conservadas, saneamento e áreas

saudáveis, requer um maior destaque para a política ambiental. Enquanto que as atividades produtivas como a carcinicultura, produção de fruticultura irrigada ou sequeira, a pesca, produção de sal, também tem o seu sucesso ligado a recursos naturais livres de poluição ou preservados.

As ações nesta dimensão fundamentam-se nas opções estratégicas seguintes:

- Consolidação e expansão das atividades competitivas existentes;
- Continuação do processo de reestruturação e modernização da base agropecuária;
- Ampliação e modernização da infra-estrutura econômica;
- Consolidação do desenvolvimento do turismo incluindo a possibilidade de sua diversificação e interiorização;
- Apoio ao processo de interiorização do crescimento econômico;
- Fortalecimento da infra-estrutura econômica que se dará por meio de investimentos em transporte, recursos hídricos e energia.

No campo econômico as parcerias são uma presença constante principalmente com o Governo Federal.

### **Dimensão Ambiental**

O desenvolvimento econômico juntamente com o processo de crescimento urbano criam pressões sobre os recursos naturais e todo o meio ambiente face a esta situação. E o compromisso de justiça social com as gerações atuais e o legado a ser deixado às gerações futuras faz-se necessário o exercício de um papel ativo de regulação das ações programáticas orientando o crescimento e reestruturação da base produtiva e a organização da sociedade.

A opção estratégica de conservação e uso racional dos recursos naturais tem como objetivo geral promover a sustentabilidade do desenvolvimento do Estado, assegurando a capacidade de auto-reprodução e recuperação dos ecossistemas, em consonância com o crescimento econômico e o aumento das condições de vida da população.

Objetivos específicos:

- Manutenção e administração de um capital natural de qualidade a partir de um modelo de sustentabilidade próprio;
- Superar definitivamente uma concepção estritamente corretiva que implica em atuar sobre a base de problemas já existentes, dando lugar à prevenção – planejamento ambiental.

Estes objetivos se desdobram em um conjunto de programas e linhas de ação na área dos recursos hídricos, envolvendo a gestão destes recursos, a infraestrutura física, ampliação, conservação e uso, os sistemas de condução e distribuição de águas e seu re-uso.

Na área dos recursos minerais destaca-se o apoio ao uso do gás natural como forma de substituição do uso intensivo de energia de fonte vegetal (carvão), um dos fatores responsáveis pela ameaça de desertificação no semi-árido.

### **Dimensão Científica e Tecnológica**

A opção estratégica desta dimensão orienta-se para a geração de conhecimentos e tecnologias na forma de subsídios técnicos e informacionais necessários à economia e a toda sociedade do Rio Grande do Norte. Desta forma pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável, viabilizando o aumento da produtividade, competitividade e, principalmente com a compatibilização do crescimento econômico com a preservação ambiental.

De forma mais específica os objetivos almejados são:

- Geração de tecnologias adequadas aos ecossistemas do Estado, permitindo um compatibilização da base econômica e meio ambiente;
- Promoção do aumento da economia norte-rio-grandense;
- Melhorar a qualidade dos produtos e serviços gerados pelos setores produtivos;
- Elevar o nível de qualificação dos recursos humanos que atuam no Estado.

Estas opções requerem programas e ações tais como: viabilização e operacionalização de centros de desenvolvimentos tecnológicos – centro tecnológico

do queijo, pesquisa e desenvolvimento da aqüicultura – unidades de difusão e transferência de tecnologia na área de fruticultura – instalação de centros tecnológicos para capacitação de recursos humanos envolvendo não apenas setores mais dinâmicos da produção, mas, também os que envolvem pequenos negócios, e produtores nas áreas de assentamento – incentivo e apoio a geração de projetos de energia alternativa e de uso racional de recursos hídricos (dessalinização, reuso de águas, entre outros).

Finalmente, e objetivando-se completar o arcabouço gerencial desta área de atuação, há que se criar à fundação de amparo à pesquisa do RN.

### **Dimensão Político-Institucional**

Esta dimensão desempenha um papel fundamental na construção do desenvolvimento sustentável, tanto na reestruturação e recuperação da capacidade de investimento do Estado e na garantia da qualidade dos serviços prestados, como na organização e coordenação da participação da sociedade nos processos decisórios e na escolha do futuro para o Estado.

A reestruturação organizacional e funcional do Estado visa à dinamização e o melhor desempenho de suas funções, isto implica em capacitar e instrumentalizar os órgãos estaduais existentes e criar novos quando necessário obedecendo a critérios rigorosos, de modo a não comprometer as metas de racionalização e contenção de despesas da manutenção da administração estadual.

Estas transformações deverão ter uma participação efetiva do funcionalismo público estadual, pois a sua incorporação ao processo desde seu início, objetiva que se sintam co-autores das mudanças, além de funcionar como meio de qualificação funcional.

Outros aspectos de destaque nesta linha de ação referem-se ao fortalecimento da estrutura do Estado como a implantação e funcionamento da rede Estadual de informática, fortalecimento da estrutura de arrecadação e do sistema de segurança pública.

A modernização e racionalização do planejamento significam revitalização considerando a existência de lacunas que caracterizam uma grande descontinuidade dessa atividade. Esta retomada implica em uma revisão na forma de gestão que cria mecanismos de integração dentro do sistema governamental

(acompanhamento, controle e avaliação das ações governamentais) e as suas relações com outros níveis de poder – união, municípios – e ainda, com a sua interação com a sociedade.

A estratégia principal desta dimensão que pode ser identificada como reestruturação e democratização do Estado deverá se manifestar através de programas e ações como se segue: “Governo nas Cidades”, um dos instrumentos de consulta direta à sociedade visando uma maior descentralização das decisões; revitalização do planejamento com a utilização de planos regionais e planos setoriais específicos – Plano Diretor de regionalização da Saúde, atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Planos de Gestão de recursos naturais entre outros.

Objetivando a melhora e racionalização administrativa alguns órgãos novos serão criados ou extintos, seu atendimento em um processo de interiorização – criação de um Instituto de Gestão das Águas, Secretaria da Reforma Agrária – SEARA, interiorização do Procon e criação das superintendências de desenvolvimento regional.

## **7. NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO**

O Estado, ente federativo, vem passando nas três últimas décadas por grandes mudanças, tanto em seu papel na sociedade quanto em suas formas de gestão. Essas mudanças representam respostas a transformações profundas no ambiente mundial, e tem por objetivo assegurar maior efetividade da ação do Estado no atendimento das demandas da sociedade.

Essas transformações colocaram as instituições públicas e privadas diante do desafio de se adaptar a um universo mais complexo, diverso e em constante mudança.

Com a crise do petróleo, nos anos 70, encerrou-se um ciclo, de cerca de 30 anos, de prosperidade e crescimento, em que se geria uma realidade econômica de padrão constante, com um Estado sujeito apenas às crises de natureza estritamente políticas.

De lá para cá, as inovações tecnológicas impuseram a necessidade de uma gestão dinâmica e a globalização financeira exigiu uma integração muito mais ágil

com o resto do mundo, criando um ambiente econômico, social e político em permanente estado de transformação.

Gerir a mudança implica em gerir um processo permanente de ajustes das organizações às mudanças de seu ambiente externo. Colocado nestes termos, este desafio se apresenta tanto para o administrador público como para o administrador privado.

Essa nova realidade exigiu que o Estado reavaliasse sua forma de atuação e se reposicionasse frente a sociedade, adotando novos princípios de gestão e um novo tipo de planejamento, para responder aos desafios que se apresentavam.

Nesse contexto, e buscando adequar-se à nova conjuntura, o Estado brasileiro deu início, por meio da Constituição de 1988, à revisão de suas formas de planejamento, instituindo a obrigatoriedade da elaboração de Planos Plurianuais e a integração entre planejamento e orçamento.

Esta intenção, entretanto, não produziu os impactos esperados, por falta de tempo para que as intenções se traduzissem na criação de novos procedimentos de planejamento e orçamento. Daí, que o modelo inovador, baseado em experiências de gestão empresarial, que definiram novas bases metodológicas e operacionais para uma mudança real no planejamento, orçamento e gestão pública, só ocorreu a partir de 1998 e se confirma no PPA 2004-2007.

Sobre estas novas bases é que se elaborou o Plano Plurianual 2004-2007 do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que consolida uma nova forma de planejar e organizar o orçamento público – o modelo de gestão por programas – instrumento articulador do planejamento, orçamento e gestão.

O programa é um conjunto articulado de ações, para o alcance de um objetivo. Esse objetivo é concretizado em resultados – solução de um problema ou alavancagem de uma oportunidade demandada pela sociedade – mensuradas pela evolução de indicadores no período de sua execução, possibilitando, assim, a avaliação objetiva da atuação do governo.

Esta forma, rompe com a visão departamentalizada das organizações do setor público, cuja tradição tem sido a de otimizar sua função, independente dos resultados globais atingidos. A intenção é introduzir paulatinamente nas organizações públicas uma preocupação gerencial com objetivos a serem atingidos na sociedade.

A integração do planejamento, orçamento e gestão, evita a consolidação de uma gestão pública inercial, pautada apenas pelas preocupações fiscais e financeiras, e pela manutenção de uma programação que não passa dos estreitos limites do orçamento anual, por falta de parâmetros estratégicos de mudanças sócio-econômicas mais profundas. A integração torna o plano verossímil, ancorado em uma base fiscal que lhe dá, com clareza, os limites do gasto público para um horizonte de médio prazo, ao mesmo tempo que valoriza a seletividade e a alocação de recursos. Do mesmo modo, os orçamentos ganham um caráter estratégico, à medida que rompem com as características inerciais e de natureza estritamente financeira, que lhe são inerentes.

Integrado ao plano, os orçamentos passam a ter um alcance estratégico e ser peça de gestão pública de interesse de toda a sociedade.

O novo modelo de planejamento baseia-se na integração dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão, organizados segundo três horizontes de tempo: longo prazo (Planos de Desenvolvimento); médio prazo (Plano Plurianual); e curto prazo (Leis Orçamentárias).

O primeiro horizonte de planejamento adotado oferece uma visão estratégica do desenvolvimento de longo prazo, referenciada no território. Trata-se, de uma visão de futuro orientada também para resultados concretos, traduzidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, e os Planos de Desenvolvimento Sustentável do Seridó e do Litoral Norte. Com essa idéia cria-se o conceito de planejamento indicativo para as diversas esferas do setor público, como também para subsidiar as decisões microeconômicas de investimento.

O segundo horizonte, mais especificamente de 04 anos, trata do Plano Plurianual, que é uma lei, portanto, um plano normativo para o setor público. Nele estão contidas as ações governamentais organizadas em programas, que foram criados como um desdobramento operacional das orientações estratégicas da Governadora do Estado, com macroobjetivos formulados a partir dos Planos de Desenvolvimento já formulados, e sobretudo, de uma ampla consulta a sociedade organizada.

Com esses dois primeiros horizontes de planejamento, os orçamentos anuais passam a ser uma conseqüência da visão estratégica plurianual, assegurada pelos programas que integram simultaneamente o plano e os orçamentos anuais. Assim, tem-se a possibilidade de superar a tendência natural à extrapolação plurianual do

gasto, tradicional na cultura orçamentária e financeira. O programa passa a ser, nesse novo modelo de planejamento e orçamentação, o ligamento entre o futuro desejado e programado nos dois horizontes primeiros, e as decisões de curto prazo da programação orçamentária e financeira.

O conceito de planejamento adotado neste Plano Plurianual 2004-2007, vai além da sua função clássica de formular planos. Ele incorpora, também, como essencial o gerenciamento dos programas e do plano como um todo.

Neste contexto, dois instrumentos são indispensáveis conforme a seguir:

## SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

O novo modelo pressupõe um processo de monitoramento em rede, ou seja, o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, informatizado, em fase de elaboração na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças, que fornecerá os meios para controlar a execução dos programas.

## AVALIAÇÃO

A avaliação de desempenho é uma das etapas mais importantes do ciclo de gestão do Governo Estadual. Seu objetivo é assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e execução, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados desejados junto ao público alvo ocorram efetivamente.

Neste contexto, o processo de avaliação é um instrumento gerencial que se integra ao conjunto de ferramentas do novo modelo de gestão que se espera implantar no Estado do Rio Grande do Norte a partir da validação deste Plano Plurianual.

# ANEXO

# DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS

# DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS



## RIO GRANDE DO NORTE

LEI Nº 8.472, DE 12 DE JANEIRO DE 2004.

*Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado para o  
Quadriênio 2004-2007 e dá outras providências.*

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:**  
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, na forma do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – Diretrizes, as linhas gerais de ação estipuladas de acordo com as políticas definidas, tendo em vista o alcance de objetivos determinados;

II – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais; e

III – Metas, as especificações quantitativas ou qualitativas dos objetivos pretendidos.

Art. 2º A programação constante no Plano Plurianual será financiada com recursos oriundos do Tesouro Estadual, compreendidos os originários das entidades da Administração Pública Indireta, decorrentes de operações de crédito internas e externas e procedentes de convênios com a União.

Art. 3º Os valores financeiros constantes desta Lei são referenciais e deverão ser reestabelecidos em cada exercício, por ocasião da aprovação dos orçamentos anuais, obedecidos os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e consoante a legislação tributária em vigor na época.

Art. 4º A alteração ou exclusão de ações em programas constantes do Plano Plurianual ou a inclusão de novo programa poderão ser efetuadas por lei específica de iniciativa do Poder Executivo, quando compatíveis com os objetivos dos programas existentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

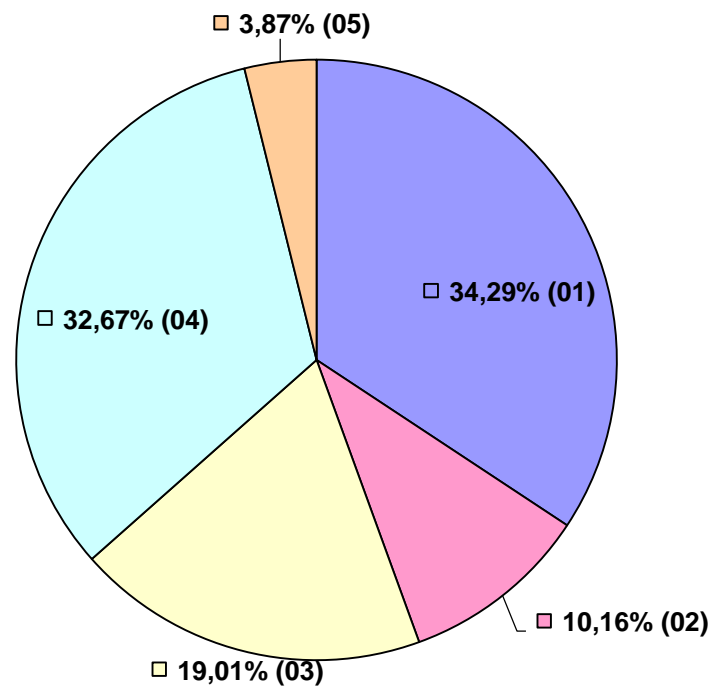
Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 12 de janeiro de 2004,  
116º da República.

WILMA MARIA DE FARIA  
Carlos Alberto de Sousa Rosado



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS**  
**PLANO PLURIANUAL - 2004-2007**

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO OS MACROOBJETIVOS**

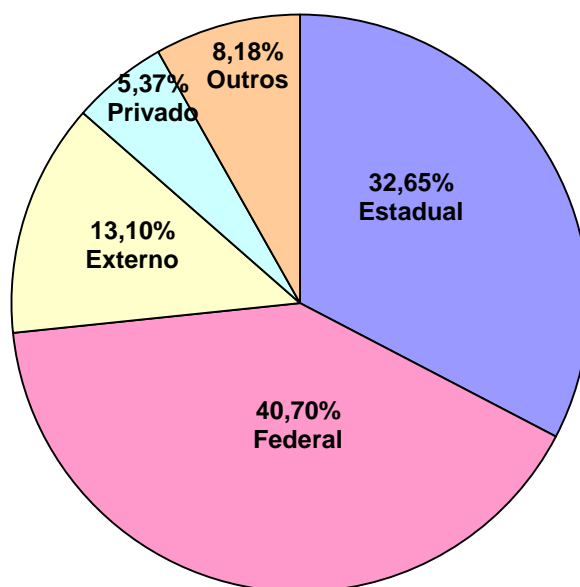


Macroobjetivo	Valor
01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA	1.308.835.000,00
02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO	387.915.000,00
03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	725.841.000,00
04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO	1.247.205.000,00
05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO	147.545.000,00
<b>Total</b>	<b>3.817.341.000,00</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS**  
**PLANO PLURIANUAL - 2004-2007**

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO AS FONTES**

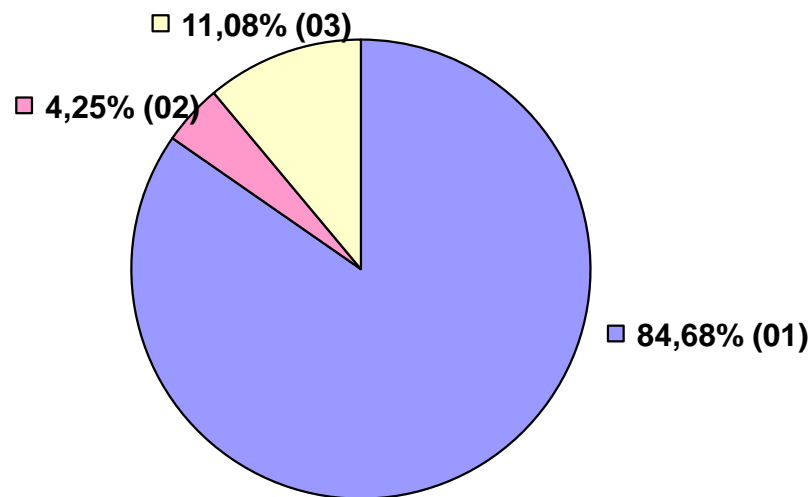


Fonte de Recursos	Valor
Estadual	1.246.347.000,00
Federal	1.553.844.000,00
Externo	499.967.000,00
Privado	205.000.000,00
Outros	312.183.000,00
<b>Total</b>	<b>3.817.341.000,00</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS  
PLANO PLURIANUAL - 2004-2007**

**DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS, SEGUNDO OS TIPOS DE PROGRAMAS**



<b>Tipo de Programa</b>	<b>Valor</b>
01 - Finalístico	3.231.895.000,00
02 - Serviço ao Estado	162.740.000,00
03 - Gestão de Políticas Públicas	422.706.000,00
<b>Total</b>	<b>3.817.341.000,00</b>

# SUMÁRIO

## **1. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA**

1. Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	104
2. Apoio à Agricultura Familiar .....	106
3. Pequenos Negócios Rurais e Urbanos .....	109
4. Avaliação do Sistema Estadual de Ensino .....	111
5. Capacitação e Valorização dos Profissionais da Educação .....	112
6. Ciência e Tecnologia na Educação .....	113
7. Educação Básica com Qualidade .....	114
8. Expansão e Melhoria da Rede Física da Educação .....	116
9. Criação, Dinamização e Valorização de Espaços Culturais e de Bens Históricos ....	118
10. Valorização, Dinamização e Divulgação da Produção Artística do Estado .....	120
11. Implantação da Infra-estrutura Física da Faculdade de Medicina .....	121
12. Implantação do Sistema de Comunicação do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte .....	122
13. Formação de Professores e Profissionais de Educação .....	123
14. Conservação Ambiental .....	125
15. Educação Ambiental .....	127
16. Apoio à Geração do Conhecimento no Rio Grande do Norte .....	129
17. Educação Tecnológica e Inclusão Digital .....	130
18. Central do Cidadão .....	131
19. Defesa Civil .....	132
20. Direitos Humanos e Defesa das Minorias .....	133
21. Menos Preso e Mais Cidadão .....	134
22. Proteção e Defesa do Consumidor .....	135

23. Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde .....	136
24. Apoio à Terceira Idade e ao Portador de Deficiência .....	137
25. Apoio às Instituições Sociais .....	138
26. Atenção à Família .....	139
27. Atenção à Infância e à Juventude .....	140
28. Atenção aos Grupos em Situação de Risco .....	141
29. Combate às Carências Nutricionais .....	142
30. Eventos Promocionais de Assistência Social .....	143
31. Habitação para Baixa Renda .....	144
32. Reestruturação dos Equipamentos Comunitários .....	145
33. Trabalho, Ocupação e Renda .....	146
34. Tributo ao Cidadão .....	148
35. Atendimento à Criança e ao Adolescente .....	149
36. Combate à Desertificação .....	150
37. Abastecimento de Água .....	151
38. Esgotamento Sanitário .....	152
39. Água Potável .....	153
40. Apoio à Recuperação de Ecossistemas .....	154
41. Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural .....	155
42. Programa de Organização Fundiária e Apoio ao Processo de Reforma Agrária do Estado do RN – PROFARA .....	157
<b>2. DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO</b>	
43. Agronegócio da Fruticultura .....	159
44. Agronegócio da Pecuária .....	161
45. Agronegócio da Pesca e da Aqüicultura .....	163
46. Serviços e Infra-estrutura de Apoio ao Agro .....	165
47. Apoio às Atividades do Pólo Gas-Sal .....	168

48. Desenvolvimento e Desconcentração Industrial .....	169
49. Desenvolvimento Tecnológico dos Arranjos Produtivos Locais .....	171
50. Promoção da Atividade Comercial .....	173
51. Transferência de Tecnologias para o Setor Produtivo .....	174
52. Geração de Energia Elétrica através do Gás Natural .....	175
53. Interiorização do Turismo .....	176
54. Marketing Turístico do Rio Grande do Norte .....	177
55. Qualificação e Diversificação do Produto Turístico .....	179
<b>3. MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL</b>	
56. Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional da Assembléia Legislativa .....	181
57. Reparelhamento e Informatização da Assembléia Legislativa .....	182
58. Comunicação e Divulgação da Assembléia Legislativa .....	183
59. Aperfeiçoamento do Controle Externo .....	184
60. Melhoria Funcional do Tribunal de Contas do Estado .....	185
61. Aprimoramento dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário .....	186
62. Informatização do Poder Judiciário .....	187
63. Integração do Poder Judiciário com a Comunidade .....	188
64. Melhoria da Infra-estrutura e Apoio Logístico da Escola da Magistratura do RN ....	189
65. Modernização do Poder Judiciário .....	190
66. Otimização dos Mecanismos de Controle e Fiscalização do Poder Judiciário .....	192
67. Modernização do Parque Gráfico do Departamento Estadual de Imprensa .....	193
68. Modernização da Consultoria Geral do Estado .....	194
69. Melhoria Funcional da Procuradoria Geral do Estado .....	195
70. Desenvolvimento do Controle Interno .....	196
71. Construção, Reforma e Ampliação da Estrutura Física do Gabinete Civil .....	197
72. Modernização Administrativa e Tecnológica do Gabinete Civil .....	198
73. Valorização dos Recursos Humanos do Gabinete Civil .....	199

74. Modernização da Vice Governadoria .....	200
75. Modernização da Estrutura da Procuradoria Geral de Justiça .....	201
76. Reparcelhamento e Reestruturação da Polícia Militar .....	203
77. Gestão de Recursos Humanos .....	205
78. Modernização Administrativa do Estado .....	206
79. Modernização e Ampliação dos Recursos de Informática Aplicados no Rio Grande do Norte .....	208
80. Modernização dos Serviços Previdenciários .....	210
81. Regularização dos Empreendimentos Imobiliários .....	211
82. Adequação e Modernização da Infra-estrutura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte .....	212
83. Atualização e Ampliação do Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte .....	213
84. Fortalecimento Institucional do Planejamento e da Gestão .....	214
85. Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social .....	215
86. Desenvolvimento de Estudos, Pesquisas e Informações .....	217
87. Fortalecimento Institucional do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente .....	218
88. Modernização e Reestruturação dos Serviços da Polícia Técnico-Científica .....	220
89. Reestruturação da Polícia Civil .....	222
90. Modernização e Reestruturação da Administração Fiscal do Estado .....	224
91. Reestruturação do Sistema Penitenciário .....	226
92. Desenvolvimento Institucional e Modernização Gerencial do Sistema Estadual de Saúde .....	228
93. Desenvolvimento, Administração e Formação de Recursos Humanos em Saúde ..	229
94. Gestão do Sistema Único de Saúde e Controle Social .....	230
95. Readequação da Rede Física e Tecnológica da Saúde .....	232
96. Reestruturação e Modernização da Secretaria de Infra-estrutura .....	234
97. Modernização Administrativa e Tecnológica do Departamento de Estradas de	235

Rodagem .....	
98. Educação e Fiscalização para o Trânsito .....	236
99. Modernização Administrativa e Reestruturação Física do DETRAN .....	237
100. Reintegração e Reabilitação de Condutores e Infratores Contumazes .....	238
101. Valorização dos Recursos Humanos do DETRAN .....	239
102. Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos Concedidos .....	240
103. Reestruturação Administrativa da Secretaria da Ação Social .....	242
104. Pesquisa de Recursos Hídricos .....	243
105. Reestruturação Organizacional da Secretaria dos Recursos Hídricos .....	244
106. Redução de Perdas em Sistemas de Água .....	245
107. Estruturação Organizacional do Instituto de Gestão das Águas .....	246
108. Modernização e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária .....	248
109. Reestruturação e Ampliação dos Serviços do Corpo de Bombeiros Militar .....	249
<b>4. AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SOCIO-ECONÔMICA DO ESTADO</b>	
110. Programa de Alternativas Energéticas .....	251
111. Melhoria da Malha de Rede de Gasodutos .....	252
112. Melhoria da Rede de Gasodutos em Polos de Desenvolvimento .....	253
113. Rio Grande do Norte - Urbano .....	254
114. Rio Grande do Norte - Social .....	256
115. Rio Grande do Norte - Energia .....	258
116. Desenvolvimento de Programas de Infra-estrutura Aeroportuária .....	260
117. Pavimentação e Implantação de Rodovias e Obras d'Artes Especiais .....	261
118. Restauração e Melhoramento da Malha Rodoviária Básica .....	262
119. Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros - STIP .....	263
120. Melhoria da Estrutura Viária e Urbana do Estado .....	264
121. Construção, Ampliação e Recuperação de Adutoras e Canais .....	265

122. Construção, Ampliação e Recuperação de Barragens e Açudes .....	266
123. Construção, Ampliação e Recuperação de Poços, Dessalinizadores e Cisternas	267
124. Implantação de Projetos Hidroagrícolas .....	268
125. Operação e Manutenção da Infra-estrutura Hídrica .....	269
126. Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Comunitários .....	270
127. Retificação e Conservação de Canais Naturais .....	271
128. Reuso de Águas .....	272
129. Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR .....	273
130. Demarcação de Limites Intermunicipais .....	275
<b>5. CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO</b>	
131. Governo nas Cidades .....	276
132. Planejamento e Gestão Integrada da Zona Costeira .....	277
133. Organização da Assistência e Melhoria da Gestão da Saúde .....	278
134. Desenvolvimento Solidário .....	279
135. Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais .....	280
136. Protagonismo Comunitário .....	281
137. Reestruturação dos Conselhos de Gestão dos Programas da Política Social .....	282
138. Gestão de Recursos Hídricos .....	283



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1184 - GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Proporcionar o funcionamento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente no RN.

### Justificativa

Urge assegurar o funcionamento integral do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente no RN.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	846.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.010.000,00
<b>Recurso Externo</b>	188.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.044.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1540 - Formação de Conselheiros e de Educadores	GAC			
Encontro realizado		Encontro	10	40
Rio Grande do Norte			10	40
1541 - Expansão e Funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares	GAC			
Conselho instalado		Unidade	28	100
Rio Grande do Norte			28	100
1542 - Pesquisa na Área da Infância e Adolescência do Rio Grande do Norte	GAC			
Pesquisa realizada		Unidade	94	97
Rio Grande do Norte			94	97
1543 - Conferência dos Direitos da Infância e da Adolescência no Rio Grande do Norte	GAC			
Conferência realizada		Unidade	0	12
Rio Grande do Norte			0	12
1544 - Divulgação e Mobilização Social	GAC			
Campanha realizada		Unidade	13	52
Rio Grande do Norte			13	52
1545 - Apoio Institucional à Ação Governamental de Atendimento à Criança e ao Adolescente	GAC			
Entidade reestruturada		Unidade	15	60
Rio Grande do Norte			15	60



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1184 - GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1546 - Articulação Interinstitucional	GAC			
Articulação promovida		Unidade	5	17
Rio Grande do Norte			5	17
1547 - Gerenciamento de Informações	GAC			
Banco de Dados implementado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1548 - Reestruturação da Sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do RN - CONSEC	GAC			
Sede reestruturada		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1704 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Fortalecer a agricultura familiar, através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos.

### Justificativa

Necessidade de melhoria do bem estar social do pequeno produtor rural e de sua família, que habitam o semi-árido do Estado, em condições precárias quanto aos aspectos de alimentação, saúde e educação.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	8.260.000,00
<b>Recurso Federal</b>	23.964.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	5.707.000,00
<b>TOTAL</b>	37.931.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1140 - Projeto Ave Caipira - Pró Alimento	EMPARN			
Kit de Produção distribuído		Unidade	1.000	11.000
Rio Grande do Norte			1.000	11.000
1166 - Educação Profissional	EMATER			
Agricultor qualificado		Unidade	10.000	10.000
Rio Grande do Norte			10.000	10.000
1619 - Estruturação de Propriedades Familiares Sustentáveis	EMATER			
Propriedade estruturada		Unidade	100	500
Rio Grande do Norte			100	500
1748 - Execução de Pesquisas Voltadas para Pequena Produção	EMPARN			
Projeto elaborado		Unidade	8	25
Rio Grande do Norte			8	25
1749 - Execução de Unidades de Difusão e Transferência de Tecnologias	EMPARN			
Propriedade Demonstrativa implantada		Unidade	80	200
Rio Grande do Norte			80	200
1750 - Realização de Cursos para Técnicos, Multiplicadores e Produtores	EMPARN			
Treinando capacitado		Unidade	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1704 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1751 - Projeto Piloto Ave Caipira - Pró Renda	EMPARN			
Unidade de Produção implantada		Unidade	5	30
Zona do Litoral Oriental			5	30
1752 - Projeto Pomar Doméstico	EMPARN			
Kit Fruteira distribuído		Unidade	10.000	60.000
Rio Grande do Norte			10.000	60.000
1753 - Produção de Sementes Básicas	EMPARN			
Semente produzida		Tonelada	400	1.600
Zona Mossoroense			400	1.600
1754 - Elaboração, Implementação e Assistência ao Crédito Rural Dirigido ao Agricultor Familiar	EMATER			
Projeto elaborado		Unidade	49.400	74.000
Rio Grande do Norte			49.400	74.000
1755 - Revitalização da Produção de Fibras e Oleaginosas	EMATER			
Produtor atendido		Agricultor	15.000	30.000
Rio Grande do Norte			15.000	30.000
1756 - Disseminação do Associativismo e da Cooperação	EMATER			
Associativismo disseminado		Agricultor	85.000	102.000
Rio Grande do Norte			85.000	102.000
1757 - Assessoramento na Elaboração/Revisão dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS e Planos de Trabalho Municipais - PTM	SAPE			
Plano elaborado		Unidade	80	80
Rio Grande do Norte			80	80
1758 - Divulgação e Sensibilização para a Organização da Produção Rural	SAPE			
Evento realizado		Unidade	164	164
Rio Grande do Norte			164	164
1759 - Articulação, Formulação e Negociação de Políticas Públicas	SAPE			
Evento realizado		Unidade	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1760 - Expansão da Avicultura Integrada	EMATER			
Unidade Avícola assistida		Unidade	150	300
Rio Grande do Norte			150	300
1761 - Alfabetização de Adultos	EMATER			
Agricultor alfabetizado		Unidade	5.800	5.800
Rio Grande do Norte			5.800	5.800
1762 - Apoio ao Agronegócio da Agricultura Familiar	EMATER			
Propriedade Rural assistida		Unidade	45.000	85.000
Rio Grande do Norte			45.000	85.000
1763 - Distribuição de Sementes e Mudas	SAPE			
Produtor atendido		Unidade	30.000	120.000
Rio Grande do Norte			30.000	120.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1705 - PEQUENOS NEGÓCIOS RURAIS E URBANOS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Fortalecer a renda familiar no meio rural com a introdução de atividades não agrícolas, capazes de oferecer ocupações remuneradas ao trabalhador, inclusive sua mulher e filhos.

### Justificativa

Necessidade de fixar o homem à terra, através de atividades ocupacionais geradoras de emprego e renda. A saturação da mão-de-obra nos grandes centros leva a procura de ocupações locais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.485.000,00
<b>Recurso Federal</b>	641.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	672.000,00
<b>TOTAL</b>	5.798.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1802 - Produção de Adubo Orgânico	CEASA			
Adubo produzido		Tonelada	38	150
Rio Grande do Norte			38	150
1803 - Turismo Rural/Meio Ambiente nos Sistemas Produtivos	EMATER			
Propriedade organizada		Unidade	3	10
Rio Grande do Norte			3	10
1807 - CEASA nos Bairros	CEASA			
Hortigranjeiro vendido		Tonelada	40	60
Zona do Litoral Oriental			40	60
1808 - Armazém da Família	CEASA			
Cesta Básica vendida		Tonelada	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1809 - Mesa da Solidariedade	CEASA			
Pessoa atendida		Unidade	4.610	4.610
Zona do Litoral Oriental			4.610	4.610
1810 - Bolsa Eletrônica	CEASA			
Produtor atendido		Unidade	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1705 - PEQUENOS NEGÓCIOS RURAIS E URBANOS

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1811 - Sopão	CEASA			
Pessoa atendida		Unidade	4.000	16.000
Zona do Litoral Oriental			4.000	16.000
1812 - Cozinha Alternativa	CEASA			
Pessoa atendida		Unidade	2.000	10.000
Zona do Litoral Oriental			2.000	10.000
1813 - Programa de Qualidade	CEASA			
Técnico qualificado		Unidade	20	71
Zona do Litoral Oriental			20	71



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1801 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos

**Público Alvo** Corpo docente, discente e gestores da rede pública

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Estabelecer medidas que permitam acompanhar e monitorar as atividades educacionais.

**Justificativa**  
A complexidade e diversidade das atividades desenvolvidas na educação requer um monitoramento que subsidie a avaliação do sistema educacional.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	288.000,00
<b>Recurso Federal</b>	262.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	550.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1358 - Avaliação e Acompanhamento da Gestão do Sistema (Pedagógica e Gerencial)	SECD			
Programa realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1359 - Realização do Censo	SECD			
Censo realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1802 - CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos

**Público Alvo** Servidores da rede pública estadual

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Promover a formação continuada aos profissionais como condição para melhoria da educação.	A qualidade requer uma boa formação dos profissionais, daí a necessidade da oferta de cursos e/ou programas de formação.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.787.000,00
<b>Recurso Federal</b>	8.966.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	11.753.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1328 - Capacitação de Recursos Humanos para o Magistério (Professores e Monitores)	SECD			
Pessoal capacitado		Unidade	11.800	27.600
Rio Grande do Norte			11.800	27.600
1330 - Capacitação de Dirigentes e Técnicos	SECD			
Pessoal capacitado		Unidade	840	3.360
Rio Grande do Norte			840	3.360



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1803 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos

**Público Alvo** Profissionais da educação

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Viabilizar o uso de novas tecnologias como ferramenta para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

### Justificativa

A educação enquanto meio de transformação social, não pode ficar alheia ao surgimento das novas tecnologias, daí a necessidade de viabilizar seu uso de forma a incrementar a melhoria do ensino-aprendizagem.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.978.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.304.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	9.282.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1334 - Implantação de Novas Tecnologias na Educação	SECD			
Equipamento adquirido		Unidade	685	2.740
Rio Grande do Norte			685	2.740



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1804 - EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos

**Público Alvo** População atendida na educação básica da rede estadual de ensino

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Oferecer uma educação comprometida com a produtividade escolar, redução do analfabetismo e ampliação da capacidade da rede.	O sistema educacional tem o compromisso de oferecer uma educação de qualidade, que permita o aumento nos índices de aproveitamento, compatíveis com as exigências do mundo do trabalho, o exercício da cidadania e a modificação dos indicadores.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	18.879.000,00
<b>Recurso Federal</b>	217.964.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	818.000,00
<b>TOTAL</b>	237.661.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1008 - Expansão da Educação Profissional	SECD			
Centro/Núcleo implantado		Unidade	6	14
Rio Grande do Norte			6	14
1010 - Expansão e Melhoria do Ensino Médio	SECD			
Programa realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1342 - Desenvolvimento do Esporte, Lazer, Arte e Cultura	SECD			
Programa realizado		Unidade	22	88
Rio Grande do Norte			22	88
1343 - Descentralização Financeira	SECD			
Programa realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1345 - Alfabetização de Jovens e Adultos	SECD			
Jovem e Adulto alfabetizado		Unidade	170.000	500.000
Rio Grande do Norte			170.000	500.000
1347 - Desenvolvimento das Ações do FUNDESCOLA	SECD			
Programa realizado		Unidade	15	60
Rio Grande do Norte			15	60



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1804 - EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1349 - Distribuição de Merenda Escolar	SECD			
Aluno beneficiado		Unidade	295.788	295.788
Rio Grande do Norte			295.788	295.788
1351 - Produção e Impressão de Material Didático, Pedagógico e Cultural	SECD			
Material impresso		Unidade	5.040	20.160
Rio Grande do Norte			5.040	20.160
1353 - Reorganização do Ensino Fundamental	SECD			
Programa realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1354 - Realização de Exame Supletivo	SECD			
Exame realizado		Unidade	2	8
Rio Grande do Norte			2	8
1357 - Aquisição de Material Didático Específico	SECD			
Material Didático adquirido		Unidade	175.000	700.000
Rio Grande do Norte			175.000	700.000
1479 - Curso de Complementação do Ensino Fundamental	SECD			
Curso realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1480 - Biblioteca Viva	SECD			
Aluno beneficiado		Unidade	413.088	413.088
Rio Grande do Norte			413.088	413.088



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1805 - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos

**Público Alvo** Corpo discente

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Oferecer infra-estrutura adequada ao trabalho desenvolvido no âmbito da escola.

### Justificativa

O trabalho educacional requer espaços adequados, daí a necessidade de reformas, ampliações e construções dessas estruturas físicas.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	43.484.000,00
<b>Recurso Federal</b>	3.518.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	37.529.000,00
<b>TOTAL</b>	84.531.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1335 - Modernização Operacional e Administrativa	SECD			
Programa realizado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1461 - Construção de Centros de Educação Especial	SECD			
Centro construído		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1463 - Reforma de Centros de Educação Especial	SECD			
Centro reformado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1464 - Construção de Salas de Aula	SECD			
Sala de Aula construída		Unidade	80	320
Rio Grande do Norte			80	320
1465 - Recuperação de Prédios Escolares	SECD			
Prédio recuperado		Unidade	134	536
Rio Grande do Norte			134	536
1466 - Construção de Espaços Esportivos	SECD			
Espaço construído		Unidade	3	38
Rio Grande do Norte			3	38



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1805 - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1467 - Recuperação de Espaços Esportivos	SECD			
Espaço recuperado		Unidade	2	37
Rio Grande do Norte			2	37
1468 - Aparelhamento de Salas de Aula	SECD			
Carteira adquirida		Unidade	25.000	100.000
Rio Grande do Norte			25.000	100.000
1469 - Aparelhamento de Prédios Escolares	SECD			
Equipamento adquirido		Unidade	3.146	10.472
Rio Grande do Norte			3.146	10.472
1470 - Construção de Prédios Escolares	SECD			
Prédio construído		Unidade	2	8
Rio Grande do Norte			2	8



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1821 - CRIAÇÃO, DINAMIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E DE BENS HISTÓRICOS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18201 - Fundação José Augusto

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Dotar o Estado de uma memória histórico-cultural digna de seus antepassados, conservando e adaptando suas instalações para que tendo uma ocupação coerente sobreviva como exemplo à posteridade.

### Justificativa

A necessidade de dotar espaços culturais reservados para os programas de incentivo a cultura, valorizando e dinamizando o patrimônio cultural do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.390.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	2.000.000,00
<b>TOTAL</b>	5.390.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1062 - Construção de Monumentos e Espaços Culturais	FJA			
Monumento e Espaço construído		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1269 - Aquisição de Imóveis Tombados	FJA			
Imóvel adquirido		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1271 - Restauração, Reforma e Adaptação de Imóveis Tombados	FJA			
Imóvel restaurado e reformado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1276 - Ampliação e Dinamização do Sistema Estadual de Museus	FJA			
Sistema ampliado e dinamizado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1277 - Implantação e Manutenção de Casas de Cultura Popular	FJA			
Casa de Cultura implantada		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1283 - Implantação do Sistema de Informação de Bibliotecas Públicas	FJA			
Sistema informatizado e implantado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1821 - CRIAÇÃO, DINAMIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E DE BENS HISTÓRICOS

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1284 - Conservação e Revitalização de Espaços e Acervos Culturais	FJA			
Espaço e Acervo conservado e revitalizado		Unidade	2	14
Zona do Litoral Oriental			2	14
1288 - Ampliação e Recuperação de Prédios	FJA			
Prédio recuperado e ampliado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1822 - VALORIZAÇÃO, DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DO ESTADO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18201 - Fundação José Augusto

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Valorizar e estimular a produção artística e cultural do Estado, através de ações voltadas para a divulgação, promoção de cursos, oficinas, apresentações artísticas e adequações de espaços.	Os artistas do Estado carecem de ações e de programas que estimulem, não só a produção cultural, mas sobretudo a qualidade do produto e a oportunidade de divulgá-lo, promovendo, assim a interação entre o produtor e o mercado consumidor.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	610.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.600.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.210.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1001 - Preservação das Artes Cênicas do Estado	FJA			
Evento Artístico realizado		Unidade	35	140
Rio Grande do Norte			35	140
1002 - Revitalização das Artes Plásticas do Estado	FJA			
Escola e Oficina implantada		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1178 - Realização do Projeto Seis e Meia	FJA			
Espetáculo realizado		Unidade	52	208
Rio Grande do Norte			52	208
1179 - Produção e Divulgação da Cultura Popular	FJA			
Evento realizado		Unidade	5	20
Rio Grande do Norte			5	20



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1833 - IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA FACULDADE DE MEDICINA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18202 - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Público Alvo** Alunos

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Construir salas de aula, laboratórios, salas para professores e aquisição de equipamentos destinados aos serviços técnicos, administrativos e acadêmicos do Curso de Medicina.

### Justificativa

Para formação de profissionais dotados das competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho, torna-se imprescindível que a Universidade ofereça condições adequadas à realização das atividades acadêmicas e administrativas, prevista no Projeto Político Pedagógico do Curso.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.350.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	200.000,00
<b>TOTAL</b>	1.550.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1452 - Aparelhamento da Faculdade	UERN			
Faculdade aparelhada		% de execução	35	100
Zona Mossoroense			35	100
1460 - Construção de Imóvel	UERN			
Imóvel construído		Bloco	1	3
Zona Mossoroense			1	3



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1834 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18202 - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Público Alvo** Professores e alunos

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Implantação da Rádio e da TV Universitária da Universidade.

**Justificativa**

A ação visa não apenas dotar o curso de graduação em Jornalismo e Comunicação de uma estrutura adequada à boa formação dos alunos, como também dotar a cidade de Mossoró de veículo de comunicação exclusivamente dedicado à educação e transmissão do saber acadêmico, traduzido em uma linguagem acessível ao grande público.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.651.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	355.000,00
<b>TOTAL</b>	2.006.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1458 - Construção de Imóvel para Sistema de Comunicação	UERN			
Imóvel construído		Unidade	1	1
Zona Mossoroense			1	1
1459 - Aparelhamento do Sistema de Comunicação	UERN			
Sistema aparelhado		% de execução	20	100
Zona Mossoroense			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1841 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 18203 - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

**Público Alvo** Corpo docente e discente do IFESP/Profissionais de Educação

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Formar professores e capacitar gestores para atender as necessidades da rede pública estadual.

### Justificativa

O Programa contribui para a formação de professores e capacitação de gestores, reduzindo a participação de professores não habilitados na condução da aprendizagem escolar e de gestores capacitados, valorizando os profissionais, conforme determinação da Lei 9.394/96.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	800.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	240.000,00
<b>TOTAL</b>	5.040.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1003 - Modernização da Biblioteca Profª Crisan Siminéa	IFESP			
Biblioteca modernizada		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1196 - Formação de Professores	IFESP			
Professor formado e qualificado		Unidade	190	760
Zona do Litoral Oriental			190	760
1199 - Capacitação à Distância para Gestores Escolares	IFESP			
Programa implantado		Unidade	0	1
Zona do Litoral Oriental			0	1
1200 - Construção e Implantação do Laboratório de Ciências Biológicas	IFESP			
Laboratório construído e implantado		% de execução	70	100
Zona do Litoral Oriental			70	100
1203 - Restauração e Conservação de Prédio	IFESP			
Prédio restaurado e conservado		Unidade	0	1
Zona do Litoral Oriental			0	1
1205 - Reaparelhamento do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	IFESP			
Instituto reaparelhado		Unidade	0	1
Zona do Litoral Oriental			0	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1841 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1207 - Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	IFESP			
Quadra construída		Unidade	0	1
Zona do Litoral Oriental			0	1
1211 - Realização de Concurso Vestibular	IFESP			
Concurso realizado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1932 - Construção e Implantação do Museu e do Centro de Documentação da Educação	IFESP			
Museu e Centro construído e implantado		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1922 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Executar planos de operação e manejo das unidades de conservação para atendimento à população; estabelecer e implementar ações relativas à conservação ambiental.

### Justificativa

Necessidade de preservação dos recursos naturais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.972.000,00
<b>Recurso Federal</b>	2.230.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	600.000,00
<b>TOTAL</b>	6.802.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1416 - Elaboração e Execução de Projeto para a Gestão Integrada de Ativos Ambientais	IDEMA			
Projeto elaborado		% de execução	65	100
Zona do Litoral Norte			65	100
1417 - Implantação do Plano de Recuperação do Rio Potengi	IDEMA			
Plano implantado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1418 - Elaboração e Execução do Plano de Recuperação do Rio Mossor	IDEMA			
Plano implantado		% de execução	15	100
Zona Mossoroense			15	100
1419 - Implantação dos Planos de Gestão das Áreas de Proteção Ambiental	IDEMA			
Plano implantado		Unidade	3	5
Zona do Litoral Oriental			3	5
1421 - Realização de Eventos no Parque das Dunas	IDEMA			
Evento realizado		Unidade	12	48
Zona do Litoral Oriental			12	48
1423 - Criação e Implantação de Unidades de Conservação	IDEMA			
Área protegida		Município	2	8
Rio Grande do Norte			2	8



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1922 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1425 - Monitoramento Ambiental	IDEMA			
Monitoramento realizado		Coleta/análise	11.440	46.760
Rio Grande do Norte			11.440	46.760
1426 - Enquadramento de Corpos d'Água	IDEMA			
Corpo d'Água classificado		Coleta/análise	120	600
Rio Grande do Norte			120	600
1427 - Projeto de Controle à Desertificação	IDEMA			
Projeto elaborado		% de execução	25	100
Zona do Serid			25	100
2954 - Manejo e Fiscalização do Parque das Dunas	IDEMA			
Área conservada		Hectare	1.165	1.165
Zona do Litoral Oriental			1.165	1.165



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1924 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Estabelecer e implementar ações relativas à educação ambiental a partir da definição de programas específicos e da produção de material didático/informativo.

### Justificativa

O desenvolvimento sustentável tem como base a proteção e conservação dos recursos naturais, sendo a educação ambiental importante instrumento na implementação das ações propostas neste contexto.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	332.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	280.000,00
<b>TOTAL</b>	2.612.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1428 - Avaliação do Funcionamento dos Pólos e dos Núcleos de Educação Ambiental	IDEMA			
Vistoria realizada		Unidade	6	24
Rio Grande do Norte			6	24
1429 - Sistema de Informação, Comunicação e Mídia	IDEMA			
Evento realizado		Unidade	5	20
Zona do Litoral Oriental			5	20
1430 - Assessoramento Técnico aos Municípios na Área de Educação Ambiental	IDEMA			
Relatório Técnico elaborado		Unidade	2	8
Rio Grande do Norte			2	8
1431 - Capacitação de Recursos Humanos	IDEMA			
Município atendido		Município	4	16
Rio Grande do Norte			4	16
1432 - Instalação de Núcleos de Pesquisa e Experimentação	IDEMA			
Núcleo instalado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1433 - Produção e Aquisição de Multimeios	IDEMA			
Material Didático adquirido		Unidade	10	40
Rio Grande do Norte			10	40



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2001 - APOIO À GERAÇÃO DO CONHECIMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** Instituições de pesquisa e estudantes/graduados

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Apoiar a qualificação de recursos humanos para a formação de uma massa crítica no Rio Grande do Norte, fundamental para a geração do conhecimento que o Estado precisa para o seu desenvolvimento equilibrado e sustentável.

### Justificativa

O conhecimento é a base para a pesquisa e a inovação tecnológica, fundamental para o processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável do Rio Grande do Norte.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.560.000,00
<b>Recurso Federal</b>	660.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.220.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1250 - Capacitação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia	SINTEC			
Recurso Humano capacitado		Bolsa	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1517 - Modernização da Base de Laboratórios	SINTEC			
Laboratório equipado		Unidade	2	6
Rio Grande do Norte			2	6
1518 - Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos	SINTEC			
Evento realizado		Unidade	4	16
Rio Grande do Norte			4	16



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2004 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Proporcionar os meios para a educação tecnológica e o acesso universalizado aos meios digitais de informação, como forma de garantir aos jovens o preparo para o mercado de trabalho globalizado.

### Justificativa

O conhecimento é a base para a pesquisa e a inovação tecnológica, fundamental para o processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável do Rio Grande do Norte.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.740.000,00
<b>Recurso Federal</b>	3.400.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	800.000,00
<b>TOTAL</b>	8.940.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1519 - Apoio à Implantação de Centros Tecnológicos e de Inclusão Digital nos Municípios	SINTEC			
Centro implantado		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1520 - Apoio à Implantação da Rede Norte-rio-grandense de Informação Digital	SINTEC			
Rede ampliada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2301 - CENTRAL DO CIDADÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Levar ao cidadão um serviço de qualidade, cumprindo um dever ético e contribuindo para a realização da cidadania plena.

### Justificativa

A melhoria das instalações das unidades de atendimento e o seu aparelhamento, visa oferecer condições adequadas de trabalho, para garantir um melhor atendimento à população.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.320.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.320.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1528 - Implantação e Aparelhamento de Unidades de Atendimento	SEJUC			
Unidade implantada e aparelhada		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			65	100
Zona do Litoral Norte			50	100
Zona do Agreste			50	100
Zona do Alto Apodi			50	100
Zona Mossoroense			50	100
Zona do Serid			50	100
1529 - Aquisição de Unidade Móvel	SEJUC			
Unidade adquirida		Unidade	0	1
Rio Grande do Norte			0	1
1530 - Modernização Tecnológica da Central do Cidadão	SEJUC			
Unidade informatizada		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2302 - DEFESA CIVIL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir as populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados.

**Justificativa**

A assistência às populações afetadas por falta de armazenamento de água nos principais reservatórios e mananciais, as inundações nos municípios da Grande Natal, o avanço do mar em determinadas áreas do Litoral e as obras comprometidas, será garantida com ações continuadas de prevenção e controle.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	4.060.000,00
<b>Recurso Federal</b>	8.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	12.060.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1453 - Campanhas Educativas	SEJUC			
Campanha realizada		Município	167	167
Rio Grande do Norte			167	167
1522 - Prevenção, Execução e Acompanhamento das Ações de Defesa Civil	SEJUC			
Município atendido		Município	167	167
Rio Grande do Norte			167	167



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2303 - DIREITOS HUMANOS E DEFESA DAS MINORIAS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Garantir a proteção e promoção dos direitos humanos no Estado.

**Justificativa**

Necessidade de facilitar a toda população do Estado, especialmente a mais carente, o exercício dos seus direitos de cidadão.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	150.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	150.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1168 - Atendimento à Mulher	SEJUC			
Vítima assistida		Unidade	10.000	60.000
Rio Grande do Norte			10.000	60.000
1531 - Realização de Fórum Anual dos Direitos Humanos	SEJUC			
Evento realizado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1532 - Conscientização dos Direitos Humanos	SEJUC			
Material de Divulgação produzido		Unidade	2.500	10.000
Rio Grande do Norte			2.500	10.000
1533 - Informatização das Atividades de Direitos Humanos	SEJUC			
Informatização realizada		% de execução	30	100
Zona do Litoral Oriental			30	100
2538 - Atendimento ao Deficiente	SEJUC			
Deficiente assistido		Unidade	1.500	6.000
Rio Grande do Norte			1.500	6.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2304 - MENOS PRESO E MAIS CIDADÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Implementar um modelo de assistência aos presos, sua profissionalização, tornando-o apto ao acolhimento na sociedade.

### Justificativa

A necessidade que sejam desenvolvidos programas de assistência psicológica ao preso, à vítima e ao egresso do Sistema Penitenciário.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	880.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	880.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1558 - Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário	SEJUC			
Pessoa assistida		Unidade	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000
1559 - Mutirão na Execução Penal	SEJUC			
Mutirão realizado		Preso	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000
1560 - Profissionalização do Preso	SEJUC			
Preso profissionalizado		Unidade	313	1.250
Rio Grande do Norte			313	1.250
1561 - Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas	SEJUC			
Apenado beneficiado		Unidade	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2305 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Assegurar a proteção e defesa do consumidor, disponibilizando os recursos necessários, através do Poder Público.

### Justificativa

Necessidade de facilitar à população estadual, especialmente a mais carente, o exercício dos seus direitos de cidadão.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	125.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	5.000,00
<b>TOTAL</b>	130.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1534 - Interiorização dos PROCON's	SEJUC			
Projeto implantado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1535 - Informatização do PROCON	SEJUC			
Unidade informatizada		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2405 - PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Coordenar, avaliar e executar as ações de vigilância à saúde; desenvolver ações de promoção e proteção à saúde, através de atividades preventivas; e, reduzindo a morbi-mortalidade geral e específica de grupos populacionais.

### Justificativa

Assegurar a integralidade das ações voltadas para a vigilância à saúde, compreendendo a vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária, bem como, as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.560.000,00
<b>Recurso Federal</b>	29.452.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	33.012.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1501 - Informação, Educação e Comunicação em Saúde	SESAP			
População conscientizada		Município	167	167
Rio Grande do Norte			167	167
1521 - Operacionalização de Ações de Vigilância Ambiental e Epidemiológica	SESAP			
Vigilância operacionalizada		Município	167	167
Rio Grande do Norte			167	167
1526 - Readequação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SESAP			
Sistema readequado		Município	50	167
Rio Grande do Norte			50	167
1641 - Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	SESAP			
Doença controlada		Município	100	167
Rio Grande do Norte			100	167



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2601 - APOIO À TERCEIRA IDADE E AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Idoso e portador de deficiência

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Garantir a proteção, prevenção, promoção, emancipação e a inclusão social dos idosos e portadores de deficiência.

**Justificativa**  
Elevada parcela de idosos e de portadores de deficiência em situação de exclusão social.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	370.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.280.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.650.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1017 - Apoio à Pessoa Idosa	SEAS			
Pessoa Idosa atendida		Unidade	180	250
Rio Grande do Norte			180	250
1805 - Revisão dos Benefícios de Prestação Continuada	SEAS			
Benefício revisado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
2798 - Atenção ao Portador de Deficiência	SEAS			
Portador de Deficiência beneficiado		Unidade	100	250
Rio Grande do Norte			100	250



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2602 - APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Criança, adolescente e idoso

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Garantir a inclusão, prevenção, proteção e emancipação dos beneficiários da assistência social.

**Justificativa**  
Elevada parcela da população do RN em situação de indigência e exclusão social.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.150.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	3.150.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1159 - Apoio à Casa do Estudante	SEAS			
Estudante atendido		Unidade	680	680
Zona do Litoral Oriental			400	400
Zona Mossoroense			180	180
Zona do Serid			100	100
1160 - Apoio às Instituições com Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco	SEAS			
Instituição atendida		Unidade	5	10
Rio Grande do Norte			5	10
2795 - Apoio às Organizações Comunitárias	SEAS			
Organização apoiada		Unidade	30	40
Rio Grande do Norte			30	40
2796 - Apoio à Unidade de Atendimento ao Idoso	SEAS			
Idoso atendido		Unidade	260	260
Zona do Litoral Oriental			160	160
Zona Mossoroense			100	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2603 - ATENÇÃO À FAMÍLIA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Famílias

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Qualificar famílias visando a geração de emprego e renda e implantar Núcleos de Apoio à Família.

**Justificativa**  
Insuficiência de estruturas para apoio à família.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	260.000,00
<b>Recurso Federal</b>	2.650.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.910.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1018 - Implantação dos Núcleos de Apoio à Família (NAF)	SEAS			
Núcleo implantado		Unidade	3	10
Rio Grande do Norte			3	10
1161 - Qualificação de Famílias	SEAS			
Família qualificada		Unidade	5.000	15.000
Rio Grande do Norte			5.000	15.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2604 - ATENÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Crianças e adolescentes

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Garantir a inclusão, prevenção, proteção e emancipação dos beneficiários da assistência social.

**Justificativa**  
Expressiva parcela do RN em situação de indigência e exclusão social.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	564.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.390.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	4.954.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1012 - Apoio ao Protagonismo Juvenil	SEAS			
Adolescente beneficiado		Unidade	200	500
Rio Grande do Norte			200	500
1153 - Implantação de Creche	SEAS			
Creche implantada		Unidade	3	10
Rio Grande do Norte			3	10
1155 - Viabilização de Projetos Especiais	SEAS			
Projeto viabilizado		Unidade	2	6
Rio Grande do Norte			2	6
1437 - Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Pessoal e Social	SEAS			
Criança e Adolescente atendida		Unidade	700	1.000
Rio Grande do Norte			700	1.000
2797 - Atenção à Criança Carente	SEAS			
Criança atendida		Unidade	1.600	1.800
Rio Grande do Norte			1.600	1.800



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2605 - ATENÇÃO AOS GRUPOS EM SITUAÇÃO DE RISCO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Grupos em situação de risco

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Desenvolver ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dos excluídos.

**Justificativa**  
O elevado índice de grupos em situação de risco social.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	60.000,00
<b>Recurso Federal</b>	80.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	140.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1163 - Atendimento aos Grupos em Situação de Risco	SEAS			
Grupo atendido		Unidade	100	100
Rio Grande do Norte			100	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2606 - COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Criança e idoso

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Reduzir os índices de desnutrição junto a criança, gestante nutriz e pessoa idosa.

**Justificativa**  
Índice expressivo de desnutrição e mortalidade infantil.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	113.340.000,00
<b>Recurso Federal</b>	66.800.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	180.140.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1308 - Implementação e Execução do Programa do Leite	SEAS			
Programa implementado e executado		% de execução	35	100
Rio Grande do Norte			35	100
1309 - Implantação e Execução do Programa de Alimentação Alternada	SEAS			
Programa implantado e executado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
2053 - Suplementação Alimentar	SEAS			
Programa executado		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2608 - EVENTOS PROMOCIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Beneficiários dos programas da assistência social

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Realizar conferências de assistência social; realizar cursos e seminários de capacitação de técnicos; e, realizar feira de artesanato.

### Justificativa

A complexidade dos programas sociais requer a realização de fóruns de discussões, bem como a necessidade de geração de renda justifica a realização de cursos de capacitação de técnicos e feira de artesanato.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	330.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	330.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1173 - Realização de Conferência Estadual de Assistência Social	SEAS			
Conferência realizada		Unidade	1	2
Rio Grande do Norte			1	2
1174 - Realização de Feiras de Artesanato Local e Itinerantes	SEAS			
Feira realizada		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1175 - Realização de Cursos e Seminários	SEAS			
Evento realizado		Unidade	4	12
Rio Grande do Norte			4	12



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2610 - HABITAÇÃO PARA BAIXA RENDA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** População de baixa renda

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Desenvolver um programa efetivo para a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda.

**Justificativa**  
O crescente déficit habitacional nas áreas urbana e rural.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	85.839.000,00
<b>Recurso Federal</b>	54.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	139.839.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1167 - Melhorias Habitacionais	SEAS			
Unidade Habitacional melhorada		Unidade	800	2.175
Rio Grande do Norte			800	2.175
1303 - Construção de Moradias	SEAS			
Unidade Habitacional construída		Unidade	3.000	12.000
Rio Grande do Norte			3.000	12.000
1306 - Viabilização de Financiamento de Casa Estadual de Baixa Renda (até 6 salários mínimos)	SEAS			
Unidade Habitacional construída		Unidade	360	1.670
Rio Grande do Norte			360	1.670



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2615 - REESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** População beneficiária de programas sociais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Dar condições de funcionamento aos equipamentos comunitários e unidades sociais.

### Justificativa

Necessidade de melhorar a infra-estrutura física e adquirir equipamentos para as unidades comunitárias.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	380.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	380.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1176 - Recuperação e Ampliação de Instalações Físicas dos Equipamentos Comunitários	SEAS			
Instalação recuperada e ampliada		Unidade	5	10
Rio Grande do Norte			5	10
1177 - Equipamento e Reequipamento de Unidades Sociais	SEAS			
Unidade equipada e reequipada		Unidade	5	10
Rio Grande do Norte			5	10



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2616 - TRABALHO, OCUPAÇÃO E RENDA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Famílias de baixa renda

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Garantir a emancipação social e econômica de famílias, grupos e autônomos de baixa renda.	O elevado índice de desemprego, indigência e exclusão social associada a ausência de uma política efetiva de trabalho, ocupação e renda.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	54.440.000,00
<b>Recurso Federal</b>	110.192.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	164.632.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1004 - Intermediação de Emprego	SEAS			
Trabalhador atendido		Unidade	50.000	200.000
Rio Grande do Norte			50.000	200.000
1180 - Programa Emprego Cidadão	SEAS			
Jovem atendido		Unidade	3.000	14.000
Rio Grande do Norte			3.000	14.000
1181 - Qualificação Profissional	SEAS			
Qualificação realizada		Unidade	17.000	120.000
Rio Grande do Norte			17.000	120.000
1188 - Intermediação e Concessão de Crédito	SEAS			
Microempresário e Profissional Autônomo atendido		Unidade	600	6.000
Rio Grande do Norte			600	6.000
1189 - Desenvolvimento do Artesanato	SEAS			
Cooperativa e Associação atendida		Unidade	12.000	60.000
Rio Grande do Norte			12.000	60.000
1192 - Implantação de Centros de Comercialização do Artesanato	SEAS			
Cooperativa e Associação atendida		Unidade	500	2.000
Rio Grande do Norte			500	2.000



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2616 - TRABALHO, OCUPAÇÃO E RENDA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1194 - Expansão do SINE nos Municípios	SEAS			
Posto implantado		Metro Quadrado	100	500
Rio Grande do Norte			100	500
1213 - Programa de Geração de Emprego e Renda	SEAS			
Pesquisa e Monitoramento realizado		Unidade	8.000	10.000
Rio Grande do Norte			8.000	10.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2617 - TRIBUTAO AO CIDADÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** População em situação de indigência

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Combater a pobreza e promover a inclusão social de 1,3 milhões de pessoas norte-rio-grandense.	47% da população do RN vivendo abaixo da linha de pobreza.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1804 - Enfrentamento à Pobreza	SEAS			
Programa implantado		% de execução	15	100
Rio Grande do Norte			15	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2621 - ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 26202 - Fundação Estadual da Criança e do Adolescente

**Público Alvo** Crianças e Adolescentes especialmente Autores de Atos Infracionais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Proporcionar condições para o fortalecimento e expansão do atendimento às crianças e adolescentes, especialmente àqueles privados de liberdade.

### Justificativa

Necessidade de manutenção e reordenamento institucional de acordo com a Lei 8.069/90-ECA.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.860.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.216.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	3.334.000,00
<b>TOTAL</b>	10.410.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1311 - Reforma, Ampliação e Recuperação de Unidades de Atendimento	FUNDAC			
Unidade reformada, ampliada e recuperada		% de execução	35	100
Rio Grande do Norte			35	100
1312 - Implantação de Programas de Atendimento Sócio-Educativo	FUNDAC			
Programa implantado		Unidade	4	12
Rio Grande do Norte			4	12
1313 - Aquisição de Equipamentos para as Unidades de Atendimento	FUNDAC			
Unidade de Atendimento equipada		Unidade	10	30
Rio Grande do Norte			10	30
1314 - Operacionalização de Unidades de Atendimento	FUNDAC			
Unidade operacionalizada		Unidade	55	55
Rio Grande do Norte			55	55
1316 - Construção de Unidades de Atendimento	FUNDAC			
Unidade de Atendimento construída		Metro Quadrado	800	1.400
Rio Grande do Norte			800	1.400



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2701 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Recuperar as áreas desertificadas ou em processo de desertificação do Estado, através de construção de barragens assoreadoras, recuperação da mata ciliar, recuperação de micro-bacias, mobilização comunitária e educação ambiental.

### Justificativa

Em função de uma grande área do semi-árido do Estado se apresentar com um acelerado processo de desertificação dos leitos dos rios, torna-se necessária a implantação do Programa de Combate à Desertificação para redução dos impactos negativos causados à população afetada.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	5.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	6.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1982 - Recuperação de Áreas Desertificadas	SERHID			
Área recuperada		Quilômetro	1.344	6.720
Rio Grande do Norte			1.344	6.720



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2721 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 27201 - Companhia de Águas e Esgotos do RN

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Reduzir problemas de saúde pública, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida, através da oferta de água.

### Justificativa

Os registros oficiais acusam a inexistência ou a precariedade de serviços adequados de abastecimento de água em alguns municípios do Estado. Como forma de assegurar quantidades mínimas de água, para sobrevivência ao universo populacional do Estado, faz-se necessário a criação de novos serviços e a ampliação de abastecimento de água.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	30.972.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.331.000,00
<b>TOTAL</b>	32.303.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1707 - Implantação de Abastecimento de Água/FUNESAN	CAERN			
Abastecimento d'Água implantado		Ligação	7.083	17.707
Zona do Litoral Norte			6.444	16.109
Zona do Agreste			397	992
Zona do Serid			242	606
1710 - Ampliação de Abastecimento de Água/FUNESAN	CAERN			
Abastecimento d'Água ampliado		Ligação	28.951	96.438
Zona do Litoral Oriental			9.023	56.475
Zona do Litoral Norte			1.679	2.795
Zona do Agreste			2.597	5.865
Zona do Alto Apodi			7.118	9.967
Zona Mossoroense			8.534	21.336



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2722 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 27201 - Companhia de Águas e Esgotos do RN

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Reducir problemas de saúde pública, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida, através da oferta de esgotamento sanitário.

### Justificativa

De acordo com os registros oficiais, denota-se que ainda é pequeno o número de serviços de esgotamento sanitário no Estado. Desta forma, torna-se necessária a implantação contínua desse serviço até atingir-se sua universalização.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	114.873.000,00
<b>Recurso Externo</b>	39.500.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	15.264.000,00
<b>TOTAL</b>	169.637.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1708 - Implantação de Esgotamento Sanitário/FUNESAN	CAERN			
Esgotamento Sanitário implantado		Ligação	17.291	37.874
Zona do Litoral Oriental			4.305	9.649
Zona do Litoral Norte			3.657	6.997
Zona do Agreste			2.524	6.054
Zona do Alto Apodi			1.078	1.819
Zona Mossoroense			5.349	12.411
Zona do Serid			378	944
1709 - Ampliação de Esgotamento Sanitário/FUNESAN	CAERN			
Esgotamento Sanitário ampliado		Ligação	104.448	403.439
Zona do Litoral Oriental			60.428	310.692
Zona do Agreste			90	226
Zona do Alto Apodi			6.002	33.366
Zona do Serid			37.928	59.155



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2731 - ÁGUA POTÁVEL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 27202 - Instituto da Gestão das Águas do RN

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Desenvolver uma indústria privada de água potável no interior do RN que agregue valor econômico, otimize o uso, opere com menores níveis de investimentos e custos globais e melhore os índices de qualidade atuais, ampliando a população atendida no interior do Estado.

### Justificativa

As demandas crescentes por água potável no RN requerem fontes de suprimento cada vez mais distantes e com isso encarecem os sistemas unificados de abastecimento público, justificando a adoção de dois sistemas separados para o consumo humano, de água potável e de água de serviços.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	210.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	257.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	467.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1388 - Diagnóstico do Abastecimento Humano de Água no Interior do RN	IGARN			
Diagnóstico concluído		Unidade	150	150
Rio Grande do Norte			150	150
1389 - Pesquisa de Mercado e Análise de Viabilidade Econômica	IGARN			
Estudo concluído		% de execução	75	100
Rio Grande do Norte			75	100
1390 - Implementação de Unidades Industriais Piloto de Produção de Água Potável	IGARN			
Indústria implantada		% de execução	10	100
Rio Grande do Norte			10	100
1391 - Regulação do Setor Produtivo de Água Potável	IGARN			
Norma e Critério de Fiscalização implantado		Unidade	0	1
Rio Grande do Norte			0	1
1392 - Desenvolvimento Comercial do Produto	IGARN			
Marketing implementado		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 3101 - APOIO À RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 31000 - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária

**Público Alvo** Áreas de reforma agrária

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Realizar, nas áreas de reforma agrária, os relatórios de viabilidade ambiental.

### Justificativa

Necessidade dos estudos ambientais para proceder o licenciamento e também ações de educação e preservação de recursos naturais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	160.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.440.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.600.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1651 - Realização de Relatórios de Viabilidade Ambiental nas Áreas de Reforma Agrária	SEARA			
Relatório concluído		Unidade	2	6
Rio Grande do Norte			2	6
1652 - Campanhas sobre a Preservação dos Recursos Naturais nas Áreas de Reforma Agrária	SEARA			
Campanha realizada		Unidade	2	6
Rio Grande do Norte			2	6
1653 - Treinamento em Educação Ambiental em Áreas de Reforma Agrária	SEARA			
Treinamento realizado		Unidade	20	100
Rio Grande do Norte			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 3102 - CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 31000 - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária

**Público Alvo** Agricultores rurais sem terra

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Adquirir terras com vistas ao assentamento de trabalhadores rurais pelo Crédito Fundiário.	Grande número de trabalhadores sem acesso à terra e possibilidade de ampliação do número de famílias atendidas, em razão dos critérios do Crédito Fundiário.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.544.000,00
<b>Recurso Federal</b>	66.935.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	10.983.000,00
<b>TOTAL</b>	79.462.000,00

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1630 - Aquisição de Áreas para Fins de Reforma Agrária	SEARA			
Área adquirida		Hectare	15.000	60.000
Rio Grande do Norte			15.000	60.000
1631 - Implantação de Infra-estrutura Comunitária	SEARA			
Infra-estrutura Comunitária implantada		Unidade	50	200
Rio Grande do Norte			50	200
1632 - Implantação de Infra-estrutura Produtiva	SEARA			
Infra-estrutura Produtiva implantada		Unidade	50	200
Rio Grande do Norte			50	200
1633 - Assessoramento e Capacitação dos Beneficiários	SEARA			
Família assistida		Unidade	1.000	4.000
Rio Grande do Norte			1.000	4.000
1634 - Difusão, Mobilização e Administração	SEARA			
Trabalho de Mobilização efetivado		Campanha	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1635 - Consolidação da Agricultura Familiar	SEARA			
Família beneficiada		Unidade	250	1.000
Rio Grande do Norte			250	1.000



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 3102 - CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1636 - Avaliação e Monitoramento dos Impactos	SEARA			
Estudo realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1657 - Nossa Primeira Terra	SEARA			
Família beneficiada		Unidade	150	600
Rio Grande do Norte			150	600



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 3105 - PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA E APOIO AO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO RN - PROFARA

**Macroobjetivo** 01 - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA E RENDA

**Órgão Responsável** 31000 - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária

**Público Alvo** População rural

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Implantar o Sistema de Cadastro de Imóveis Rurais de acordo com o Cadastro Nacional; efetuar a regularização fundiária; fazer intervenções em áreas de interesse público; e, implantar projetos de apoio aos assentamentos rurais.	Necessidade de adequação do cadastro existente com o Cadastro Nacional com vistas a promover ações de regularização fundiária, bem como fomentar a implantação de projetos objetivando a consolidação dos assentamentos rurais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.516.000,00
<b>Recurso Federal</b>	18.833.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	10.610.000,00
<b>TOTAL</b>	33.959.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1059 - Regularização Fundiária	SEARA			
Área titulada		Unidade	1.500	6.000
Rio Grande do Norte			1.500	6.000
1637 - Estruturação da Unidade Operacional	SEARA			
Unidade estruturada		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1638 - Implantação de Cadastro	SEARA			
Sistema Cadastral implantado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1639 - Emancipação de Assentamentos	SEARA			
Projeto emancipado		Unidade	0	10
Rio Grande do Norte			0	10
1640 - Processo de Desapropriação em Áreas de Interesse Público	SEARA			
Área indenizada		Hectare	100	600
Rio Grande do Norte			100	600
1642 - Resolução de Conflitos Agrários	SEARA			
Conflito solucionado		Unidade	5	30
Rio Grande do Norte			5	30



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 3105 - PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA E APOIO AO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO RN - PROFARA

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1643 - Atendimento às Demandas Judiciais	SEARA			
Demanda atendida		Unidade	10	100
Rio Grande do Norte			10	100
1644 - Planejamento, Controle e Acompanhamento dos Assentamentos	SEARA			
Sistema implantado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1645 - Complementação da Infra-estrutura em Assentamentos Rurais	SEARA			
Infra-estrutura implantada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1646 - Construção de Quadras Poliesportivas	SEARA			
Quadra construída		Unidade	3	20
Rio Grande do Norte			3	20
1647 - Organização de Grupos Esportivos	SEARA			
Grupo organizado		Unidade	20	120
Rio Grande do Norte			20	120
1648 - Treinamento em Atividades Não Agrícolas	SEARA			
Treinamento realizado		Unidade	6	20
Rio Grande do Norte			6	20
1649 - Formação de Parcerias para a Diversificação da Unidade Produtiva Familiar	SEARA			
Família beneficiada		Unidade	1.800	7.200
Rio Grande do Norte			1.800	7.200
1650 - Identificação e Estabelecimento de Ações Prioritárias em Áreas de Comunidades Negras	SEARA			
Comunidade atendida		Unidade	3	12
Rio Grande do Norte			3	12
1658 - Banco de Sementes	SEARA			
Banco implantado		Unidade	0	1
Rio Grande do Norte			0	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1701 - AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Fortalecer o Agronegócio da Fruticultura Irrigada e de Sequeiro, através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos.

**Justificativa**  
Necessidade de aumento de competitividade para nossas frutas tropicais, de forma a tornar a atividade atrativa aos investidores do negócio rural.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.372.000,00
<b>Recurso Federal</b>	6.668.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.395.000,00
<b>TOTAL</b>	9.435.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1788 - Estudo e Levantamento Hidro-Geológico das Bacias das Barragens de Umari e Santa Cruz	SAPE			
Estudo concluído		Unidade	5	5
Zona Mossoroense			5	5
1789 - Promoção de Eventos sobre Fruticultura	SAPE			
Evento realizado		Unidade	10	30
Rio Grande do Norte			10	30
1790 - Estímulo às Empresas para o Agronegócio da Fruticultura	SAPE			
Empresa captada		Unidade	10	50
Rio Grande do Norte			10	50
1791 - CLUSTER dos Agronegócios	EMATER			
Fruticultor beneficiado		Unidade	7.000	15.000
Rio Grande do Norte			7.000	15.000
1792 - Execução de Projetos de Pesquisas em Fruticultura	EMPARN			
Projeto implantado		Unidade	12	50
Rio Grande do Norte			12	50
1793 - Execução de Unidade de Difusão e Transferência de Tecnologia	EMPARN			
Unidade Demonstrativa implantada		Unidade	10	35
Rio Grande do Norte			10	35



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1701 - AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1794 - Publicações Técnicas para Produtores de Frutas	EMPARN			
Documento Técnico editado		Unidade	3	9
Rio Grande do Norte			3	9
1795 - Produção de Mudanças Frutíferas	EMPARN			
Muda produzida		Milheiro	200	800
Rio Grande do Norte			200	800
1796 - Realização de Cursos de Fruticultura para Técnicos, Estudantes e Produtores	EMPARN			
Treinando capacitado		Unidade	300	1.200
Rio Grande do Norte			300	1.200
1797 - Estágio Profissionalizante	EMPARN			
Bolsa concedida		Unidade	12	48
Rio Grande do Norte			12	48
1798 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologia	EMPARN			
Evento realizado		Unidade	5	20
Rio Grande do Norte			5	20
1799 - Operacionalização do Laboratório de Biotecnologia	EMPARN			
Muda In Vitro produzida		Milheiro	50	350
Rio Grande do Norte			50	350
1800 - Operacionalização do Laboratório de Solo/Água/Planta	EMPARN			
Análise realizada		Unidade	3.000	15.000
Rio Grande do Norte			3.000	15.000
1801 - Estruturação e Operacionalização do Centro Profissionalizante em Fruticultura Irrigada	EMPARN			
Centro estruturado		% de execução	80	100
Zona Mossoroense			80	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1702 - AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Levar novos conhecimentos aos pecuaristas do Estado, visando controlar e solucionar os problemas de ordem sanitário e alimentar.

### Justificativa

O rebanho nordestino nos últimos 20 anos cresceu muito lentamente, estando distante de acompanhar os índices de crescimento populacional da região. Alguma coisa deve ser feita no sentido de diminuir essa lacuna na oferta de alimento protéico.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.388.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.674.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	2.609.000,00
<b>TOTAL</b>	5.671.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1143 - Operacionalização do Centro Profissionalizante de Produção Animal	EMPARN			
Centro operacionalizado		% de execução	80	100
Zona do Serid			80	100
1764 - Controle das Parasitoses	SAPE			
Animal controlado		Animal	250.000	250.000
Rio Grande do Norte			250.000	250.000
1765 - Controle das Clostidioses	SAPE			
Animal controlado		Dose	300.000	300.000
Rio Grande do Norte			300.000	300.000
1766 - Controle da Artrite-Encefalite Caprina	SAPE			
Animal controlado		Unidade	3.200	60.000
Rio Grande do Norte			3.200	60.000
1768 - Articulação, Conscientização e Capacitação de Parceiros	SAPE			
Parceiro capacitado		Unidade	55	100
Zona do Agreste			55	100
1769 - Apoio à Implantação de Aviários para Criação Integrada de Aves	SAPE			
Kit de Produção implantado		Unidade	78	78
Zona do Agreste			78	78



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1702 - AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1770 - Execução de Projetos de Pesquisas Voltadas para a Pecuária	EMPARN			
Projeto executado		Unidade	15	55
Rio Grande do Norte			15	55
1771 - Realização de Cursos de Pecuária para Técnicos, Estudantes e Produtores	EMPARN			
Treinando capacitado		Unidade	360	1.240
Rio Grande do Norte			360	1.240
1772 - Execução de Projetos de Desenvolvimento Rural	EMPARN			
Projeto executado		Unidade	6	20
Rio Grande do Norte			6	20
1773 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologias	EMPARN			
Evento realizado		Unidade	10	40
Rio Grande do Norte			10	40
1774 - Estágios Profissionalizantes	EMPARN			
Bolsa concedida		Unidade	16	64
Zona do Litoral Oriental			16	64
1775 - Publicações Técnicas Voltadas para a Pecuária	EMPARN			
Documento Técnico editado		Unidade	5	14
Rio Grande do Norte			5	14
1776 - Operacionalização do Laboratório de Reprodução Animal	EMPARN			
Animal inseminado		Cabeça	1.000	4.000
Zona do Serid			1.000	4.000
1777 - Operacionalização do Centro Tecnológico do Queijo	EMPARN			
Centro construído		% de execução	25	100
Zona do Serid			25	100
1778 - Operacionalização do Laboratório de Sanidade e Nutrição Animal	EMPARN			
Análise realizada		Unidade	3.000	12.000
Zona do Litoral Oriental			3.000	12.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1703 - AGRONEGÓCIO DA PESCA E DA AQUICULTURA

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais e pescadores

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Fortalecer a agricultura familiar, através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos.

### Justificativa

Necessidade de melhoria do bem estar social do pequeno produtor rural e de sua família, que habitam o semi-árido do Estado, em condições precárias quanto aos aspectos de alimentação, saúde e educação.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	594.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.803.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	656.000,00
<b>TOTAL</b>	6.053.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1779 - Ampliação da Infra-estrutura para Pesca e Aquicultura	SAPE			
Equipamento adquirido		Unidade	4	4
Rio Grande do Norte			4	4
1780 - Organização e Fortalecimento da Pesca Artesanal	SAPE			
Colônia e Núcleo Pesqueiro implantado		Unidade	0	27
Rio Grande do Norte			0	27
1781 - Capacitação e Assistência Técnica	SAPE			
Técnico e Pescador treinado		Unidade	0	6.000
Rio Grande do Norte			0	6.000
1782 - Execução de Projetos de Pesquisas de Pesca e Aquicultura	EMPARN			
Projeto implantado		Unidade	4	12
Rio Grande do Norte			4	12
1783 - Realização de Cursos de Pesca e Aquicultura para Técnicos, Estudantes e Produtores	EMPARN			
Treinando capacitado		Unidade	240	960
Rio Grande do Norte			240	960
1784 - Realização de Eventos sobre Carcinicultura	EMPARN			
Evento realizado		Unidade	1	2
Rio Grande do Norte			1	2



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1703 - AGRONEGÓCIO DA PESCA E DA AQUICULTURA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1785 - Estágios Profissionalizantes	EMPARN			
Bolsa concedida		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1786 - Publicações Voltadas para a Pesca e Aquicultura	EMPARN			
Documento Técnico editado		Unidade	2	4
Rio Grande do Norte			2	4
1787 - Estruturação e Operacionalização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Aquicultura	EMPARN			
Centro estruturado		% de execução	65	100
Zona do Litoral Oriental			65	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1706 - SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO AGRO

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

**Público Alvo** Produtores rurais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Fortalecer a infra-estrutura e os serviços de apoio ao meio rural (agro), através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos.

### Justificativa

Minimizar os efeitos provocados pela pluviosidade baixa e irregular, ampliando as alternativas de captação e armazenamento de água e capacitar técnicos e produtores com vistas ao aumento da produção e produtividade nas áreas cultivadas.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	10.872.000,00
<b>Recurso Federal</b>	21.332.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	295.000,00
<b>TOTAL</b>	32.499.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1040 - Construção de Cisternas de Baixo Custo	SAPE			
Cisterna construída		Unidade	450	1.350
Rio Grande do Norte			450	1.350
1056 - Elaboração e Execução de Projetos de Pesquisa Meteorológica e Meio Ambiente	EMPARN			
Projeto elaborado		Unidade	4	12
Rio Grande do Norte			4	12
1197 - Construção de Redes de Energia Elétrica	SAPE			
Rede implantada		Quilômetro	50	200
Rio Grande do Norte			50	200
1370 - Instalação de Poços Tubulares	SAPE			
Poço instalado		Unidade	225	450
Rio Grande do Norte			225	450
1373 - Perfuração de Poços Tubulares	SAPE			
Poço perfurado		Unidade	45	180
Rio Grande do Norte			45	180
1714 - Operacionalização do Núcleo de Meteorologia e Recursos Hídricos	EMPARN			
Núcleo operacionalizado		Unidade	2.500	10.000
Rio Grande do Norte			2.500	10.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1706 - SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO AGRO

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1730 - Reestruturação e Atualização da Gestão da EMATER	EMATER			
Gestão reestruturada e atualizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1731 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	SAPE			
Técnico treinado		Unidade	100	400
Rio Grande do Norte			100	400
1732 - Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais	SAPE			
Fiscalização realizada		Unidade	2.500	10.000
Rio Grande do Norte			2.500	10.000
1733 - Capacitação de Técnicos da Iniciativa Privada	SAPE			
Curso realizado		Unidade	6	30
Rio Grande do Norte			6	30
1734 - Monitoramento de Açudes	EMPARN			
Açude monitorado		Unidade	38	38
Rio Grande do Norte			38	38
1735 - Fiscalização de Propriedades Rurais	SAPE			
Propriedade fiscalizada		Unidade	150	600
Rio Grande do Norte			150	600
1736 - Cadastro de Propriedades Rurais	SAPE			
Cadastro realizado		Unidade	40.000	53.000
Rio Grande do Norte			40.000	53.000
1737 - Fiscalização de Viveiros de Mudanças e Campos de Sementes	SAPE			
Fiscalização realizada		Unidade	100	400
Rio Grande do Norte			100	400
1738 - Fiscalização do Uso, Comércio e Destino dos Agrotóxicos	SAPE			
Fiscalização realizada		Unidade	100	400
Rio Grande do Norte			100	400
1739 - Registro de Estabelecimentos Produtores de Bens de Origem Animal e Vegetal	SAPE			
Estabelecimento registrado		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1740 - Fiscalização de Estabelecimentos Varejistas de Produtos Animais e Vegetais	SAPE			
Fiscalização realizada		Unidade	100	400
Rio Grande do Norte			100	400
1741 - Fiscalização de Usinas	SAPE			
Fiscalização realizada		Unidade	50	200
Rio Grande do Norte			50	200
1742 - Estruturação Física da Unidade Estadual de Defesa e Inspeção Agropecuária	SAPE			
Unidade estruturada		Unidade	10	16
Rio Grande do Norte			10	16
1743 - Campanhas de Controle e Erradicação de Doenças	SAPE			
Campanha realizada		Unidade	10	40
Rio Grande do Norte			10	40



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1706 - SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO AGRO

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1745 - Exposições, Feiras e Fiscalização de Eventos Agropecuários	SAPE			
Evento fiscalizado		Unidade	30	120
Rio Grande do Norte			30	120
1746 - Exames Laboratoriais	SAPE			
Exame realizado		Unidade	1.000	4.000
Zona do Litoral Oriental			1.000	4.000
1985 - Construção de Barragens Subterrâneas	SAPE			
Barragem construída		Unidade	90	360
Rio Grande do Norte			90	360
1986 - Construção de Poços Amazonas (Cacimbões)	SAPE			
Poço construído		Unidade	45	270
Rio Grande do Norte			45	270
1987 - Manutenção de Poços Tubulares	SAPE			
Poço mantido		Unidade	216	1.080
Rio Grande do Norte			216	1.080
1988 - Recuperação da Infra-estrutura Operada pelo Distrito de Irrigação do Baixo Açu	SAPE			
Infra-estrutura recuperada		Projeto	1	1
Zona Mossoroense			1	1
1989 - Ampliação da Rede Pluviométrica do Estado	EMPARN			
Pluviômetro instalado		Unidade	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1999 - Monitoramento da Rede Pluviométrica do Estado	EMPARN			
Pluviômetro monitorado		Unidade	270	330
Rio Grande do Norte			270	330
2473 - Implementação do Programa de Combate à Seca	SAPE			
Equipamento Hídrico implantado e mantido		Unidade	119	410
Rio Grande do Norte			119	410



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1921 - APOIO ÀS ATIVIDADES DO PÓLO GAS-SAL

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** Empresários

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Apoiar o desenvolvimento industrial através do licenciamento ambiental, evitando a degradação dos recursos naturais.

**Justificativa**

O gás natural é uma alternativa para reduzir os custos no processo individual; necessidade do uso do gás natural no Programa Pólo Gas-Sal tendo em vista a qualidade ambiental.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	23.160.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	23.160.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1251 - Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do Pólo Gas-Sal	IDEMA			
Licença emitida		Unidade	3.672	14.688
Zona do Litoral Norte			3.672	14.688



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2002 - DESENVOLVIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** Empresários

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Promover o desenvolvimento socioeconômico do RN e a geração de empregos, de forma equilibrada e sustentável, através da expansão da base de produção industrial.

### Justificativa

Cumprir ao Estado o papel de estimular os investimentos do setor produtivo, utilizando-se de instrumentos de política industrial, tais como incentivos financeiros e econômicos, para gerar empregos em todo Rio Grande do Norte.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	246.689.000,00
<b>Recurso Federal</b>	516.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.700.000,00
<b>TOTAL</b>	248.905.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1503 - Infra-estrutura para Industrialização	SINTEC			
Indústria implantada		Unidade	33	121
Zona do Litoral Oriental			7	25
Zona do Litoral Norte			3	12
Zona do Agreste			3	12
Zona do Alto Apodi			3	12
Zona Mossoroense			8	24
Zona do Serid			9	36
1504 - Promoção das Potencialidades de Investimentos	SINTEC			
Evento realizado		Unidade	2	8
Rio Grande do Norte			2	8
1505 - Apoio Técnico para Captação de Investimentos	SINTEC			
Apoio Técnico realizado		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1506 - Promoção do Desenvolvimento Regional	SINTEC			
Evento realizado		Unidade	8	32
Rio Grande do Norte			8	32



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2002 - DESENVOLVIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1507 - Apoio à Criação de Pequenas Empresas do Setor Industrial	SINTEC			
Empresa fomentada		Unidade	160	640
Zona do Litoral Oriental			20	80
Zona do Litoral Norte			20	80
Zona do Agreste			20	80
Zona do Alto Apodi			20	80
Zona Mossoroense			20	80
Zona do Serid			60	240
2016 - Incentivo ao Uso do Gás Natural (PROGÁS)	SINTEC			
Empresa incentivada		Unidade	15	42
Zona do Litoral Oriental			10	20
Zona do Litoral Norte			1	4
Zona Mossoroense			4	14
Zona do Serid			0	4
2096 - Desapropriação de Áreas para os Distritos Industriais	PGE			
Imóvel desapropriado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
2973 - Incentivo Financeiro para a Industrialização (PROADI)	SINTEC			
Indústria implantada/ampliada		Unidade	94	141
Zona do Litoral Oriental			60	80
Zona do Litoral Norte			5	10
Zona do Agreste			3	6
Zona do Alto Apodi			2	4
Zona Mossoroense			12	20
Zona do Serid			12	21



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2003 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** Empresários

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Criar mecanismos que sistematizem a atividade produtiva nos variados aspectos, como a aquicultura, agricultura irrigada, minerologia, laticínios, entre outros com ênfase na promoção das exportações.

### Justificativa

Cumprir ao Estado o papel de estimular os investimentos do setor produtivo, utilizando-se de instrumentos que viabilizem o desenvolvimento tecnológico.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.700.000,00
<b>Recurso Federal</b>	6.100.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	2.380.000,00
<b>TOTAL</b>	11.180.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1508 - Implantação do Centro Tecnológico da Aquicultura	SINTEC			
Centro implantado		% de execução	70	100
Zona Mossoroense			70	100
1509 - Implantação do Centro Tecnológico da Agricultura Irrigada	SINTEC			
Centro implantado		% de execução	45	100
Zona Mossoroense			45	100
1510 - Implantação do Centro Tecnológico de Gemas e Metais Preciosos	SINTEC			
Centro implantado		% de execução	85	100
Zona do Serid			85	100
1511 - Implantação do Projeto Campo Escola de Petróleo/Gás Natural	SINTEC			
Centro implantado		Unidade	3	5
Zona Mossoroense			3	5
1512 - Conclusão do Centro Tecnológico do Queijo	SINTEC			
Centro implantado		Unidade	1	1
Zona do Serid			1	1
1513 - Financiamento de Projeto de Pesquisa Aplicada para Arranjo Produtivo	SINTEC			
Pesquisa financiada		Unidade	8	28
Rio Grande do Norte			8	28



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2003 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1514 - Caracterização Tecnológica dos Minerais do RN	SINTEC			
Mineral caracterizado		Amostra	975	3.900
Rio Grande do Norte			975	3.900



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2005 - PROMOÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** Empresários

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Promover o desenvolvimento sócio-econômico do Estado e a geração de empregos, de forma equilibrada e sustentável, através do estímulo à atividade comercial e de serviços, com ênfase na promoção das exportações.

### Justificativa

Cumprir ao Estado o papel de estimular os investimentos do setor produtivo, utilizando-se de instrumentos de política setorial, tais como divulgação dos produtos locais em feiras nacionais e internacionais e realização de missões empresariais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	2.220.000,00
<b>Recurso Federal</b>	500.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.720.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1098 - Promoção de Desenvolvimento Comercial	SINTEC			
Feira realizada		Unidade	8	32
Zona do Litoral Oriental			1	4
Zona do Litoral Norte			1	4
Zona do Agreste			1	4
Zona do Alto Apodi			1	4
Zona Mossoroense			1	4
Zona do Serid			3	12
1415 - Promoção do Comércio Exterior	SINTEC			
Feira realizada		Unidade	3	12
Rio Grande do Norte			3	12
1424 - Conclusão da Construção da Sede da Junta Comercial do Estado	JUCERN			
Sede construída		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2006 - TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR PRODUTIVO

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

**Público Alvo** Empresas, cooperativas e associações de produtores

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Assegurar a absorção de tecnologias apropriadas pelas empresas do Rio Grande do Norte, através da transferência de técnicas modernas de gestão e produção desenvolvidas nos centros de pesquisa.

### Justificativa

O desenvolvimento de tecnologias apropriadas em centros de pesquisa aplicada precisa ser transferida para a empresa privada, inclusive através de mecanismos de capacitação de recursos humanos, de modo a assegurar a competitividade da empresa local.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	950.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.200.000,00
<b>TOTAL</b>	3.150.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1515 - Apoio Tecnológico ao Setor Produtivo	SINTEC			
Empresa atendida		Unidade	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1516 - Capacitação de Recursos Humanos para os Arranjos Produtivos Locais	SINTEC			
Mão-de-obra qualificada		Curso	20	80
Rio Grande do Norte			20	80



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2021 - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DO GÁS NATURAL

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 20202 - Companhia Potiguar de Gás

**Público Alvo** Empresas

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Utilizar o gás natural na produção de energia elétrica.	Aproveitar os recursos naturais do gás natural na produção de energia elétrica.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	8.000.000,00
<b>TOTAL</b>	8.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1054 - Implantação de Infra-estrutura de Distribuição de Gás Natural para Geração de Energia	POTIGÁS			
Ramal Tronco e de Distribuição construído		Quilômetro	2	6
Zona do Litoral Oriental			1	5
Zona Mossoroense			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2801 - INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 28000 - Secretaria de Estado do Turismo

**Público Alvo** População dos Municípios Turísticos do RN

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

### Justificativa

Necessidade de criar novos produtos turísticos para aumentar a permanência do turista no Estado e gerar emprego e renda.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.401.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.501.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.902.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1352 - Oficinas para Elaboração do Plano Turístico Sustentável	SETUR			
Oficina realizada		Oficina	14	34
Rio Grande do Norte			14	34
1366 - Melhoria da Infra-estrutura Turística	SETUR			
Infra-estrutura recuperada		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1376 - Proteção e Preservação do Meio Ambiente de Áreas Turísticas	SETUR			
Área preservada		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1377 - Implantação dos Roteiros Turísticos Temáticos Segmentados e Estruturantes do Rio Grande do Norte	SETUR			
Roteiro Turístico implantado		% de execução	45	100
Rio Grande do Norte			45	100
1378 - Sinalização Turística	SETUR			
Sinalização Turística implantada		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2802 - MARKETING TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 28000 - Secretaria de Estado do Turismo

**Público Alvo** Turistas e População do RN

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Promover e divulgar o turismo do RN nos mercados nacional e internacional.

### Justificativa

Manter os mercados existentes, bem como atingir novos mercados nacional e internacional, visando o aumento do fluxo turístico.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	6.740.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	2.000.000,00
<b>TOTAL</b>	12.740.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1238 - Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte	SETUR			
Evento Promocional realizado		Unidade	30	120
Rio Grande do Norte			30	120
1241 - Apoio e Captação de Vôos Charters	SETUR			
Vôo Charter realizado		Unidade	5	10
Rio Grande do Norte			5	10
1242 - Apoio a Eventos Estaduais	SETUR			
Evento realizado		Unidade	7	21
Rio Grande do Norte			7	21
1321 - Divulgação do Turismo do Rio Grande do Norte	SETUR			
Campanha Publicitária realizada		Unidade	2	4
Rio Grande do Norte			2	4
1323 - Receptivo de Visitas VIPS e FAMTOURS	SETUR			
Visita realizada		Pessoa	36	108
Rio Grande do Norte			36	108
1324 - Confeção de Material Promocional do Rio Grande do Norte	SETUR			
Material Promocional confeccionado		Peça	500.000	1.000.000
Rio Grande do Norte			500.000	1.000.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2802 - MARKETING TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1329 - Reestruturação do Sistema de Informações Turísticas do Rio Grande do Norte	SETUR			
Sistema de Informação reestruturado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1333 - Captação de Eventos	SETUR			
Evento captado		Unidade	5	20
Rio Grande do Norte			5	20



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2804 - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO

**Macroobjetivo** 02 - DINAMIZAR A BASE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO ESTÁVEL E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO

**Órgão Responsável** 28000 - Secretaria de Estado do Turismo

**Público Alvo** População dos Municípios Turísticos

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Alcançar alto nível de qualidade na prestação dos serviços e produtos turísticos do RN.

### Justificativa

Necessidade de capacitar pessoas e qualificar os equipamentos e serviços turísticos para melhor atender os turistas e a população.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	8.750.000,00
<b>Recurso Federal</b>	90.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	12.660.000,00
<b>TOTAL</b>	21.500.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1239 - Estudos e Pesquisas Turísticas	SETUR			
Estudo e Pesquisa realizada		Unidade	7	28
Rio Grande do Norte			7	28
1240 - Controle de Qualidade de Empresas e Equipamentos Turísticos	SETUR			
Município atendido		Município	7	28
Rio Grande do Norte			7	28
1243 - Apoio a Programas Nacionais e Estaduais	SETUR			
Programa operacionalizado		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1331 - Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos	SETUR			
Pessoa capacitada		Unidade	80	320
Rio Grande do Norte			80	320
1336 - Reestruturação da Secretaria de Turismo	SETUR			
Órgão reestruturado		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100
1337 - Campanhas de Conscientização Turística e Ambiental	SETUR			
Campanha realizada		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2804 - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1340 - Manutenção e Implantação de Boxes de Informações Turísticas	SETUR			
Box implantado		Unidade	2	6
Zona do Litoral Oriental			2	2
Zona do Alto Apodi			0	2
Zona Mossoroense			0	2
1346 - Melhoria da Infra-estrutura dos Corredores Turísticos de Natal	SETUR			
Corredor Turístico estruturado		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100
1348 - Reestruturação e Qualificação do Serviço Buggy Turismo	SETUR			
Serviço reestruturado e qualificado		Município	2	3
Rio Grande do Norte			2	3
1611 - Construção de Centros de Convenções	SETUR			
Centro de Convenções construído		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			40	100
Zona Mossoroense			0	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0101 - QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 01000 - Assembléia Legislativa

**Público Alvo** Deputados e Servidores do Poder Legislativo

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Proporcionar cursos, palestras, seminários visando a melhor capacitação dos que fazem o Poder Legislativo Estadual.

**Justificativa**

As inovações tecnológicas e a administração pública exigem agentes atualizados e capacitados.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	600.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	600.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1705 - Treinamento de Deputados e Servidores	AL			
Deputado e Servidor treinado		Unidade	100	400
Zona do Litoral Oriental			100	400



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0102 - REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 01000 - Assembléia Legislativa

**Público Alvo** Deputados e Servidores do Poder Legislativo

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Dotar o Poder Legislativo Estadual de equipamentos necessários ao melhor funcionamento.

**Justificativa**

O processo de informatização e reaparelhamento administrativo é necessidade fundamental no serviço público moderno.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1706 - Aparelhamento e Modernização Tecnológica	AL			
Órgão aparelhado		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0103 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 01201 - Fundação Djalma Marinho

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Visa informar a população do Rio Grande do Norte das ações dos parlamentares e colaborar com atividade cultural em suas mais diversas manifestações.

### Justificativa

Divulgar a atuação parlamentar e prestar contas à população, bem como apoiar a atividade cultural estadual é obrigação de todos.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.850.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.850.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1607 - Instalação da TV e da Rádio Assembléia	AL			
TV/Rádio Assembléia instalada		Unidade	2	2
Zona do Litoral Oriental			2	2



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0201 - APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 02000 - Tribunal de Contas

**Público Alvo** Instituições Públicas

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Aperfeiçoar e dinamizar os serviços prestados à sociedade.

**Justificativa**

Assegurar as ferramentas e mecanismos necessários à melhoria da qualidade dos serviços.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	620.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	620.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1112 - Fiscalização da Gestão Pública	TCE			
Ente Público fiscalizado		Unidade	382	382
Rio Grande do Norte			382	382
1119 - Implantação da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado	TCE			
Ouvidoria implantada		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1120 - Implantação da Central de Atendimento do Tribunal de Contas do Estado	TCE			
Central de Atendimento implantada		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1121 - Integração Institucional das Ações do Controle Externo	TCE			
Instituição integrada		Unidade	5	9
Zona do Litoral Oriental			5	9
1122 - Implantação da Auditoria Escola	TCE			
Ente Público treinado		Evento	5	10
Rio Grande do Norte			5	10



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0202 - MELHORIA FUNCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 02000 - Tribunal de Contas

**Público Alvo** Servidores Estaduais

**Tipo** Serviço ao Estado

Objetivo	Justificativa
Melhorar as condições de trabalho para o desenvolvimento das funções constitucionais.	Necessidade de elevar os níveis de desempenho e produção.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.865.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	4.865.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1023 - Ampliação e Equipamento da Sede do Tribunal de Contas do Estado	TCE			
Sede ampliada e equipada		Sede	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1024 - Reaparelhamento e Informatização do Sistema de Controle Externo	TCE			
Órgão informatizado		% de execução	40	100
Zona do Litoral Oriental			40	100
1025 - Capacitação de Recursos Humanos	TCE			
Servidor treinado		Servidor	240	720
Zona do Litoral Oriental			240	720
1042 - Realização de Concurso Público	TCE			
Concurso realizado		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0401 - APRIMORAMENTO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Aprimorar a capacidade funcional, especializando-os e capacitando-os para uma melhor prestação do serviço jurisdicional.

**Justificativa**

Melhoria do controle da prestação do serviço jurisdicional.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.335.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.335.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1154 - Cursos de Capacitação e Atualização para Servidores e Magistrados	TJ			
Magistrado/Servidor treinado		Unidade	16	50
Rio Grande do Norte			16	50
1215 - Realização de Congressos e Simpósios	TJ			
Evento realizado		Unidade	4	20
Rio Grande do Norte			4	20
1317 - Implementação do Programa de Qualidade Total	TJ			
Programa implementado e executado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0402 - INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** Jurisdicionados, Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Melhorar os serviços prestados pelo Poder Judiciário, objetivando uma maior agilidade, eficiência e qualidade nos serviços jurisdicionais.

**Justificativa**

Prestação do serviço jurisdicional ineficaz e morosa.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	6.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	6.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1036 - Modernização do Parque de Informática do Poder Judiciário	TJ			
Informatização realizada		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
1474 - Interligação das Comarcas do Interior do Estado à Rede Lógica do Poder Judiciário	TJ			
Comarca interligada		Unidade	31	62
Rio Grande do Norte			31	62



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0403 - INTEGRAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A COMUNIDADE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Promover uma maior interação entre o Poder Judiciário e a comunidade.

**Justificativa**

Trabalhar a imagem do Poder Judiciário junto à sociedade, informando-a sobre seus serviços e melhorando a comunicação entre a instituição e os jurisdicionados.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	2.495.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.495.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1475 - Campanhas Educativas do Poder Judiciário	TJ			
Campanha realizada		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
1476 - Publicidade Institucional	TJ			
Publicidade realizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0404 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RN

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Melhorar a infra-estrutura e o apoio logístico da Escola de Magistratura do RN - ESMARN.

**Justificativa**

Imóveis e instalações físicas inadequadas para a prestação de um serviço de qualidade.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.740.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.740.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1355 - Construção da Nova Sede da Escola da Magistratura	TJ			
Imóvel construído		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100
1356 - Modernização da Escola da Magistratura	TJ			
Escola modernizada		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0405 - MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** Jurisdicionados, Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Modernizar a estrutura do Poder Judiciário visando uma melhoria na prestação do serviço jurisdicional.

**Justificativa**

Melhoria da prestação do serviço jurisdicional.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	7.192.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	13.200.000,00
<b>TOTAL</b>	20.392.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1236 - Implantação de Infra-estrutura Física de Apoio ao Poder Judiciário	TJ			
Imóvel construído		Unidade	5	20
Rio Grande do Norte			5	20
1396 - Construção e Adequação Física de Fóruns	TJ			
Fórum reformado e construído		Unidade	6	17
Rio Grande do Norte			6	17
1487 - Modernização da Informática do Tribunal de Justiça	TJ			
Informatização modernizada		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1552 - Aquisição de Imóveis	TJ			
Imóvel adquirido		Unidade	2	10
Rio Grande do Norte			2	10
1562 - Ampliação da Frota de Veículos do Tribunal de Justiça	TJ			
Veículo adquirido		Veículo	20	83
Rio Grande do Norte			20	83
1563 - Reparelhamento do Poder Judiciário	TJ			
Órgão aparelhado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0405 - MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
Produto				
Localização				
1564 - Implantação da Gráfica do Poder Judiciário	TJ			
Gráfica implantada		% de execução	60	100
Rio Grande do Norte			60	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 0406 - OTIMIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 04000 - Tribunal de Justiça

**Público Alvo** Titulares de Cartórios, Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

**Tipo** Serviço ao Estado

Objetivo	Justificativa
Melhorar o controle e a celeridade das informações da arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais e otimizar a fiscalização da prestação do serviço jurisdicional.	Melhoria do controle da prestação do serviço jurisdicional.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.548.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.548.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1361 - Treinamento e Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Controle e Fiscalização dos Cartórios	TJ			
Treinamento/Aperfeiçoamento realizado		Unidade	21	64
Rio Grande do Norte			21	64
1371 - Aquisição de Veículos para Corregedoria	TJ			
Veículo adquirido		Veículo	2	4
Rio Grande do Norte			2	4
1436 - Modernização do Sistema de Controle de Fiscalização	TJ			
Sistema modernizado		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
1473 - Reaparelhamento da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Planejamento e Finanças do Tribunal de Justiça	TJ			
Unidade reaparelhada		Unidade	1	2
Rio Grande do Norte			1	2



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1102 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE GRÁFICO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11201 - Departamento Estadual de Imprensa

**Público Alvo** Executivo, Legislativo, Judiciário e Público em Geral

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Otimização do atendimento aos usuários do Departamento Estadual de Imprensa - DEI.

**Justificativa**

Modernização e ampliação do Parque Gráfico do Departamento Estadual de Imprensa - DEI.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.860.000,00
<b>TOTAL</b>	1.860.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1195 - Aparelhamento do Departamento Estadual de Imprensa	DEI			
Órgão aparelhado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1130 - MODERNIZAÇÃO DA CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11103 - Consultoria Geral do Estado

**Público Alvo** Servidores da CGE

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Melhorar as condições de trabalho visando elevar os níveis de desempenho e produtividade.

**Justificativa**

Necessidade de adequar a estrutura existente às necessidades do órgão.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	129.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	129.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1237 - Aparelhamento e Informatização da Consultoria Geral do Estado	CGE			
Órgão aparelhado		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1140 - MELHORIA FUNCIONAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11104 - Procuradoria Geral do Estado

**Público Alvo** Administração Estadual e a População do RN

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Agilizar, racionalizar e melhorar a qualidade das atividades específicas da defesa do Estado a cargo da Procuradoria Geral do Estado.

**Justificativa**

Necessidade de executar melhorias nas estruturas física, administrativa e institucional da Procuradoria Geral do Estado, visando o seu bom desempenho.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	2.100.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.100.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1095 - Informatização da Procuradoria Geral do Estado	PGE			
Informatização realizada		% de execução	100	100
Rio Grande do Norte			100	100
1106 - Construção da Sede e dos Núcleos Regionais	PGE			
Área construída		Metro Quadrado	1.000	3.000
Rio Grande do Norte			1.000	3.000
1134 - Ampliação das Instalações Físicas da Procuradoria Geral do Estado	PGE			
Área ampliada		Metro Quadrado	200	360
Zona do Litoral Oriental			200	360
1315 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional	PGE			
Servidor capacitado		Unidade	100	200
Zona do Litoral Oriental			100	200
1318 - Reequipamento da Procuradoria Geral do Estado	PGE			
Órgão reequipado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1160 - DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE INTERNO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11106 - Controladoria Geral do Estado

**Público Alvo** Servidores Públicos

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Assegurar os recursos necessários à realização de seminários no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

**Justificativa**

Necessidade de atualização do conhecimento técnico.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	40.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	40.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1604 - Realização de Seminários	CONTROL			
Seminário realizado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1180 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO GABINETE CIVIL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado

**Público Alvo** Servidor do Gabinete Civil

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Assegurar estruturas físicas adequadas ao melhor desempenho das atividades da Governadoria e de suas unidades, bem como a solução definitiva quanto a residência oficial do Governador.

### Justificativa

A estrutura em funcionamento encontra-se inadequada para as necessidades atuais de competência da Governadoria e demais unidades vinculadas.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	7.350.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	7.350.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1045 - Reforma das Instalações do Escritório de Representação de Brasília	GAC			
Instalação reformada		Metro Quadrado	300	300
Rio Grande do Norte			300	300
1123 - Reforma das Instalações Físicas do Gabinete Civil	GAC			
Instalação reformada		Metro Quadrado	3.000	3.000
Zona do Litoral Oriental			3.000	3.000
1125 - Construção da Sede da Governadoria	GAC			
Prédio construído		Metro Quadrado	0	4.000
Zona do Litoral Oriental			0	4.000
1126 - Construção do Sistema de Drenagem do Centro Administrativo	GAC			
Sistema construído		Metro Quadrado	333.000	333.000
Zona do Litoral Oriental			333.000	333.000
1127 - Construção de Muro-Cerca de Contorno e Guarita de Acesso ao Centro Administrativo	GAC			
Cerca construída		Metro Quadrado	0	4.440
Zona do Litoral Oriental			0	4.440



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1182 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA DO GABINETE CIVIL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado

**Público Alvo** Servidor do Gabinete Civil

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Dotar a estrutura governamental de condições favoráveis de funcionamento, com foco na segurança e na agilidade das atividades institucionais.

### Justificativa

Atualmente existe precariedade nos aspectos de locomoção, como também de equipamentos e tecnologias necessárias ao atingimento da missão do órgão.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.340.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	3.340.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1128 - Implantação de Sistema de Segurança Eletrônica	GAC			
Sistema adquirido		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1129 - Reequipamento do Gabinete Civil	GAC			
Gabinete reequipado		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1131 - Modernização da Tecnologia da Informação	GAC			
Modernização Tecnológica realizada		% de execução	65	100
Zona do Litoral Oriental			65	100



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1183 - VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO GABINETE CIVIL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado

**Público Alvo** Servidor do Gabinete Civil

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Proporcionar aos servidores do Gabinete Civil a formação e capacitação profissional, necessárias à melhoria de desempenho.

**Justificativa**

Carência de força tarefa qualificada e treinada.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	140.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	140.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1136 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	GAC			
Pessoal treinado		Unidade	300	700
Zona do Litoral Oriental			300	700



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1201 - MODERNIZAÇÃO DA VICE GOVERNADORIA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 12000 - Vice-Governadoria

**Público Alvo** Servidores da Vice-Governadoria

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Melhorar as condições de trabalho visando elevar os níveis de desempenho e produtividade.

**Justificativa**

Necessidade de adequar a estrutura existente às necessidades do órgão.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	600.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	600.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1603 - Aparelhamento e Informatização da Vice-Governadoria	VG			
Órgão aparelhado e informatizado		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1401 - MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 14000 - Procuradoria Geral da Justiça

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Viabilizar um melhor atendimento à população no que concerne às atribuições do Ministério Público, através da modernização estrutural quanto à adequação do espaço físico e de recursos humanos capacitados para o desempenho de suas funções.

### Justificativa

Necessidade de agilizar os mecanismos operacionais do Ministério Público.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	6.910.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	2.000.000,00
<b>TOTAL</b>	8.910.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1005 - Realização de Concurso Público	PGJ			
Cargo preenchido		Unidade	40	97
Rio Grande do Norte			40	97
1032 - Informatização e Modernização do Ministério Público	PGJ			
Unidade informatizada e modernizada		% de execução	28	100
Rio Grande do Norte			28	100
1114 - Construção da Sede da Procuradoria Geral de Justiça/MP	PGJ			
Unidade construída		% de execução	90	100
Zona do Litoral Oriental			90	100
1171 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional	PGJ			
Técnico treinado		Unidade	50	230
Rio Grande do Norte			50	230
1172 - Reparcelhamento Administrativo e Melhoria das Instalações da Sede Administrativa e dos Órgãos do MP	PGJ			
Unidade reaparelhada		Unidade	20	63
Rio Grande do Norte			20	63
1602 - Campanha Preventiva e Educativa do Ministério Público	PGJ			
Campanha realizada		Unidade	10	40
Rio Grande do Norte			10	40



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1401 - MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1627 - Construção das Sedes das Promotorias de Justiça	PGJ			
Unidade construída		Metro Quadrado	500	3.000
Rio Grande do Norte			500	3.000
1628 - Ampliação e Manutenção da Frota de Veículos do Ministério Público	PGJ			
Frota de Veículo formada		Veículo	3	12
Rio Grande do Norte			3	12
1629 - Estruturação Funcional da Sede do Ministério Público	PGJ			
Unidade estruturada		Unidade	0	1
Rio Grande do Norte			0	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1501 - REAPARELHAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 15000 - Polícia Militar

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**  
Assegurar condições estruturais de funcionamento adequado à Polícia Militar.

**Justificativa**  
Garantir a efetiva presença do poder público no combate à criminalidade.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	41.968.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	41.968.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1130 - Ampliação da Frota de Veículos	PM			
Veículo adquirido		Veículo	200	631
Rio Grande do Norte			200	631
1201 - Formação e Profissionalização de Policiais Militares	PM			
PoliciaI Militar formado		Unidade	2.067	8.270
Rio Grande do Norte			2.067	8.270
1202 - Reaparelhamento de Unidades da Polícia Militar	PM			
Unidade reaparelhada		Unidade	4	4
Rio Grande do Norte			4	4
1206 - Recuperação de Instalações Físicas das Unidades da Polícia Militar	PM			
Unidade recuperada		Metro Quadrado	1.538	6.152
Rio Grande do Norte			1.538	6.152
1209 - Construção de Unidades de Atendimento da Polícia Militar	PM			
Unidade construída		Metro Quadrado	133	532
Zona do Litoral Oriental			83	332
Zona do Alto Apodi			25	100
Zona do Serid			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1501 - REAPARELHAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1221 - Construção de Instalações Físicas de Unidades da Polícia Militar	PM			
Unidade construída		Metro Quadrado	2.909	5.818
Rio Grande do Norte			2.909	5.818
1222 - Aquisição de Equipamento Bélico	PM			
Equipamento adquirido		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1223 - Informatização de Unidades da Polícia Militar	PM			
Unidade informatizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1224 - Modernização do Sistema de Comunicação	PM			
Sistema modernizado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1232 - Reforma, Ampliação e Adequação do Hospital da Polícia Militar	PM			
Unidade reformada, ampliada e adequada		Metro Quadrado	480	1.920
Zona do Litoral Oriental			480	1.920
1233 - Reaparelhamento do Hospital da Polícia Militar	PM			
Hospital reaparelhado		% de execução	20	100
Zona do Litoral Oriental			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1601 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 16000 - Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

**Público Alvo** Servidores Públicos do Estado

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

**Objetivo**

Dotar o Estado de servidores capacitados com vistas a otimização das funções dos serviços do aparelho estatal.

**Justificativa**

Trabalhar uma política de recursos humanos moderna e dinâmica capaz de otimizar e valorizar os servidores e suas funções na busca da melhoria contínua.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.620.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	8.520.000,00
<b>TOTAL</b>	10.140.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1107 - Realização de Concurso Público	SEARH			
Concurso realizado		% de execução	35	100
Rio Grande do Norte			35	100
1162 - Reequipamento e Reestruturação das Ações Voltadas para Gestão de Recursos Humanos	SEARH			
Equipamento adquirido		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1298 - Criação da Escola de Governo	SEARH			
Projeto implantado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1819 - Intercâmbio de Novas Experiências na Área de Gestão de Recursos Humanos	SEARH			
Pessoa capacitada		Unidade	500	2.000
Zona do Litoral Oriental			500	2.000
2058 - Capacitação de Recursos Humanos	SEARH			
Pessoa capacitada		Unidade	7.500	30.000
Rio Grande do Norte			7.500	30.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1602 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 16000 - Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

**Público Alvo** Servidores Públicos do Estado

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Aparelhar, redimensionar e modernizar a estrutura física, os softwares e os equipamentos que possibilitem a modernização administrativa do Estado.

**Justificativa**

As atividades que irão possibilitar a modernização da administração do Estado.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	800.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	10.290.000,00
<b>TOTAL</b>	11.090.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1091 - Modernização da Estrutura Física da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	SEARH			
Prédio reformado		% de execução	45	100
Zona do Litoral Oriental			45	100
1438 - Construção e Modernização do Arquivo Público Estadual	SEARH			
Área construída		Metro Quadrado	1.650	6.600
Zona do Litoral Oriental			1.650	6.600
1439 - Criação e Modernização da Central de Veículos	SEARH			
Área construída		Metro Quadrado	5.400	5.400
Zona do Litoral Oriental			5.400	5.400
1440 - Gestão e Recadastramento da Frota Veicular do Estado	SEARH			
Software licenciado		Unidade	100	100
Rio Grande do Norte			100	100
1441 - Modernização da Política de Abastecimento	SEARH			
Software licenciado		Unidade	100	100
Rio Grande do Norte			100	100
1442 - Modernização do Patrimônio da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	SEARH			
Móvel e Utensílio adquirido		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1603 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA APLICADOS NO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 16000 - Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

**Público Alvo** Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Dotar o Estado de uma eficiente rede de informática e telecomunicação com capacidade para integrar os seus diversos órgãos e municípios.

### Justificativa

A necessidade de segurança e agilidade nas informações, utilizando-se da alta tecnologia.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	8.600.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	9.600.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1169 - Aquisição de Programas e Equipamentos de Informática	DATANORTE			
Órgão reequipado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1235 - Ampliação da Rede Estadual de Informática-REI	SEARH			
Rede implantada		Unidade	150	500
Rio Grande do Norte			150	500
1814 - Renovação e Ampliação do Parque Computacional da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	SEARH			
Equipamento de Informática adquirido		Equipamento	63	250
Zona do Litoral Oriental			63	250
1815 - Plano de Contingência para Subcoordenação de Operação	SEARH			
Projeto implantado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1816 - Ampliação das Instalações Físicas do Órgão Gestor de Informática	SEARH			
Área ampliada		Metro Quadrado	125	500
Zona do Litoral Oriental			125	500
1817 - Aquisição e Atualização de Licenças de Software	SEARH			
Software licenciado		Unidade	125	500
Rio Grande do Norte			125	500



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1621 - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 16201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado

**Público Alvo** Servidores Públicos Estaduais

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Ampliar e modernizar as atividades do órgão, garantindo uma tecnologia avançada, capaz de atender com eficácia os servidores que buscam o atendimento.

### Justificativa

Torna-se necessário adequar a estrutura, considerando que existem entraves, que contribuem para o emperramento da Administração Pública.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	460.000,00
<b>TOTAL</b>	460.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1142 - Ampliação de Sistema de Informática	ipe			
Rede ampliada		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1148 - Interiorização do Instituto de Previdência do Estado	ipe			
Projeto implantado		Unidade	3	10
Rio Grande do Norte			3	10
1149 - Reforma das Instalações Físicas	ipe			
Prédio reformado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1152 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	ipe			
Servidor capacitado		Unidade	50	300
Rio Grande do Norte			50	300



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1631 - REGULARIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 16202 - Companhia de Processamento de Dados

**Público Alvo** Mutuários

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

**Objetivo**

Regularização dos contratos imobiliários dos mutuários da extinta COHAB.

**Justificativa**

Existência de contratos imobiliários pendentes dos mutuários da extinta COHAB, ora incorporada à DATANORTE.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.400.000,00
<b>TOTAL</b>	1.400.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1170 - Regularização Contratual de Imóveis	DATANORTE			
Imóvel regularizado		Unidade	1.508	6.033
Rio Grande do Norte			1.508	6.033



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1831 - ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 18202 - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Público Alvo** Alunos

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Ampliar a oferta de vagas e promover a melhoria das condições de ensino na Universidade.

**Justificativa**

Dotar a Universidade de condições adequadas para o seu bom funcionamento é imprescindível para a formação de profissionais bem formados e capazes de atender as demandas do mercado.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	2.118.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	218.000,00
<b>TOTAL</b>	2.336.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1009 - Aparelhamento das Unidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN			
Unidade aparelhada		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			50	100
Zona do Alto Apodi			40	100
Zona Mossoroense			45	100
1294 - Construção de Salas para Professores nos Campi Avançados	UERN			
Bloco construído		Unidade	1	3
Zona do Alto Apodi			1	2
Zona Mossoroense			0	1
1454 - Construção do Anel Viário do Campus Central	UERN			
Anel Viário construído		Unidade	0	1
Zona Mossoroense			0	1
1455 - Construção de Prédio Anexo no Campus de Natal	UERN			
Prédio construído		Metro Quadrado	0	555
Zona do Litoral Oriental			0	555



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1832 - ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 18202 - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Público Alvo** Professores e alunos

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Melhorar as condições de funcionamento do Sistema de Biblioteca da Universidade.

**Justificativa**

As exigências do mercado de trabalho requerem o permanente contato do aluno com informações impressas e por meio eletrônico, em boa quantidade e permanente atualização.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	685.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	685.000,00

<b>Código - Descrição Ação</b>	<b>Órgão</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>2004</b>	<b>2004/2007</b>
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1456 - Ampliação do Acervo	UERN			
Acervo ampliado		Unidade	1	5
Rio Grande do Norte			1	5
1457 - Aparelhamento das Bibliotecas	UERN			
Biblioteca aparelhada		Unidade	1	5
Rio Grande do Norte			1	5



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1901 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 19000 - Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

Objetivo	Justificativa
Otimizar a gestão pública.	Necessidade de obter informações atualizadas e sistematizadas, o que exige pessoas qualificadas para desenvolvê-las.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	13.700.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	7.000.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	20.700.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1083 - Formação e Profissionalização de Recursos Humanos	SEPLAN			
Técnico profissionalizado		Unidade	50	420
Rio Grande do Norte			50	420
1185 - Reestruturação do Sistema de Planejamento	SEPLAN			
Sistema reestruturado		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1344 - Tecnologia de Gestão e Informação do Governo	SEPLAN			
Tecnologia de Gestão implantada		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
2014 - Racionalização das Ações Administrativas e Financeiras do Erário Estadual	SEPLAN			
Sistema de Caixa Único mantido		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1902 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 19000 - Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

**Objetivo**

Promover o reordenamento das atividades econômicas, contribuindo para acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado.

**Justificativa**

Necessidade de racionalizar a participação do governo na economia.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	42.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	57.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	19.000.000,00
<b>TOTAL</b>	118.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1086 - Elaboração de Planos de Desenvolvimento	IDEMA			
Plano elaborado		Plano	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1186 - Alienação de Ativos	SEPLAN			
Ativo alienado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1187 - Desenvolvimento de Parcerias e Gestão	SEPLAN			
Parceria e Gestão desenvolvida		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1350 - Participação Acionária	SEPLAN			
Participação realizada		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1443 - Coordenação e Desenvolvimento de Estudos Regionais e da Região Metropolitana	SEPLAN			
Coordenação e Estudo realizado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1444 - Elaboração e Execução de Projetos Especiais	SEPLAN			
Projeto elaborado e executado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1902 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1451 - Concessão e Intermediação de Financiamentos	AGN			
Empreendimento financiado		Projeto	250	1.150
Rio Grande do Norte			250	1.150
2343 - Desapropriação de Imóveis	PGE			
Imóvel desapropriado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1923 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População e Instituições

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Identificar os indicadores da dinâmica socioeconômica e ambiental do Estado; gerar e sistematizar as informações, visando subsidiar as ações de planejamento do Estado.

### Justificativa

Necessidade de informações organizadas e atualizadas do perfil socioeconômico do Estado; ampliar o conhecimento sobre a qualidade de vida da população do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	760.000,00
<b>Recurso Federal</b>	200.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	960.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1434 - Levantamento de Dados Socioeconômicos e Ambientais e Definição de Indicadores	IDEMA			
Informação organizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1435 - Avaliação de Impactos Socio-ambiental das Principais Atividades Econômicas do Estado	IDEMA			
Avaliação realizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 1925 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Capacitar o órgão ambiental na utilização de instrumentos essenciais para o processo de gestão ambiental no Estado.

### Justificativa

A gestão ambiental requer a adoção de soluções inovadoras e formação de parcerias entre o poder público e a sociedade, que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	6.060.000,00
<b>Recurso Federal</b>	190.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	6.250.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1403 - Reestruturação e Modernização Administrativa do IDEMA	IDEMA			
Reestruturação e Modernização implantada		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1404 - Construção da Sede Própria	IDEMA			
Sede construída		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1405 - Interiorização das Ações do IDEMA	IDEMA			
Município atendido		Município	25	61
Zona do Alto Apodi			0	36
Zona Mossoroense			25	25
1406 - Informatização do Órgão	IDEMA			
Órgão informatizado		% de execução	40	100
Zona do Litoral Oriental			40	100
1407 - Instalação e Reequipamento do IDEMA	IDEMA			
Instalação e Reequipamento realizado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1408 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	IDEMA			
Pessoal capacitado		Unidade	50	200
Zona do Litoral Oriental			50	200



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2101 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 21131 - Instituto Técnico Científico de Polícia

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Ampliar, melhorar e reequipar a estrutura das unidades operacionais e administrativas do Instituto Técnico-Científico de Polícia - ITEP, visando assegurar à população um melhor atendimento.

### Justificativa

A melhoria das instalações das unidades, aquisição de equipamentos e capacitação de pessoal, visa estabelecer condições adequadas de trabalho, para melhor atender a Polícia e a Justiça, como também, a população do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	5.775.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	5.775.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1031 - Informatização dos Serviços do ITEP	ITEP			
Informatização realizada		% de execução	35	100
Zona do Litoral Oriental			35	100
1033 - Reaparelhamento de Unidades do ITEP	ITEP			
Unidade reaparelhada		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			30	100
Zona do Agreste			30	100
Zona do Alto Apodi			30	100
Zona Mossoroense			30	100
Zona do Serid			30	100
1198 - Requalificação e Aperfeiçoamento de Profissionais	ITEP			
Técnico treinado		Unidade	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1225 - Reestruturação Física de Unidades do ITEP	ITEP			
Unidade reestruturada		Metro Quadrado	795	2.420
Zona do Litoral Oriental			417	1.666
Zona Mossoroense			189	377
Zona do Serid			189	377



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2101 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1483 - Construção de Unidades do ITEP	ITEP			
Unidade construída		Metro Quadrado	778	3.113
Zona do Litoral Oriental			646	2.585
Zona do Agreste			66	264
Zona do Alto Apodi			66	264



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2102 - REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 21000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Ampliar, melhorar e reequipar a estrutura das unidades operacionais e administrativas do sistema de segurança pública, assim como assegurar condições de preparação dos agentes, escrivãos e delegados.

### Justificativa

A melhoria das instalações das unidades, a aquisição dos equipamentos e o treinamento da equipe policial, visa estabelecer condições de segurança pública, protegendo as pessoas e o patrimônio público, através do policiamento preventivo e ostensivo, buscando a redução da violência existente atualmente.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	36.030.000,00
<b>Recurso Federal</b>	3.176.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	39.206.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1150 - Aquisição de Aeronave	SDS			
Aeronave adquirida		Unidade	0	1
Rio Grande do Norte			0	1
1183 - Qualificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	SDS			
Policial treinado		Unidade	635	2.540
Rio Grande do Norte			635	2.540
1190 - Construção da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL	SDS			
Academia de Polícia construída		Metro Quadrado	794	3.175
Zona do Litoral Oriental			794	3.175
1307 - Ampliação da Frota de Veículos	SDS			
Veículo adquirido		Veículo	80	317
Rio Grande do Norte			80	317
1380 - Recuperação de Instalações Físicas da Polícia Civil	SDS			
Unidade Policial recuperada		Metro Quadrado	447	1.786
Rio Grande do Norte			447	1.786
1381 - Modernização do Parque de Motomecanização	SDS			
Parque de Motomecanização modernizado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2102 - REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1382 - Informatização das Unidades da Polícia Civil	SDS			
Unidade informatizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1383 - Modernização do Sistema de Comunicação	SDS			
Sistema modernizado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1384 - Aquisição de Armamentos e Munições para Polícia Civil	SDS			
Armamento e Munição adquirido		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1385 - Construção de Unidades para a Polícia do Bairro	SDS			
Unidade Policial construída		Metro Quadrado	853	3.413
Rio Grande do Norte			853	3.413
1386 - Construção de Centrais de Polícia do Cidadão	SDS			
Unidade Policial construída		Metro Quadrado	992	2.977
Rio Grande do Norte			992	2.977
1471 - Construção de Instalações Físicas da Polícia Civil	SDS			
Unidade Policial construída		Metro Quadrado	1.190	4.763
Rio Grande do Norte			1.190	4.763
1488 - Reaparelhamento das Unidades da Polícia Civil	SDS			
Unidade reaparelhada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2201 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 22000 - Secretaria de Estado da Tributação

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Modernizar e reestruturar a unidade de tributação do Estado, visando aumentar a arrecadação e o controle das despesas públicas e da dívida fiscal.

### Justificativa

Necessidade de dotar os órgãos da área fiscal do Estado de recursos tecnológicos e pessoal treinado, indispensáveis ao melhor desempenho das ações nas áreas Tributária, Financeira e de Controle da Dívida Ativa.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	3.008.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	30.680.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	33.688.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1022 - Execução dos Projetos de Modernização das Áreas Financeira e Procuradoria Fiscal	SET			
Projeto implantado		Unidade	2	2
Rio Grande do Norte			2	2
1254 - Capacitação de Servidores da Secretaria de Tributação	SET			
Servidor capacitado		Unidade	750	1.053
Rio Grande do Norte			750	1.053
1255 - Desenvolvimento de Projetos	SET			
Projeto desenvolvido		% de execução	80	100
Zona do Litoral Oriental			80	100
1256 - Modernização da Informatização da Arrecadação Fiscal	SET			
Informatização modernizada		% de execução	80	100
Rio Grande do Norte			80	100
1257 - Reaparelhamento das Unidades de Tributação	SET			
Unidade reaparelhada		Unidade	18	22
Rio Grande do Norte			18	22
1270 - Reforma de Unidades Regionais de Tributação e de Postos Fiscais	SET			
Unidade e Posto Fiscal reformado		Unidade	7	9
Rio Grande do Norte			7	9



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2201 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1274 - Implantação do Plano de Cargo e Salário	SET			
Plano implantado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1278 - Educação Fiscal	SET			
Treinamento realizado		Evento	24	96
Rio Grande do Norte			24	96
1502 - Construção de Unidades Regionais de Tributação e de Postos Fiscais	SET			
Unidade e Posto Fiscal construído		Unidade	2	3
Zona do Litoral Oriental			1	1
Zona Mossoroense			1	2



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2306 - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 23000 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Garantir aos estabelecimentos penais os recursos materiais e humanos necessários ao pleno cumprimento da sua missão.

**Justificativa**

Necessidade de promover a construção, ampliação, reforma e aparelhamento dos estabelecimentos penais.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	14.908.000,00
<b>Recurso Federal</b>	15.750.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	30.658.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1536 - Construção de Cadeias Públicas	SEJUC			
Unidade Policial construída		Metro Quadrado	1.400	5.500
Rio Grande do Norte			1.400	5.500
1537 - Recuperação de Cadeias Públicas	SEJUC			
Unidade Policial recuperada		Metro Quadrado	1.125	4.500
Rio Grande do Norte			1.125	4.500
1538 - Construção de Penitenciárias	SEJUC			
Unidade Penal construída		Metro Quadrado	5.625	22.500
Rio Grande do Norte			5.625	22.500
1549 - Recuperação de Penitenciárias	SEJUC			
Unidade Penal recuperada		Metro Quadrado	1.562	6.250
Rio Grande do Norte			1.562	6.250
1550 - Aparelhamento dos Estabelecimentos Penais Construídos	SEJUC			
Unidade Penal aparelhada		Unidade	375	1.500
Rio Grande do Norte			375	1.500
1551 - Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	SEJUC			
Unidade Penal reaparelhada		Unidade	188	750
Rio Grande do Norte			188	750



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2306 - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1553 - Capacitação Profissional de Agentes Penitenciários	SEJUC			
Agente capacitado		Unidade	250	2.250
Rio Grande do Norte			250	2.250
1554 - Implantação do Sistema de Informática Penitenciário	SEJUC			
Sistema implantado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1556 - Aquisição de Veículos para o Sistema Penitenciário	SEJUC			
Veículo adquirido		Veículo	8	32
Rio Grande do Norte			8	32
1557 - Aquisição de Equipamentos de Cozinha Industrial para o Sistema Penitenciário	SEJUC			
Equipamento adquirido		Unidade	45	180
Rio Grande do Norte			45	180



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2401 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO GERENCIAL DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** Nível Gerencial e Administrativo da SESAP

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Aumentar a autonomia de gestão, a partir de uma reforma administrativa e técnica gerencial.

### Justificativa

Controle e avaliação, requerendo da SESAP uma maior flexibilização, autonomia administrativa e democrática e transparência da sua gestão.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	255.000,00
<b>Recurso Federal</b>	420.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	675.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1099 - Realização do Controle e Avaliação da SESAP	SESAP			
Controle e Avaliação realizado		Evento	19	29
Rio Grande do Norte			19	29
1108 - Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	SESAP			
Evento realizado		Unidade	4	16
Rio Grande do Norte			4	16
1489 - Implantação da Nova Estrutura Organizacional da SESAP	SESAP			
Estrutura Organizacional implantada		% de execução	45	100
Zona do Litoral Oriental			45	100
1490 - Implementação do Sistema de Informatização da Rede da SESAP	SESAP			
Sistema implementado		Unidade	76	129
Rio Grande do Norte			76	129
1492 - Desenvolvimento Tecnológico dos Centros de Excelência	SESAP			
Centro de Excelência desenvolvido		Unidade	2	8
Rio Grande do Norte			2	8



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2402 - DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** Profissionais de saúde

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Implantar uma política de administração e desenvolvimento de recursos humanos voltada para a formação, educação continuada e motivação do servidor, refletindo numa melhor qualidade de assistência dos usuários no Sistema Único de Saúde.

### Justificativa

Considerando novas metas da SESAP, direcionadas para a regulação, condução, avaliação e cooperação técnica, faz-se necessário a formação e atualização dos recursos humanos para assumirem adequadamente a implementação e a coordenação destes novos processos.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	548.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.072.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	145.000,00
<b>TOTAL</b>	1.765.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1109 - Capacitação de Recursos Humanos na Área Tecnológica	SESAP			
Evento realizado		Unidade	72	288
Rio Grande do Norte			72	288



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2403 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E CONTROLE SOCIAL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Organizar a gestão das ações e serviços, supra municipais, micro ou macrorregionais, construindo um sistema de saúde que contemple os reais interesses e necessidades da população.

### Justificativa

A redefinição dos objetivos e da função do sistema de saúde, assim como, a mudança do modelo de atenção.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	559.000,00
<b>Recurso Federal</b>	216.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	216.559.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1110 - Implementação do Sistema Estadual de Informações em Saúde	SESAP			
Sistema implementado		Unidade	85	167
Rio Grande do Norte			85	167
1481 - Implementação do Plano Diretor de Regionalização da SESAP	SESAP			
Plano Diretor de Regionalização implementado		Município	20	28
Rio Grande do Norte			20	28
1482 - Controle e Avaliação dos Sistemas Municipais de Saúde	SESAP			
Sistema Municipal de Saúde avaliado e controlado		Município	12	72
Rio Grande do Norte			12	72
1484 - Implementação de Consórcios Intermunicipais de Saúde	SESAP			
Consórcio implementado		Unidade	15	60
Rio Grande do Norte			15	60
1486 - Realização de Conferência Estadual de Saúde	SESAP			
Conferência realizada		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
2042 - Operacionalização do Conselho Estadual de Saúde	SESAP			
Conselho operacionalizado		Unidade	6	24
Zona do Litoral Oriental			6	24



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2403 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E CONTROLE SOCIAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
2113 - Operacionalização do Sistema Único de Saúde	SESAP			
Município atendido		Município	167	167
Rio Grande do Norte			167	167



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2406 - READEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA E TECNOLÓGICA DA SAÚDE

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Melhorar o nível de resolutividade dos serviços de saúde a partir de um investimento físico e tecnológico.

### Justificativa

Se faz necessário um investimento tanto na área tecnológica como estrutural da rede estadual de saúde, fortalecendo as unidades para que estas tenham resolutividade à nível macro e micro regional.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	12.055.000,00
<b>Recurso Federal</b>	20.820.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	32.875.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1102 - Ampliação e Modernização das Unidades Hospitalares e Ambulatoriais de Referência	SESAP			
Unidade de Saúde ampliada e modernizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1103 - Readequação da Vigilância Sanitária	SESAP			
Vigilância readequada		Unidade	70	237
Rio Grande do Norte			70	237
1494 - Construção da Rede Estadual de Frio	SESAP			
Rede de Frio construída		Unidade	1	1
Zona do Litoral Oriental			1	1
1496 - Ampliação e Modernização dos Laboratórios Central e Regionais	SESAP			
Rede de Laboratório de Saúde ampliada e modernizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1497 - Ampliação e Modernização das Unidades de Hematologia e Hemoterapia	SESAP			
Unidade ampliada e modernizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1498 - Construção da Sede da Secretaria Estadual de Saúde	SESAP			
Sede construída		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2406 - READEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA E TECNOLÓGICA DA SAÚDE

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1499 - Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência	SESAP			
Unidade modernizada		Unidade	12	48
Rio Grande do Norte			12	48



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2504 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25000 - Secretaria de Estado da Infra-Estrutura

**Público Alvo** Servidores da SIN

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Melhoria das condições de trabalho e produtividade do corpo funcional e manutenção mobiliária e imobiliária da Secretaria.

### Justificativa

A precariedade dos equipamentos eletrônicos instalados e do mobiliário, a necessidade de atualização e reciclagem de pessoal, bem como a necessidade de manutenção periódica do prédio sede da Secretaria, torna imprescindível a definição deste Programa.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	687.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	687.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1263 - Aparentamento da Secretaria de Infra-Estrutura	SIN			
Aparentamento realizado		% de execução	70	100
Zona do Litoral Oriental			70	100
1319 - Informatização da Secretaria de Infra-Estrutura	SIN			
Informatização realizada		% de execução	60	100
Zona do Litoral Oriental			60	100
1320 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	SIN			
Treinamento realizado		% de execução	55	100
Zona do Litoral Oriental			55	100



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2522 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25201 - Departamento de Estradas de Rodagem

**Público Alvo** Servidores do DER

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Adquirir equipamento, treinar os servidores e manter os softwares adquiridos.

**Justificativa**

Necessidade de automatizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Departamento.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	365.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	365.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1264 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	DER			
Técnico treinado		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80
1267 - Modernização Tecnológica do DER	DER			
Unidade informatizada		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2531 - EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25203 - Departamento Estadual de Trânsito

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Implantar a educação no trânsito para reduzir o número de acidentes.

**Justificativa**

O elevado índice de acidentes de trânsito.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	12.650.000,00
<b>TOTAL</b>	12.650.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1266 - Fiscalização do Trânsito	DETRAN			
Fiscalização desenvolvida		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1485 - Educação para o Trânsito	DETRAN			
Educação realizada		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2533 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO DETRAN

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25203 - Departamento Estadual de Trânsito

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Assegurar condições favoráveis que permitam ao órgão otimizar as prestações dos seus serviços.

### Justificativa

As dificuldades atualmente enfrentadas, tanto do ponto de vista de infra-estrutura física, como de equipamentos e tecnologias.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	9.550.000,00
<b>TOTAL</b>	9.550.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1029 - Reestruturação Física do DETRAN	DETRAN			
Órgão reestruturado		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			40	100
Zona do Alto Apodi			50	100
Zona Mossoroense			50	100
Zona do Serid			50	100
1478 - Modernização Administrativa	DETRAN			
Órgão modernizado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1826 - Reaparelhamento do DETRAN	DETRAN			
Projeto implantado		% de execução	45	100
Rio Grande do Norte			45	100
1827 - Modernização da Tecnologia da Informação	DETRAN			
Informação modernizada		% de execução	50	100
Rio Grande do Norte			50	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2534 - REINTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CONDUTORES E INFRATORES CONTUMAZES

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25203 - Departamento Estadual de Trânsito

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Humanizar o trânsito por meio de ações de reintegração e reabilitação dos condutores.

**Justificativa**

Faz-se necessário desenvolver pesquisas sobre acidentes de trânsito, pois o número de acidentes com vítimas é alarmante.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	320.000,00
<b>TOTAL</b>	320.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
2031 - Reintegração do Condutor Álcool-Drogas Dependente	DETRAN			
Projeto implantado		% de execução	35	100
Rio Grande do Norte			35	100
2032 - Reabilitação dos Infratores Contumazes	DETRAN			
Projeto implantado		% de execução	35	100
Rio Grande do Norte			35	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2535 - VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO DETRAN

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25203 - Departamento Estadual de Trânsito

**Público Alvo** Servidores do DETRAN

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Proporcionar aos servidores do DETRAN a formação e capacitação profissional, necessárias à melhoria de desempenho.

**Justificativa**

Elevado índice de servidores não qualificados.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.060.000,00
<b>TOTAL</b>	1.060.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1822 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	DETRAN			
Curso realizado		Unidade	25	75
Zona do Litoral Oriental			25	75
1823 - Implantação de Tele-Salas	DETRAN			
Tele-Sala implantada		Unidade	5	20
Rio Grande do Norte			5	20
1824 - Formação do Servidor	DETRAN			
Servidor graduado e pós-graduado		Unidade	60	200
Rio Grande do Norte			60	200
1825 - Realização de Eventos	DETRAN			
Evento realizado		Unidade	10	25
Rio Grande do Norte			10	25



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2541 - REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 25204 - Agência Reguladora de Serviços Públicos

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Garantir aos usuários a prestação de serviços adequados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, tanto qualitativa quanto quantitativamente.

### Justificativa

Face a implementação do Programa Estadual de Desestatização, necessário se faz assegurar a qualidade dos serviços públicos privatizados no âmbito de sua atuação, em benefício da sociedade do RN.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	822.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.001.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	323.000,00
<b>TOTAL</b>	2.146.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1011 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	ARSEP			
Técnico treinado		Unidade	8	32
Zona do Litoral Oriental			8	32
1093 - Divulgação de Normas e Procedimentos	ARSEP			
Campanha realizada		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1094 - Readequação das Instalações Físicas	ARSEP			
Instalação recuperada e ampliada		% de execução	20	100
Zona do Litoral Oriental			20	100
1115 - Reaparelhamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do RN	ARSEP			
Agência reaparelhada		% de execução	30	100
Zona do Litoral Oriental			30	100
1117 - Desenvolvimento de Fiscalização	ARSEP			
Fiscalização desenvolvida		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100
1118 - Elaboração de Estudos	ARSEP			
Estudo elaborado		Unidade	4	16
Zona do Litoral Oriental			4	16



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2613 - REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Servidor público da SEAS e população beneficiária

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Melhorar as condições de trabalho visando elevar os níveis de desempenho e produtividade.

**Justificativa**

Necessidade de adequar a estrutura existente às necessidades do órgão.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	3.200.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	3.200.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1156 - Aquisição de Equipamentos	SEAS			
Equipamento adquirido		% de execução	50	100
Zona do Litoral Oriental			50	100
1157 - Adequação do Prédio da Secretaria da Ação Social	SEAS			
Prédio ampliado		Metro Quadrado	2.000	5.000
Zona do Litoral Oriental			2.000	5.000
1158 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	SEAS			
Técnico capacitado		Unidade	60	180
Rio Grande do Norte			60	180



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2709 - PESQUISA DE RECURSOS HÍDRICOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Oferecer subsídios que permitam realizar o monitoramento do uso dos recursos hídricos do Estado.

**Justificativa**

O Programa de Pesquisa possibilitará a obtenção de elementos para a execução de um sistema de controle do uso da água.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.300.000,00
<b>Recurso Federal</b>	4.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	5.300.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1583 - Pesquisa e Monitoramento na Área de Recursos Hídricos	SERHID			
Poço monitorado		Unidade	130	550
Rio Grande do Norte			130	550
1584 - Implantação de Rede Telemétrica	SERHID			
Rede Telemétrica implantada		Ponto	12	50
Rio Grande do Norte			12	50



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2710 - REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** Servidores da SERHID

**Tipo** Serviço ao Estado

### Objetivo

Oferecer condições de funcionamento satisfatório à Secretaria.

### Justificativa

A reestruturação administrativa é necessária para garantir à Secretaria uma maior funcionalidade e um melhor desempenho em suas atividades.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	370.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	370.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1076 - Reequipamento da Secretaria dos Recursos Hídricos	SERHID			
Órgão reaparelhado		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1116 - Melhoria das Instalações Físicas	SERHID			
Instalação melhorada		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1980 - Elaboração do Marco Regulatório	SERHID			
Documento produzido		Documento	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2723 - REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ÁGUA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 27201 - Companhia de Águas e Esgotos do RN

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Reduzir as perdas nos abastecimentos de água de 56% para 40%, de forma a economizar água e garantir a universalização dos serviços com os atuais níveis de produção.

### Justificativa

O elevado índice de perdas atual, vem imprimindo falta de água setorial nos sistemas de água operados pela CAERN. A implantação de ações de controles de perdas determinará aumentos na distribuição de água, reduzirá consumo de energia e proporcionará controle mais efetivo nas ligações prediais e suas leituras de consumo.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	4.815.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	26.751.000,00
<b>TOTAL</b>	31.566.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1259 - Melhoria nos Dispositivos de Hidrometria/FUNESAN	CAERN			
Hidrômetro adquirido e instalado		Unidade	90.000	160.650
Rio Grande do Norte			90.000	160.650
1445 - Melhoria no Sistema de Reservação d'Água/FUNESAN	CAERN			
Reservatório melhorado		Unidade	20	50
Rio Grande do Norte			20	50
1446 - Reestruturação e Modernização das Unidades Informatizadas da Área Comercial/FUNESAN	CAERN			
Unidade reestruturada e modernizada		% de execução	80	100
Rio Grande do Norte			80	100
1447 - Recadastramento dos Ramais Prediais e do Parque de Hidrometração/FUNESAN	CAERN			
Ramal e Hidrômetro recadastrado		% de execução	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
1448 - Atualização das Redes de Distribuição de Água/FUNESAN	CAERN			
Rede recadastrada		Quiômetro	1.450	5.000
Rio Grande do Norte			1.450	5.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2732 - ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 27202 - Instituto da Gestão das Águas do RN

**Público Alvo** Servidores do IGARN

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Oferecer condições de funcionamento satisfatório ao IGARN.

**Justificativa**

A estruturação administrativa é necessária para garantir ao IGARN uma maior funcionalidade e um melhor desempenho de suas atividades.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	397.000,00
<b>Recurso Federal</b>	219.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	616.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1393 - Informatização do Instituto de Gestão das Águas	IGARN			
Informatização realizada		% de execução	100	100
Rio Grande do Norte			100	100
1394 - Adequação da Estrutura Física	IGARN			
Estrutura Física adequada		% de execução	65	100
Rio Grande do Norte			65	100
1395 - Aparelhamento do Instituto de Gestão das Águas	IGARN			
Unidade aparelhada		Unidade	1	1
Rio Grande do Norte			1	1
1397 - Promoção de Eventos	IGARN			
Evento realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1398 - Descentralização Administrativa	IGARN			
Escritório Regional instalado		Unidade	3	3
Zona Mossoroense			2	2
Zona do Serid			1	1
1399 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	IGARN			
Pessoal capacitado e treinado		Unidade	20	50
Rio Grande do Norte			20	50



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 3104 - MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 31000 - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária

**Público Alvo** Servidor da SEARA

**Tipo** Serviço ao Estado

**Objetivo**

Treinar os técnicos com vistas às funções e atribuições da Secretaria, bem como dotá-los de condições operacionais.

**Justificativa**

Necessidade de modernização do sistema de geoprocessamento e de capacitação dos servidores.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	80.000,00
<b>Recurso Federal</b>	430.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	510.000,00

<b>Código - Descrição Ação</b>	<b>Órgão</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>2004</b>	<b>2004/2007</b>
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1654 - Expansão e Modernização do Sistema de Geoprocessamento	SEARA			
Sistema implantado		% de execução	85	100
Rio Grande do Norte			85	100
1976 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	SEARA			
Servidor capacitado		Unidade	20	80
Rio Grande do Norte			20	80



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 3201 - REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

**Macroobjetivo** 03 - MODERNIZAR E TORNAR MAIS EFICIENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Órgão Responsável** 32000 - Corpo de Bombeiros Militar

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Ampliar, melhorar e reequipar a estrutura das unidades operacionais e administrativas do Corpo de Bombeiros Militar, além de assegurar a formação e especialização dos bombeiros militares, visando garantir a prestação de um melhor serviço à população.

### Justificativa

A melhoria das instalações das unidades, a aquisição dos equipamentos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos, visa estabelecer condições de segurança à população, protegendo as pessoas e o patrimônio, através das atividades de prevenção e combate a incêndio, resgate, busca, salvamento e ações de Defesa Civil.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	5.797.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	5.797.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1075 - Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	CBM/RN			
Unidade reformada		Unidade	2	4
Zona do Litoral Oriental			1	2
Zona Mossoroense			1	1
Zona do Serid			0	1
1089 - Aparelhamento de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	CBM/RN			
Unidade reaparelhada		% de execução		
Zona do Litoral Oriental			25	100
Zona Mossoroense			10	100
Zona do Serid			15	100
1101 - Construção e Instalação de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	CBM/RN			
Unidade construída		Unidade	2	5
Zona do Litoral Oriental			2	5
1104 - Real qualificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	CBM/RN			
Bombeiro treinado		Unidade	29	115
Rio Grande do Norte			29	115



### Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 3201 - REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1139 - Recuperação e Reforma de Equipamentos	CBM/RN			
Equipamento recuperado		Unidade	4	15
Zona do Litoral Oriental			2	9
Zona Mossoroense			1	3
Zona do Serid			1	3
1141 - Construção do Centro Superior de Formação e Aperfeiçoamento	CBM/RN			
Centro construído		% de execução	15	100
Zona do Litoral Oriental			15	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1927 - PROGRAMA DE ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Definir alternativas energéticas para utilização do gás natural e do potencial eólico, visando a redução do nível de degradação e poluição.

### Justificativa

O processo de desertificação no Estado requer medidas que visem a redução do uso dos recursos naturais a partir de alternativas energéticas, que garantam o desenvolvimento sustentável do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	150.000,00
<b>Recurso Federal</b>	100.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	250.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1414 - Estudos de Alternativas para Produção de Energia	IDEMA			
Estudo realizado		Unidade	1	3
Zona do Serid			1	3



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2022 - MELHORIA DA MALHA DE REDE DE GASODUTOS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 20202 - Companhia Potiguar de Gás

**Público Alvo** Empresas

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Construir rede de gasoduto para flexibilidade e segurança no abastecimento de gás natural.

**Justificativa**

Necessidade de ampliar o consumo de gás natural com segurança para a população.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	35.000.000,00
<b>TOTAL</b>	35.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1047 - Melhoria e Expansão da Infra-estrutura da Rede de Distribuição	POTIGÁS			
Ramal Tronco e de Distribuição construído		Quilômetro	21	53
Zona do Litoral Oriental			21	53
1049 - Interligação de Novos Clientes	POTIGÁS			
Ramal/Estação de Redução de Pressão e Medição construído		Unidade	15	60
Zona do Litoral Oriental			13	51
Zona Mossoroense			2	9
1100 - Implantação do Sistema de Automação da Malha de Gasoduto	POTIGÁS			
Sistema Supervisório implantado		Unidade	15	60
Zona do Litoral Oriental			13	51
Zona Mossoroense			2	9



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2023 - MELHORIA DA REDE DE GASODUTOS EM POLOS DE DESENVOLVIMENTO

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 20202 - Companhia Potiguar de Gás

**Público Alvo** Empresas

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Interiorizar a industrialização do Estado tendo como suporte o gás natural, propiciando expansão de novos negócios e reduzindo consumo de lenha com reflexo nas condições ambientais.

### Justificativa

Necessidade de dispor de novas fontes de energia, refletindo nos custos da produção e ganho de produtividade.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	4.400.000,00
<b>TOTAL</b>	4.400.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1050 - Ampliação da Malha de Gasoduto do Polo Mossor	POTIGÁS			
Ramal Tronco e de Distribuição construído		Quilômetro	5	16
Zona Mossoroense			5	16



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2501 - RIO GRANDE DO NORTE - URBANO

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25000 - Secretaria de Estado da Infra-Estrutura

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Melhoria dos níveis de saúde e transporte públicos e elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para municípios do Estado.	A precariedade da pavimentação de vias públicas, de suas drenagens e do transporte urbano nos municípios e a ausência de Plano Diretor de Transportes no Estado, de urbanização de acessos viários e a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para os municípios, torna necessário a definição deste Programa.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	74.330.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	163.660.000,00
<b>Recurso Privado</b>	150.000.000,00
<b>Outros</b>	27.120.000,00
<b>TOTAL</b>	415.110.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1217 - Construção do Metrô	SIN			
Metrô construído		Quilômetro	12	48
Zona do Litoral Oriental			12	48
1218 - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Potengi	SIN			
Ponte construída		Metro	325	1.300
Zona do Litoral Oriental			325	1.300
1219 - Urbanização dos Acessos Rodoviários aos Municípios	SIN			
Urbanização realizada		Quilômetro	40	164
Zona do Litoral Oriental			9	33
Zona do Litoral Norte			4	17
Zona do Agreste			6	21
Zona do Alto Apodi			8	30
Zona Mossoroense			6	27
Zona do Serid			7	36
1220 - Elaboração do Plano Diretor de Transportes	SIN			
Plano Diretor elaborado		Plano	1	1
Rio Grande do Norte			1	1



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2501 - RIO GRANDE DO NORTE - URBANO

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1228 - Construção de Acessos ao Novo Aeroporto	SIN			
Acesso construído		Quilômetro	10	40
Zona do Litoral Oriental			10	40
1229 - Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura para Área Urbana	SIN			
Projeto elaborado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1975 - Pavimentação e Drenagem de Águas Pluviais	SIN			
Pavimentação e Drenagem realizada		Metro Quadrado	221.000	755.000
Zona do Litoral Oriental			37.500	120.000
Zona do Litoral Norte			20.000	90.000
Zona do Agreste			30.000	110.000
Zona do Alto Apodi			52.500	165.000
Zona Mossoroense			45.000	150.000
Zona do Serid			36.000	120.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2502 - RIO GRANDE DO NORTE - SOCIAL

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25000 - Secretaria de Estado da Infra-Estrutura

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Melhoria dos níveis de saúde pública e desenvolvimento do esporte, lazer e da educação de municípios do Estado.

**Justificativa**

A precariedade da rede de drenagem e esgotamento sanitário; a ausência de complexos de esporte nos municípios; e, a ausência de equipamentos físicos para a prática de eventos culturais nos municípios do Estado, requer a definição deste Programa.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	11.708.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	9.337.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	3.871.000,00
<b>TOTAL</b>	24.916.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1244 - Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura para Área Social	SIN			
Projeto elaborado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1279 - Construção de Estrutura de Esporte e Lazer	SIN			
Estrutura construída		Unidade	22	44
Zona do Litoral Oriental			5	8
Zona do Litoral Norte			4	6
Zona do Agreste			3	7
Zona do Alto Apodi			3	7
Zona Mossoroense			3	8
Zona do Serid			4	8
1280 - Drenagem e Esgotamento Sanitário	SIN			
Drenagem e Esgotamento realizado		Ligação	3.150	10.375
Zona do Litoral Oriental			775	3.375
Zona do Litoral Norte			325	1.300
Zona do Agreste			350	1.200
Zona do Alto Apodi			700	1.750
Zona Mossoroense			500	1.500
Zona do Serid			500	1.250



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2502 - RIO GRANDE DO NORTE - SOCIAL

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1289 - Construção de Equipamentos para Práticas de Cultura Popular	SIN			
Equipamento construído		Unidade	15	38
Zona do Litoral Oriental			2	5
Zona do Litoral Norte			2	5
Zona do Agreste			3	6
Zona do Alto Apodi			3	7
Zona Mossoroense			3	8
Zona do Serid			2	7



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2503 - RIO GRANDE DO NORTE - ENERGIA

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25000 - Secretaria de Estado da Infra-Estrutura

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Melhoria dos níveis de geração e consumo de energia nos municípios.

**Justificativa**

A necessidade de renovação dos meios de geração de energia; adequações do sistema de geração e consumo de energia; e, a revisão e normatização do consumo de energia elétrica nos municípios do Estado e edifícios públicos, implica na definição deste Programa.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	17.139.000,00
<b>Recurso Federal</b>	40.691.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	55.000.000,00
<b>Outros</b>	670.000,00
<b>TOTAL</b>	113.500.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1246 - Pré-eletrificação com Fontes Alternativas de Energia	SIN			
Fonte Alternativa de Energia alterada		Quilo watts	25	100
Zona do Litoral Oriental			5	20
Zona do Litoral Norte			3	12
Zona do Agreste			4	16
Zona do Alto Apodi			3	12
Zona Mossoroense			6	24
Zona do Serid			4	16
1248 - Iluminação de Prédios e Monumentos Históricos	SIN			
Prédio / Monumento iluminado		Acervo	15	51
Zona do Litoral Oriental			2	7
Zona do Litoral Norte			2	7
Zona do Agreste			3	9
Zona do Alto Apodi			2	5
Zona Mossoroense			3	11
Zona do Serid			3	12



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2503 - RIO GRANDE DO NORTE - ENERGIA

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1253 - Execução de Projetos e Serviços de Racionalização e Normatização do Consumo de Energia	SIN			
Projeto e Serviço executado		Ponto	256	1.015
Zona do Litoral Oriental			45	180
Zona do Litoral Norte			42	165
Zona do Agreste			45	175
Zona do Alto Apodi			40	170
Zona Mossoroense			42	175
Zona do Serid			42	150
1282 - Eletrificação Urbana	SIN			
Eletrificação instalada		Ponto	775	3.350
Zona do Litoral Oriental			150	600
Zona do Litoral Norte			120	480
Zona do Agreste			120	480
Zona do Alto Apodi			150	500
Zona Mossoroense			100	750
Zona do Serid			135	540
1400 - Implantação de Rede de Gasoduto	SIN			
Gasoduto implantado		% de execução	0	100
Zona do Serid			0	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2521 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25201 - Departamento de Estradas de Rodagem

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Dotar o Estado de uma melhor infra-estrutura aeroportuária, com a construção de aeroportos, aeródromos, execução de obras de pista de pouso e decolagem, sinalização, estação de passageiros e cerca de proteção de toda área patrimonial.

### Justificativa

Necessidade de proporcionar ao usuário um maior conforto e segurança, aumentando assim, o fluxo de passageiros e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico da região.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	1.200.000,00
<b>TOTAL</b>	2.200.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1068 - Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária	DER			
Aeroporto e Aeródromo operacionalizado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2523 - PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E OBRAS D'ARTES ESPECIAIS

Macroobjetivo 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

Órgão Responsável 25201 - Departamento de Estradas de Rodagem

Público Alvo População

Tipo Finalístico

### Objetivo

Executar o programa de implantação e pavimentação da infra-estrutura rodoviária do Estado.

### Justificativa

Necessidade de melhorar as condições de trafegabilidade, oferecendo às regiões produtivas, rodovias para o escoamento da produção, contribuindo dessa forma para a geração de renda do setor primário e para o desenvolvimento turístico do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	38.255.000,00
<b>Recurso Federal</b>	38.636.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	76.891.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1686 - Construção de Trechos Rodoviários	DER			
Trecho Rodoviário construído		Quilômetro	114	210
Zona do Litoral Oriental			2	2
Zona do Litoral Norte			36	36
Zona do Agreste			2	15
Zona do Alto Apodi			17	19
Zona Mossoroense			24	68
Zona do Serid			33	70
1687 - Elaboração de Estudos e Projetos para Construção de Obras Viárias	DER			
Estudo e Projeto elaborado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2524 - RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA BÁSICA

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25201 - Departamento de Estradas de Rodagem

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Restaurar a malha rodoviária básica do Estado.	Necessidade de garantir as condições e características originais das rodovias, oferecendo segurança do tráfego e contribuindo para uma melhor integração regional.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	26.500.000,00
<b>Recurso Federal</b>	30.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	56.500.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1690 - Restauração de Trechos Rodoviários	DER			
Trecho Rodoviário restaurado		Quilômetro	236	672
Rio Grande do Norte			115	415
Zona do Litoral Oriental			19	19
Zona do Litoral Norte			3	10
Zona do Agreste			24	24
Zona do Alto Apodi			16	32
Zona Mossoroense			44	79
Zona do Serid			15	93
1693 - Conservação de Rodovias	DER			
Rodovia conservada		Quilômetro	1.300	5.200
Rio Grande do Norte			1.300	5.200
1694 - Elaboração de Estudos e Projetos para Restauração de Obras Viárias	DER			
Estudo e Projeto elaborado		% de execução	15	100
Rio Grande do Norte			15	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2526 - SISTEMA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS - STIP

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25201 - Departamento de Estradas de Rodagem

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Garantir a gestão do Sistema de Transporte e do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros.

**Justificativa**

Cumprir determinação da Constituição Federal, art. 174 "Dever do Estado à Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros".

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	2.470.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	920.000,00
<b>TOTAL</b>	3.390.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1070 - Construção, Conservação e Ampliação de Infra-estrutura Física	DER			
Infra-estrutura Física adequada		% de execução	10	100
Rio Grande do Norte			10	100
1272 - Elaboração de Estudos e Projetos para o STIP	DER			
Estudo e Projeto elaborado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1273 - Modernização Administrativa e Tecnológica do STIP	DER			
Unidade modernizada		% de execução	15	100
Rio Grande do Norte			15	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2532 - MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA E URBANA DO ESTADO

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 25203 - Departamento Estadual de Trânsito

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Melhorar os sistemas viários das cidades através das sinalizações das vias urbanas.

**Justificativa**

Deficiência da sinalização nas ruas das cidades.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	0,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	6.380.000,00
<b>TOTAL</b>	6.380.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1030 - Melhoria do Sistema Viário e Sinalização das Vias Urbanas	DETRAN			
Sistema melhorado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2702 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ADUTORAS E CANAIS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Dotar o Estado de infra-estrutura hídrica capaz de atender a demanda de água de boa qualidade para o consumo humano, a agropecuária, a irrigação, a indústria e os serviços.

### Justificativa

Em função da carência de recursos hídricos para o abastecimento urbano e rural, na maioria dos municípios do Estado, torna-se necessária a implantação do Programa de Adutoras para suprir a demanda de água.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	16.187.000,00
<b>Recurso Federal</b>	103.340.000,00
<b>Recurso Externo</b>	15.250.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	134.777.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1830 - Construção de Adutoras	SERHID			
Adutora implantada		Quilômetro	209	424
Rio Grande do Norte			3	10
Zona do Litoral Norte			40	81
Zona do Alto Apodi			75	150
Zona do Serid			91	183
1833 - Construção de Canais	SERHID			
Canal implantado		Quilômetro	10	29
Rio Grande do Norte			2	10
Zona Mossoroense			7	17
Zona do Serid			1	2
1834 - Recuperação de Canais	SERHID			
Canal recuperado		Quilômetro	2	5
Zona Mossoroense			2	5



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2703 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS E AÇUDES

Macroobjetivo 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

Órgão Responsável 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

Público Alvo População

Tipo Finalístico

### Objetivo

Ampliar a capacidade de acumulação e oferta hídrica do Estado, através da construção, ampliação e recuperação de barragens e açudes para atendimento ao abastecimento, a irrigação e outras finalidades.

### Justificativa

Apesar do Estado apresentar grandes e médios mananciais, ainda assim é sentida a carência de recursos hídricos com melhor distribuição geográfica, assim sendo torna-se imprescindível um programa dessa natureza de modo a suprir as deficiências.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	13.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	86.180.000,00
<b>Recurso Externo</b>	7.000.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	106.180.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1368 - Ampliação de Barragens e Açudes	SERHID			
Barragem e Açude ampliado		Metro cúbico	15.143.000	61.430.000
Zona do Alto Apodi			143.000	1.430.000
Zona do Serid			15.000.000	60.000.000
1369 - Recuperação de Barragens e Açudes	SERHID			
Barragem e Açude recuperado		Metro cúbico	32.500	325.000
Rio Grande do Norte			32.500	325.000
1831 - Construção de Barragens e Açudes	SERHID			
Barragem construída		Metro cúbico	26.918.037	1.373.646.923
Rio Grande do Norte			6.000.000	20.000.000
Zona do Litoral Oriental			15.465.000	30.930.000
Zona do Litoral Norte			579.330	1.158.660
Zona do Alto Apodi			3.572.351	21.544.703
Zona Mossoroense			1.356	13.560
Zona do Serid			1.300.000	1.300.000.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2704 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS, DESSALINIZADORES E CISTERNAS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Ampliar a capacidade de acumulação e oferta hídrica do Estado, através de construção, ampliação e recuperação de poços e cisternas para atendimento ao abastecimento, a irrigação e outras finalidades.

### Justificativa

Considerando ainda, a existência de grande número de comunidades rurais em áreas não atingidas pelo Programa de Aduoras, sem sistema de abastecimento d'água, torna-se oportuna a implantação do programa.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	11.372.000,00
<b>Recurso Federal</b>	5.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	800.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	17.172.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1079 - Construção e Instalação de Poços Tubulares em Pequenas Comunidades	SERHID			
Poço construído e instalado		Unidade	278	1.200
Rio Grande do Norte			278	1.200
1132 - Instalação de Dessalinizadores	SERHID			
Dessalinizador instalado		Unidade	18	92
Rio Grande do Norte			18	92
1135 - Construção e Recuperação de Cisternas	SERHID			
Cisterna construída e recuperada		Unidade	125	500
Rio Grande do Norte			125	500



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2706 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HIDROAGRÍCOLAS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População Rural do Estado

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Proporcionar condições para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, visando o aumento de oferta de produtos, bem como a geração de novos empregos.

### Justificativa

Necessidade de aproveitar os recursos hídricos para o desenvolvimento agrícola, implementando projetos com tal finalidade e aumentando a geração de empregos no interior do Estado.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	4.000.000,00
<b>Recurso Federal</b>	40.000.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	44.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1992 - Execução de Projetos Hidroagrícolas para Aproveitamento das Águas de Barragens	SERHID			
Projeto executado		% de execução		
Rio Grande do Norte			10	100
Zona Mossoroense			10	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2707 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Garantir o funcionamento normal da infra-estrutura hídrica do Estado.

**Justificativa**

Este programa é importante para a operacionalização, procurando prevenir ou corrigir possíveis falhas.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	900.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	1.600.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	2.500.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1374 - Redução de Perdas em Sistemas de Abastecimento	SERHID			
Sistema controlado		Unidade	15	60
Rio Grande do Norte			15	60
2129 - Operação e Manutenção de Adutoras	SERHID			
Adutora operacionalizada e mantida		Quilômetro	100	400
Rio Grande do Norte			100	400
2130 - Operação e Manutenção de Barragens	SERHID			
Barragem operacionalizada e mantida		Metro cúbico	200	800.000
Rio Grande do Norte			200	800.000
2131 - Operação e Manutenção de Canais	SERHID			
Canal operacionalizado e mantido		Quilômetro	10	50
Rio Grande do Norte			10	50
2132 - Operação e Manutenção de Açudes e Lagoas	SERHID			
Açude e Lagoa operacionalizado e mantido		Metro cúbico	150	600.000
Rio Grande do Norte			150	600.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2708 - PEQUENOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COMUNITÁRIOS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Dotar as comunidades rurais de sistemas de abastecimento d'água simplificados para suprir as carências hídricas do consumo humano e animal.

### Justificativa

Considerando ainda, a existência de grande número de comunidades rurais, em áreas não atingidas pelo programa de adutoras, sem sistema de abastecimento d'água, torna-se oportuna a implantação do programa.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	11.270.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	17.075.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	28.345.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1078 - Perfuração de Poços em Pequenas Comunidades	SERHID			
Poço perfurado		Unidade	384	1.920
Rio Grande do Norte			384	1.920
1365 - Recuperação, Limpeza e Teste de Poços	SERHID			
Poço recuperado		Unidade	90	450
Rio Grande do Norte			90	450
1367 - Instalação de Poços	SERHID			
Poço instalado		Unidade	96	480
Rio Grande do Norte			96	480
1375 - Recuperação de Micro-bacias	SERHID			
Micro-bacia recuperada		Unidade	1	6
Rio Grande do Norte			1	6



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2711 - RETIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CANAIS NATURAIS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Oferecer condições de aproveitamento agrícola e prevenir contra inundações as áreas ribeirinhas beneficiadas.

### Justificativa

O assoreamento de rios e drenagens deficientes de cursos de água tem provocado grandes prejuízos em áreas de boa potencialidade agrícola, sendo este programa necessário para corrigir essas imperfeições.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	1.410.000,00
<b>Recurso Federal</b>	400.000,00
<b>Recurso Externo</b>	5.350.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	7.160.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1996 - Dragagem de Rios	SERHID			
Rio dragado		Quilômetro	57	225
Rio Grande do Norte			32	125
Zona do Litoral Oriental			25	100
1997 - Contenção de Enchentes	SERHID			
Enchente contida		Quilômetro	2	6
Zona do Litoral Oriental			2	6
1998 - Drenagem e Retificação de Rios e Cursos d'Água	SERHID			
Rio e Curso d'Água drenado e retificado		Quilômetro	20	80
Rio Grande do Norte			20	80



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2712 - REUSO DE ÁGUAS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Proporcionar condições para um melhor reaproveitamento dos recursos hídricos.

**Justificativa**

Aproveitar o reuso para desenvolvimento agropecuário, desenvolvendo projetos com tais finalidades, aumentando a geração de empregos.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	1.100.000,00
<b>Recurso Federal</b>	6.500.000,00
<b>Recurso Externo</b>	8.000.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	15.600.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1990 - Estudo do Reuso de Água	SERHID			
Estudo realizado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1991 - Implantação do Projeto de Reuso de Águas	SERHID			
Projeto implantado		Unidade	110	440
Rio Grande do Norte			110	440



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2803 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 28000 - Secretaria de Estado do Turismo

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

Objetivo	Justificativa
Desenvolver e consolidar a atividade turística, aproveitando o potencial natural e garantindo a sustentabilidade econômica.	Necessidade de intervenções para o melhoramento da infra-estrutura e o fortalecimento institucional dos municípios localizados no Pólo Costa das Dunas.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	23.109.000,00
<b>Recurso Federal</b>	32.376.000,00
<b>Recurso Externo</b>	97.169.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	152.654.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1281 - Qualificação Profissional da População Local	SETUR			
Pessoa treinada		Unidade	3.000	20.000
Zona do Litoral Oriental			3.000	17.000
Zona do Litoral Norte			0	3.000
1285 - Programa de Desenvolvimento do Patrimônio Histórico Cultural	SETUR			
Patrimônio recuperado		Unidade	1	3
Zona do Litoral Oriental			1	3
1286 - Pavimentação de Ruas e Urbanização de Áreas Turísticas	SETUR			
Área urbanizada		Unidade	2	11
Zona do Litoral Oriental			2	11
1287 - Implantação de Equipamentos Turísticos	SETUR			
Equipamento implantado		Unidade	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1291 - Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário	SETUR			
Ligação implantada		Unidade	4.000	18.400
Zona do Litoral Oriental			4.000	18.400
1293 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	SETUR			
Ampliação concluída		Metro	4.000	30.000
Zona do Litoral Oriental			4.000	30.000



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2803 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1295 - Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos	SETUR			
Sistema implantado		Unidade	1	6
Zona do Litoral Oriental			1	6
1296 - Proteção e Conservação de Recursos Naturais	SETUR			
Área preservada		Unidade	4	9
Zona do Litoral Oriental			4	9
1297 - Plano Diretor Municipal	SETUR			
Plano elaborado		Plano	5	15
Zona do Litoral Oriental			5	12
Zona do Litoral Norte			0	3
1299 - Fortalecimento da Gestão Municipal	SETUR			
Município estruturado		Unidade	6	16
Zona do Litoral Oriental			6	13
Zona do Litoral Norte			0	3
1472 - Sinalização Rodoviária	SETUR			
Rodovia sinalizada		Quilômetro	19	89
Zona do Litoral Oriental			19	89
1612 - Desenvolvimento Institucional de Órgãos Estaduais	SETUR			
Desenvolvimento Institucional executado		Órgão	1	4
Zona do Litoral Oriental			1	4
1613 - Elaboração de Projetos, Estudos e Pesquisas	SETUR			
Projeto, Estudo e Pesquisa elaborado		Unidade	8	40
Zona do Litoral Oriental			8	40
1614 - Plano de Promoção e Marketing Turístico	SETUR			
Plano executado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1655 - Melhoria da Malha Rodoviária	SETUR			
Rodovia recuperada		Quilômetro	6	24
Zona do Litoral Oriental			6	24
1656 - Sistema de Drenagem	SETUR			
Sistema implantado		Quilômetro	4	14
Zona do Litoral Oriental			4	14
1972 - Implantação de Rodovias	SETUR			
Rodovia implantada		Quilômetro	15	80
Zona do Litoral Oriental			15	80



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 3103 - DEMARCAÇÃO DE LIMITES INTERMUNICIPAIS

**Macroobjetivo** 04 - AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

**Órgão Responsável** 31000 - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária

**Público Alvo** Municípios

**Tipo** Finalístico

**Objetivo**

Resolver conflitos de limites intermunicipais através da aviventação de marcos existentes e de demarcação.

**Justificativa**

Necessidade de estabelecer os limites corretos de jurisdição de municípios do Estado, em áreas com conflitos dessa natureza.

**Meta Financeira 2004/2007**

<b>Recurso Estadual</b>	28.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	252.000,00
<b>TOTAL</b>	280.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1204 - Definição, Aviventação e Demarcação de Limites Intermunicipais em Áreas de Conflito	SEARA			
Limite Intermunicipal reestabelecido		Município	2	28
Rio Grande do Norte			2	28



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1181 - GOVERNO NAS CIDADES

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Realizar consulta à sociedade civil de cada município do Rio Grande do Norte, visando levantar dados e informações para implementar um planejamento orçamentário participativo que venha satisfazer às reais necessidades dos cidadãos do Estado.

### Justificativa

Corrigir a atual sistemática de centralização das decisões na sede do Poder Público Estadual.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	5.536.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	5.536.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1137 - Fóruns Regionais e Municipais	GAC			
Evento realizado		Unidade	11	44
Rio Grande do Norte			11	44



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 1926 - PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 19202 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Orientar o uso dos recursos naturais da Zona Costeira, visando o desenvolvimento sustentável da região.

### Justificativa

A intensa atividade socioeconômica em toda a Zona Costeira com sinais de degradação do quadro ambiental; necessidade de ordenar e integrar ações públicas e privadas no sentido da obtenção do desenvolvimento sustentável.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	740.000,00
<b>Recurso Federal</b>	260.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	1.000.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1410 - Macrozoneamento Ecológico Econômico	IDEMA			
Regulamento elaborado		% de execução	25	100
Zona do Litoral Norte			25	100
1411 - Implantação do Modelo de Gestão do Litoral Norte	IDEMA			
Modelo de Gestão implantado		% de execução	35	100
Zona do Litoral Norte			35	100
1412 - Implantação do Modelo de Gestão dos Estuários do Estado	IDEMA			
Modelo de Gestão implantado		Unidade	2	7
Rio Grande do Norte			2	7
1413 - Desenvolvimento de Planos de Gestão Municipal	IDEMA			
Plano elaborado		Plano	6	24
Zona do Litoral Norte			6	24



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2404 - ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E MELHORIA DA GESTÃO DA SAÚDE

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Gerenciar e coordenar as atividades hospitalares e de referência, objetivando uma melhor qualidade na assistência oferecida à população.

### Justificativa

Adequação, manutenção e reaparelhamento das unidades hospitalares e de referência, oferecendo uma melhor qualidade de vida à população.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	5.640.000,00
<b>Recurso Federal</b>	1.880.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	7.520.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1491 - Auditoria da Assistência Ambulatorial e Hospitalar das Unidades de Saúde	SESAP			
Unidade auditada		Unidade	234	780
Rio Grande do Norte			234	780
1493 - Organização e Implementação do Sistema Estadual de Referência e das Centrais de Regulação	SESAP			
Sistema implementado		Unidade	4	16
Rio Grande do Norte			4	16
1500 - Implementação da Rede de Laboratórios de Saúde Pública	SESAP			
Rede Laboratorial implementada		Unidade	4	16
Rio Grande do Norte			4	16



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2607 - DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Comunidades rurais

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Apoiar a formulação de ações capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, com participação de associações representativas dos atores sociais e das comunidades, com vistas a aumentar o acesso à geração de emprego e renda e à provisão de serviços básicos de infra-estrutura, produtivos e sociais, para a redução da pobreza no Estado.

### Justificativa

Combater a pobreza, desfavorecendo as condições que fomentam o fluxo migratório e o ciclo de miséria que atingem as famílias pobres no meio rural.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	22.435.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	92.236.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	114.671.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1322 - Redução da Pobreza Rural	SEAS			
Financiamento concedido		Unidade	473	1.862
Rio Grande do Norte			473	1.862
1325 - Desenvolvimento Institucional - Capacitação	SEAS			
Pessoa capacitada		Unidade	1.000	4.000
Zona do Litoral Oriental			1.000	4.000
1326 - Desenvolvimento - Monitoramento e Administração	SEAS			
Programa desenvolvido		% de execução	25	100
Zona do Litoral Oriental			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2611 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** Beneficiários dos programas sociais

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Implantar um programa de monitoramento e avaliação dos programas sociais; garantir a eficácia e a eficiência na execução dos programas sociais; e, propiciar uma gestão transparente e racionalizadora dos recursos.

### Justificativa

Necessidade de avaliar o impacto social e a reversão dos indicadores sociais do RN e a inexistência de um instrumental que identifique benefícios e programas sociais do RN.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	200.000,00
<b>Recurso Federal</b>	200.000,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	400.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1301 - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	SEAS			
Monitoramento e Avaliação realizada		% de execução	15	100
Rio Grande do Norte			15	100
1302 - Cadastro Único de Programas Sociais	SEAS			
Cadastro realizado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2612 - PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** População

**Tipo** Finalístico

### Objetivo

Propiciar o surgimento de comunidades mais sustentáveis através da exploração racional de suas potencialidades.

### Justificativa

Garantir o protagonismo comunitário através da efetiva participação da sociedade civil e do governo na construção do processo de desenvolvimento social integrado e sustentável.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	80.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	80.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1609 - Implantação do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)	SEAS			
Programa implantado		Unidade	10	90
Rio Grande do Norte			10	90



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

**Programa** 2614 - REESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DA POLÍTICA SOCIAL

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

**Público Alvo** População beneficiária dos programas de assistência social

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Dotar os conselhos de gestão dos programas da política social, de recursos necessários para desenvolver suas atividades.

### Justificativa

Necessidade de agregar a administração dos Conselhos Estaduais.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	60.000,00
<b>Recurso Federal</b>	0,00
<b>Recurso Externo</b>	0,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	60.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1165 - Instalação e Operacionalização da Casa da Cidadania	SEAS			
Casa instalada e operacionalizada		% de execução	30	100
Zona do Litoral Oriental			30	100



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2705 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

**Macroobjetivo** 05 - CONSOLIDAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO

**Órgão Responsável** 27000 - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

**Público Alvo** População

**Tipo** Gestão de Políticas Públicas

### Objetivo

Estabelecer um Modelo de Gestão que permita a otimização do uso racional dos recursos hídricos do Estado, através da estruturação organizacional e processo de capacitação.

### Justificativa

O Programa de Gestão de Recursos Hídricos é importante para evitar ou diminuir os desperdícios do uso de água.

### Meta Financeira 2004/2007

<b>Recurso Estadual</b>	7.173.000,00
<b>Recurso Federal</b>	6.240.000,00
<b>Recurso Externo</b>	4.865.000,00
<b>Recurso Privado</b>	0,00
<b>Outros</b>	0,00
<b>TOTAL</b>	18.278.000,00

Código - Descrição Ação	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
<b>Produto</b>				
<b>Localização</b>				
1362 - Educação, Divulgação e Gestão Participativa	SERHID			
Programa executado		Unidade	15	60
Rio Grande do Norte			15	60
1363 - Operação de Reservatórios	SERHID			
Reservatório operacionalizado		Unidade	75	300
Rio Grande do Norte			75	300
1364 - Treinamento e Capacitação em Recursos Hídricos	SERHID			
Curso realizado		Unidade	40	160
Rio Grande do Norte			40	160
1372 - Sistema Integrado de Dados para Suporte à Decisão em Gerenciamento de Recursos Hídricos	SERHID			
Sistema implantado		% de execução	25	100
Rio Grande do Norte			25	100
1617 - Cadastro dos Usuários d'Água de Comunidades	IGARN			
Cadastro concluído		Pessoa	175.000	350.000
Rio Grande do Norte			175.000	350.000
1700 - Implantação de Associações de Usuários de Água	SERHID			
Associação implantada		Unidade	10	40
Rio Grande do Norte			10	40



## Demonstrativo de Investimentos Previstos por Programa

Programa 2705 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Código - Descrição Ação Produto Localização	Órgão	Unidade Medida	2004	2004/2007
1701 - Formação de Comitês de Bacias	SERHID			
Comitê formado		Unidade	1	4
Rio Grande do Norte			1	4
1702 - Incentivo à Concessão de Licenças e Outorgas	SERHID			
Outorga e Licença concedida		Unidade	300	1.200
Rio Grande do Norte			300	1.200
1703 - Implantação de Rede de Estações Hidrometeorológicas	IGARN			
Rede de Monitoramento implantada		Estação	50	100
Rio Grande do Norte			50	100
1704 - Implementação de Sistema de Informação	IGARN			
Banco de Dados implantado		% de execução	20	100
Rio Grande do Norte			20	100
1717 - Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos	IGARN			
Plano atualizado		% de execução	65	100
Rio Grande do Norte			65	100
1718 - Cadastro e Regularização dos Usuários de Água do Estado	IGARN			
Cadastro concluído		Outorga	4.000	4.000
Rio Grande do Norte			4.000	4.000
1719 - Implementação de Cobrança de Uso de Água	IGARN			
Plano e Legislação implementado		Metros cúbicos	21	21
Rio Grande do Norte			21	21
1720 - Conservação e Manutenção da Infra-estrutura Hídrica	IGARN			
Obra recuperada		Unidade	75	300
Rio Grande do Norte			75	300
1721 - Mobilização Social	IGARN			
Entidade criada		Unidade	30	100
Rio Grande do Norte			30	100
1722 - Modelagem e Simulação Computacional dos Sistemas Hídricos	IGARN			
Estudo concluído		Unidade	50	50
Rio Grande do Norte			50	50